

MAGALI DOS REIS FAGUNDES

A CRECHE NO TRABALHO....



“Os Pioneiros”: primeiras crianças a usufruir da creche Unicamp

...O TRABALHO NA CRECHE.

Um estudo sobre o Centro de Convivência Infantil da Unicamp: Trajetória e Perspectivas

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1997**

N.º CHAMADA :	
T/Unicamp	
F139c	
V. 33520	
PREÇO 395198	
C. D. ☒	
PREÇO 2811.00	
DATA 17/04/98	
N.º CPD	

CM-00109532-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

F139c Fagundes, Magali dos Reis.
A creche no trabalho... O trabalho na creche : um estudo do Centro de Conveniência Infantil da UNICAMP trajetórias e perspectivas / Mauro Domingos da Silva. -- Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador : Ana Lúcia Goulart de Faria.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. ~~X~~ Universidade Estadual de Campinas. Centro de Convivência Infantil. 2.* Educação da criança pequena. 3.* Amamentação. ~~X~~ 4.* Educação e trabalho. 5.* Pedagogia da Educação infantil. I. Faria , Ana Lúcia Goulart de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida por
Magali R. Fagundes
e aprovada pela Comissão Julgadora.
Data 11/12/97
Assinatura: Ana Lúcia G. de Faria
Orientador(a)

Ana Lúcia G. de Faria

Multiliteracia

Olga R. de Moraes ou Amilton.

TEXTO APRESENTADO COMO EXIGÊNCIA PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO, NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS A EDUCAÇÃO- FE-UNICAMP, SOB
ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA DOUTORA ANA
LÚCIA GOULART DE FARIA.

9809022

AGRADECIMENTOS

À Ana Lúcia Goulart de Faria, orientadora e companheira de sonhos e utopias, que acreditou no meu potencial e muito contribuiu para que esta pesquisa fosse possível.

Aos meus pais Aparecida e Norival (em memória) meus sogros Luci e Urias (em memória) pela presença e força constantes.

À amiga e companheira Mairise Aparecida de Souza que comigo compartilhou as alegrias e angústias que a pesquisa nos coloca.

Às mulheres e amigas do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Infantil, para quem primeiro apresentei os resultados desta pesquisa e que muito me ajudaram durante as várias etapas do processo de construção e produção destes saberes.

Em especial às amigas Joseane Búfalo, Anamaria Santana e Maria Carmem Barbosa (a Lica), que leram os primeiros escritos e muito contribuíram para a finalização deste trabalho.

À professora Olga von Simson pelas suas sempre profícuas orientações e sugestões que enriqueceram a pesquisa e ajudaram na construção de novos conhecimentos.

À Lídia amiga, e secretária do Decisae com quem sempre pude contar.

Ao professor José Luís Sanfelice e às professoras Corinta Geraldi, Elisabete Pereira, Helena Freitas e Lilian Silva pela grande força que deram à esta funcionária/aluna/pesquisadora, pessoas tão generosas quanto comprometidas com a educação.

Aos professores Moysés Kuhlmann Junior e Aparecida Neri de Souza pelas valiosas contribuições.

Aos entrevistados e entrevistadas que me cederam suas vozes e memória, os quais são parte indissociável desta pesquisa.

À Carmen Felix, Ellen Hardy, Eunice Soares, Izabel Morsoleto Ferreira, tanto pelas entrevistas quanto pela disponibilização de documentos, fotografias e uma enorme atenção.

À Mariana, Michele, Cristina, Carolina e Hugo por me contarem como foi “viver” na creche.

Às amigas e companheiras de trabalho com quem compartilhei as primeiras idéias sobre esta pesquisa: Bernadete, Cecília, Jane e Rosa.

Às colegas Martinha, Teresa e Hélia por suportarem a minha ausência e o acúmulo de trabalho.

Aos funcionários Ademilson, Aparecida, Adelina, Nadir, Carmo, Ana, Marina, Célia que acompanharam e muito ajudaram em várias etapas deste trabalho.

À equipe do Siarq especialmente à Márcia e Cristina, pela ajuda e simpatia sempre.

Ao pessoal do DGRH, pelas informações eficaz e gentilmente fornecidas.

À Maria Hélia Amaro Pinto, em nome dos anônimos pagadores de impostos que através do CNPq financiaram esta pesquisa, a maior parte deles excluída do processo de aquisição de conhecimentos.

Ao Henrique que com amor eterno,
com carinho e com compreensão me
ajudou a chegar até aqui,

à Ana Karina, em nome de todas as
crianças que usufruíram, usufruirão e
usufruem da creche,

ao meu pai que acompanhou a maior
parte desta pesquisa, mas que na
primavera de 1997, de um sono
profundo não mais acordou.

dedico esta tese.

RESUMO

Esta dissertação analisa a trajetória de luta e a conquista do Centro de Convivência Infantil (CECI) da Unicamp, desde 1975, quando ocorre a primeira manifestação documentada, até 1986, quando o primeiro grupo de crianças “Os Pioneiros” deixa a creche aos 4 anos de idade. **A Creche no Trabalho**, primeira parte desta pesquisa, situa o CECI no quadro maior da mobilização dos funcionários pela democratização desta Universidade e por melhores condições de trabalho através da Luta Sindical: movimento pela sindicalização dos trabalhadores do serviço público.

Neste sentido as contradições presentes no cotidiano do CECI são analisadas na segunda parte da pesquisa: **O Trabalho na Creche**, onde observa-se que o apelo exacerbado ao aleitamento materno, através da amamentação compulsória, constitui-se no “preço pago” pela creche. Também são analisadas: a) as entrevistas realizadas com jovens (crianças ex-usuárias da creche) e adultos (profissionais e mães ex-usuárias); b) as fotografias produzidas pelos pais, mães e funcionárias. Estas fontes revelaram as concepções de infância e de educação infantil dos vários atores do CECI.

As reflexões e análises permitiram apontar para a possibilidade de se colocar a criança como protagonista da creche no local de trabalho, através da construção de uma Pedagogia da Educação Infantil.

ABSTRACT

This dissertation analyses the course of the fight and the conquer of Centro de Convivência Infantil (CECI) of Unicamp, since 1975, when the first documented manifestation occurs, through 1986, when the first group of children “The Pioneers” leaves the child care center at 4 years old. **The Child Care Center in the Labor**, first part of this research, locates CECI in the larger picture of employees mobilization for this University democratization and for better working conditions through Syndical Fight: movement for the public services employees syndicalization.

In this sense, the contradictions present in the CECI’s everyday are analyzed in the second part of the research: **The Work in the Child Care Center**, where it is observed that the exacerbated appeal to maternal suckling, through the obligatory breast feeding, constitutes the “paid price” for the child care center.

They are also analyzed: a) the interviews conducted with youths (children ex-users) and adults (professionals and mothers users), and b) the photographs taken by parents and employees. These sources revealed the conceptions of infancy and early childhood education of CECI various actors.

The reflections and analysis allowed pointing to the possibility of putting the child as a protagonist of the child care center in the work-place, through the construction of an Early Childhood Education Pedagogy.

ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Ao Pé da Escada	10
2.1. Documentos	13
2.2. Entrevistas	18
2.3. Fotografias	27

A Creche no Trabalho

3. Criação da Creche	33
3.1. Luta Sindical	46
3.2. O Movimento de Luta por Creches Continua	51
4. Um Programa, Muitas Creches	62
5. Creche no Local de Trabalho: Uma das Creches da Unicamp	70

....O Trabalho na Creche

6. <i>As Divinas Tetas: Do Direito ao Dever</i>	77
7. Imagens da Creche	100
8. Ela Ficava Fazendo Cerimônia!!!	121
9. Simplesmente Complexa	143
10. Bibliografia	148
10.1. Documentos Pesquisados	163
10.3. Jornais	164
10.4. Arquivos Pesquisados	165
10.5. Acervos Pessoais Consultados	165
11. Anexos	166
11.1. Legislação Trabalhista	167

11.2. Ficha de Saúde das Crianças	168
11.3. Ficha de Seleção de Pessoal	169
11.4. Ficha Catalográfica e Fotografias.....	170
11.5. Considerações Acerca Da Formulação Do Roteiro.....	171
11.6. Roteiro - Grupo de Dirigentes (Gd).....	173
11.7. Roteiro - Grupo de Usuárias (Gu).....	175
11.8. Roteiro - Grupo de Profissionais (Gp)	177
11.9. Roteiro - Grupo de Crianças (Gc).....	178
11.10. Fotografias (índice).....	179

1. INTRODUÇÃO

O tema Educação Infantil (EI) vem fazer-se presente pela necessidade de compreensão dos processos que desencadearam a instalação de creches na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Portanto, procurei analisar a creche tanto do ponto de vista da mulher trabalhadora, quanto da própria visão de infância, refletida no cotidiano da creche.

Desta forma, foi importante depreender que tipo de serviço e de educação ofereceu-se a ambas, mulher e criança, dentro do período estudado (1975-1986) e dentro da especificidade de uma creche no local de trabalho, sendo este uma empresa pública estadual. O período de estudo refere-se à data da primeira manifestação documentada, em 1975, e finaliza no ano de 1986, quando a primeira turma de usuários deixa a creche.

Minha preocupação com a Educação Infantil praticada na Unicamp teve início durante a minha graduação em Pedagogia, quando cursava a habilitação Especialista em Educação Pré-Escolar, nesta mesma universidade, no final da década de 80.

Chamava minha atenção que a existência de uma creche no campus passasse despercebida pela Faculdade de Educação (FE). Esta foi minha primeira indagação: Por que não tínhamos, enquanto alunas, uma relação mais estreita com a prática da EI em creches, já que, sabíamos, esta vinha desenvolvendo-se havia algum tempo?

Já na década de 90, tive oportunidade de iniciar minhas atividades profissionais como pedagoga em uma das 4 creches¹ da Unicamp: a creche Área de Saúde, na qual trabalhei durante 5 anos. Foi a partir das experiências adquiridas na prática cotidiana da creche que lancei-me ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas à Educação, com o objetivo de estudar

¹ conf. Quadro 1 no final desta introdução.

a trajetória da primeira creche instalada na Unicamp, no campus de Barão Geraldo.

A Unicamp é uma universidade Pública Estadual, situada em Campinas, distante aproximadamente 100 km de São Paulo (capital), dividida em outros dois *campi*, Limeira e Piracicaba, e preserva a integração de suas diversas áreas de atuação (Unicamp, 1997). Goza de prestígio nacional e internacional por oferecer um ensino de qualidade e desenvolver pesquisas e tecnologias de ponta. Conta com uma área de extensão à comunidade bastante significativa, que está ligada a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC). Desde sua criação em 1990, a PREAC é responsável pela gerência das creches da universidade (Unicamp, 1992).

A instalação da primeira creche no campus de Barão Geraldo data de 1982 e encerra uma série de fatos que merecem ser contados, pois enriquecem o entendimento do processo de luta e conquista da creche, o que será discutido ao longo deste trabalho.

É importante lembrar que a EI no Brasil vem passando por significativas modificações, sobretudo nas duas últimas décadas. Nos meados da década de 80, a creche passa a ser reivindicada pelas feministas também como um direito das crianças, o que, até então havia sido principalmente a reivindicação de um direito da mulher trabalhadora.

O que se observa é que a atenção à criança pequena pobre foi caracterizada como questão: 1) médica, que necessita de cuidados especiais; 2) trabalhista, ligada aos direitos da mulher trabalhadora; 3) jurídica, visando a diminuição da criminalidade; e 4) escolar, numa perspectiva de escolarização precoce da criança de 0-6 anos, (Kuhlmann Jr., 1990, 1991). A articulação desses fatores revela a concomitância de múltiplos interesses.

O que esses interesses têm em comum (e eles não acontecem separadamente, mas coexistem) é a concepção de infância apenas enquanto vir-a-ser (que) já é determinado antes de ser, ou seja, a criança vai sendo moldada pelos adultos de acordo com aquilo que se espera que ela seja no futuro, e

neste caso, a criança não é sujeito hoje, mas será sujeito-adulto, e para isso, necessita ser preparada e assistida enquanto futuro cidadão. (Katz, 1996, p. 90)

A infância do *vir-a-ser* desconsidera a criança como sujeito de direitos. Direitos estes que foram reivindicados nos movimentos sociais e, dentre os quais está o direito à infância.

No Brasil, entretanto, somente com a constituição de 1988 e posteriormente com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente é que todas as crianças (pobres e ricas) passam a ser reconhecidas legalmente como sujeitos de direitos.

Ocorre que, com o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, seja por necessidade, seja por opção, a responsabilidade pela educação e pelo cuidado da criança pequena passa a ser vista como atribuição compartilhada pelo Estado e pela família (Arroyo, 1995). E ao reconhecermos os direitos da criança e o dever do Estado é necessário que reconheçamos também que cada idade da vida tem sua especificidade, e que:

cada idade não está em função de outra idade, cada idade tem em si uma identidade própria que exige uma educação própria, uma realização própria enquanto idade e não enquanto preparo para outra idade. (Arroyo, op.cit., p. 22)

Embora estas idéias não sejam novas, pois já foram discutidas no século XVIII por Rousseau, elas tem revolucionado a concepção de infância. É a partir desta concepção que defendo a creche enquanto espaço coletivo de vivência da infância.

Conforme afirma Costa (1984) a transformação mais radical da sociedade humana a partir da revolução industrial talvez tenha sido aquela que se traduz na forma coletiva de criação dos filhos: a creche. Portanto, este espaço deve ser o *locus* privilegiado de convívio das diferenças sociais,

culturais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero, de idade e de classe, onde os direitos da criança sejam respeitados e onde se possa dar vazão a todas as dimensões da pessoa no presente, isto é, enquanto criança, garantindo a especificidade da infância e o direito ao brincar, livre de objetivos adultizantes² e/ou escolarizantes.

Não se trata, no entanto, de encarar as diferenças sociais com conformismo, mas de encará-las dentro de uma perspectiva de inclusão das diferenças como parte da sociedade capitalista (excludente por excelência) e não como algo alheio a ela. A creche deve ser garantida a todos que queiram, enquanto dever do Estado e opção da família.

Tanto a legislação vigente quanto as pesquisas na área têm mostrado importantes avanços para a discussão do tema no Brasil. Mas pouco sabe-se ainda sobre as instituições propriamente ditas e principalmente sobre a creche no local de trabalho. Portanto, esta é uma investigação bastante nova, pois contempla uma tendência de atendimento à infância ainda pouco explorada.

A principal referência encontrada foi uma pesquisa realizada por Telles *et.al.* (1989) na Fundação Carlos Chagas, que tratou exatamente desta questão, embora o estudo refira-se apenas às empresas privadas.

As demais contribuições vieram de alguns autores que desenvolvem suas pesquisas em redes de educação ou assistência municipais/estaduais e, embora haja uma produção significativa acerca do tema creche, praticamente inexistem pesquisas que tratem especificamente da creche no local de trabalho e, em particular, nas Universidades Públicas (já que muitas delas têm creche)³.

² Utilizo a palavra adultizante fazendo uma analogia tanto às expectativas dos adultos em relação à criança, quanto às práticas educativas que concebem a criança como futuro adulto.

³ Durante o III Simpósio Latino Americano de Atenção à Infância e I Simpósio Nacional de Educação Infantil, ocorrido em novembro de 1996, na cidade de Brasília, algumas profissionais e pesquisadoras de creches de universidades reuniram-se e propuseram a organização de um grupo de discussão sobre este tipo de serviço para a infância.

Foram bastante significativas para a compreensão histórica do tema os trabalhos de Kishimoto (1988), Kulhmann Jr. (1990, 1991), Kramer (1981), Vieira (1987) e Faria (1989, 1993)⁴. Especificamente sobre a Unicamp, foram importantes as pesquisas de Lima (1989) e Meneghel (1994).

Faria (1993) contribuiu sobremaneira para o entendimento da dualidade assistência/educação, enquanto opostos/complementares. Embora esta não seja a questão central do presente estudo, ela deve ser colocada em discussão, visto que através das entrevistas pude observar que tal aspecto encontra-se dicotomizado no Centro de Convivência Infantil da Unicamp (CECI)⁵, em cujo discurso percebe-se um movimento pendular (e não a sua concomitância) entre uma e outra área de atuação.

Para alguns dos entrevistados, o momento da entrevista tornou-se um espaço privilegiado, seja para a denúncia das contradições existentes, como "a falta de espaço" para atuar, seja para a defesa de conquistas, quando dizem - *nós já fomos assistencialistas, hoje temos outro tipo de trabalho*.

Minha idéia foi estudar as concepções que existiram no período estudado, na creche da Unicamp, e que se levantam ao longo desta trajetória:

- o papel da creche como solução para educação e cuidado de crianças, filhas de trabalhadores da Unicamp;
- o cuidado e a educação destas crianças.

⁴ Esta, embora não trate especificamente de creches, traz importantes contribuições para o entendimento da educação infantil destinada à classe operária. Este seu estudo trata da instalação dos Parques Infantis, pela Prefeitura de São Paulo na década de 30, durante a gestão do poeta Mário de Andrade, junto ao Departamento de Cultura daquela cidade.

⁵ O CECI-Unicamp faz parte de um programa do Governo do Estado de São Paulo iniciado em 1982, denominado Programa Centro de Convivência Infantil (CCI), o qual será estudado em capítulo específico neste trabalho. Por ora, devo dizer que a sigla CCI, aqui na Unicamp, foi alterada em 1986, para diferenciar a creche de outro órgão da universidade, o Centro de Controle de Intoxicações (CCI), implantado nesta época. Este último acabou por causar alguns problemas de comunicação interna, o que levou a creche a alterar sua sigla para CECI.

Desse modo, meu objetivo para esta dissertação, foi analisar os seguintes aspectos:

- A política de creche da Unicamp, implantada no campus de Barão Geraldo;
- A creche como conquista originária da luta, principalmente dos trabalhadores (homens/mulheres) da Unicamp, bem como os incentivos do Governo Estadual para que esta política fosse efetivamente implantada; entendendo que estas questões político-sociais podem ter sido vitais para a instalação da creche no campus de Barão Geraldo;
- As políticas de atenção e cuidado, no que se refere ao incentivo à amamentação natural, enquanto direito das mães e das crianças, e o cumprimento dos dois períodos de liberação da mãe para amamentar durante a jornada de trabalho, conforme foi estipulado por lei;
- As expectativas e necessidades levantadas durante os processos reivindicatórios de instalação da creche; como estas se concretizaram, face ao que foi proposto e o que, de fato, foi implantado;

Desta forma, procurei extrair idéias, expectativas, concepções, conceitos e preconceitos existentes na relação dos atores sociais com a creche instalada no local de trabalho de seus usuários. O que este estudo pretendeu portanto, foi oferecer uma modesta contribuição para:

- a) desencadear estudos sobre creches em universidades e empresas públicas;
- b) conhecer mais um pouco da criança pequena brasileira: a criança filha de funcionários (as) de empresas públicas;
- c) conhecer a trajetória de uma instituição educacional não-escolar.

Procurei contribuir para uma melhor compreensão das questões levantadas acima, sem contudo abarcar todas as nuances ou esgotar todos os aspectos da creche da Unicamp, embora tenha procurado resgatar os múltiplos interesses imbricados no seu processo de conquista e implantação, conforme analiso ao longo desta dissertação.

Desta forma, pretendo contribuir para a construção da Pedagogia da Educação Infantil⁶ recuperando a trajetória das instituições de Educação Infantil. Espero ainda, trazer subsídios para a formação de profissionais de creche, principalmente para as do CECI, e de outros CCIs e creches de empresas públicas.

Assim, para desenvolver a presente pesquisa utilizei fontes documentais escritas, iconográficas e orais, abordando, numa perspectiva histórica, a creche da Unicamp, denominada CECI. Assim, no capítulo 2 procuro discutir os procedimentos utilizados na captação de informações.

A Creche no Trabalho constitui o tema da primeira etapa da pesquisa, onde procuro analisar a legislação de creche, a luta pela garantia do direito ao equipamento social, e como ele concretiza-se.

Assim, no capítulo 3, a trajetória da creche é analisada desde as primeiras manifestações oficiais ocorridas em 1975. Ali também foi possível observar as primeiras idéias e concepções sobre creche, passando pela luta sindical, que fomenta o movimento de luta por creches até a instalação da creche, e suas principais orientações quanto à estrutura, ao funcionamento e aos objetivos de atuação.

No quarto capítulo, descrevo o Programa dos Centros de Convivência Infantil (CCI) criado pelo Governo do Estado de São Paulo em 1982, que prevê a instalação de creches em repartições públicas ligadas ao Governo do Estado, e a adesão ao Programa, das creches já existentes.

⁶ A necessidade de construir a Pedagogia da Educação Infantil tem sido sistematicamente discutida no Grupo de Estudos sobre Educação Infantil, ligado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diferenciação Sócio Cultural (GEPEDISC) do Decisae- FE-Unicamp. Este Grupo vem sendo Coordenado pela Profa. Ana Lúcia Goulart de Faria e, graças às suas profícuas *provocações*, temos nos dado conta do quão necessárias são as discussões sobre o tema Educação Infantil na Pedagogia. Portanto, é importante dizer que esta idéia não é minha, mas foi trazida pela Profa. Ana Lúcia, após ter realizado estudos na Itália.

No quinto capítulo descrevo uma outra creche que funcionou no campus de Barão Geraldo, no período de 1983 a 1986, no Instituto de Física Gleb Watagin (IFGW), denominada Comunidade Infantil Cantinho da Física (CICF) cuja proposta de atuação revela uma concepção bastante inovadora de Educação Infantil.

O Trabalho na Creche constitui a segunda etapa da pesquisa, quando analiso a prática da amamentação natural como possibilidade frente à creche no local de trabalho. Também nesta parte, analiso as fotografias e entrevistas realizadas com as crianças (hoje jovens) que utilizaram a creche.

No capítulo 6, portanto, a amamentação compulsória é analisada como um instrumento de poder dos dirigentes da Unicamp e como esta prática constitui-se no “preço pago” pela creche.

No capítulo 7, as fotografias produzidas pelas mães ex-usuárias da creche e funcionárias são analisadas como uma rica fonte documental, que revela a possibilidade destas atrizes sociais em auto-representar-se, através das imagens registradas.

O capítulo 8 trata das entrevistas realizadas com crianças ex-usuárias da creche, o que elas pensam sobre este espaço, e como o vivenciaram durante sua infância.

Por fim, as considerações finais trazem as últimas reflexões sobre as análises feitas ao longo da pesquisa, onde procuro apontar para as perspectivas da creche no local de trabalho.

Quadro 1

CRECHES MANTIDAS PELA UNICAMP EM 1995

NOME	DATA INÍCIO	NÚMERO DE VAGAS EM 1991
Centro de Convivência Infantil (Campus Campinas*)	1982	350
Creche / Área de Saúde (Campus Campinas*)	1990	202
Centro de Convivência Infantil (Campus Piracicaba)	1979	23
Centro de Convivência Infantil (Campus Limeira)	1982	30

Fonte: Projeto 25 anos - Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - Unicamp, 1992
(GT - Educação Infantil)

* O campus universitário de Campinas está localizado no distrito de Barão Geraldo

2. AO PÉ DA ESCADA

O objetivo desta pesquisa permitiu-me uma opção metodológica que privilegiasse os aspectos qualitativos. Minha preocupação básica foi analisar a trajetória do CECI, a partir das lutas dos funcionários, e a conquista da creche junto ao local de trabalho.

Tratei de analisar as questões constitutivas da criação e implantação da creche procurando colocar em evidência as perspectivas subjacentes a este processo. Estas questões são: as lutas contra a ditadura militar e a conquista dos direitos das mulheres, das crianças e da classe trabalhadora a creches nos locais de trabalho.

Entendendo que a técnica a ser utilizada depende do meio social estudado e mais ainda, da formulação temática do pesquisador (Fernandes, 1991), optei pela abordagem da pesquisa qualitativa por acreditar que ela proporcionaria melhores condições de atingir as intenções do estudo.

A esse respeito, é bastante interessante o trabalho das pesquisadoras italianas Mantovani et.al. (1995), que analisam as pesquisas de caráter qualitativo na área de educação na Itália e como esta abordagem vai desenvolvendo-se, inicialmente em contraposição à pesquisa quantitativa. As pesquisadoras afirmam que:

Assiste-se em geral, nos últimos anos, a uma nova problematização dos conceitos de qualitativo e quantitativo: a maior parte dos estudiosos e pesquisadores da área educacional, diriam que nem uma nem outra abordagem seria prejudicialmente excludente, e que dependerá da fase da pesquisa, ou do seu objeto a escolha de

analisar os dados através de instrumentos quantitativos ou qualitativos.⁷ (p.27)

Contudo, a investigação de natureza qualitativa pode ser entendida num sentido restrito como uma produção de estudos analíticos de práticas sociais. A partir desse significado, pode perceber a necessidade de uma maior aproximação com a realidade da creche, vivenciando o contexto estudado de forma a interagir com as pessoas que fizeram ou fazem parte dessa trajetória.

Neste sentido, um pesquisador assume o papel de sujeito da pesquisa pois, a partir do momento que se entra em contato com os atores sociais, estabelece-se uma relação concreta, afetiva e social.

De acordo com essa perspectiva um pesquisador deve:

exercer o papel subjetivo de participante, e o papel objetivo de observador, colocando-se numa posição ímpar para compreender e explicar o comportamento humano. (Ludke e André, 1986, p.15)

Sob essa ótica, a pesquisa qualitativa é um processo de construção do conhecimento, e não apenas uma fornecedora de dados, principalmente quando parte-se do pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente (idem, p. 18).

Isto significa que as questões e problemas que orientam uma pesquisa exigem um posicionamento teórico, levando o pesquisador a buscar novas respostas e novas indagações no decorrer de sua investigação.

Em um estudo como este, acerca da creche no local de trabalho, a análise dos dados possibilitou a emergência do aspecto político, econômico e social, pois trata-se de um estudo necessariamente voltado à totalidade do

⁷ As traduções dos textos italianos constantes desta dissertação são de minha responsabilidade.

objeto, sem no entanto aprofundar todas as suas nuances. Levando-me assim a ultrapassar os limites do factual ou descritivo e da análise apenas dos tempos breves, uma vez que esta abordagem pareceu-me bastante importante, enquanto fundamentação e procedimento neste estudo.

Desta forma, esta dissertação tem um caráter interdisciplinar, não apenas porque a pesquisa educacional o exige, mas também porque o próprio objeto de estudos - a creche - concentra múltiplos interesses, estudados em distintas áreas do conhecimento.

Tenho em mente, contudo, as dificuldades que vão colocando-se ao longo da execução da pesquisa, pois situo-me nesta trajetória não apenas como pesquisadora elaborando a dissertação de mestrado mas também como ex-aluna de graduação da Unicamp, e profissional, uma vez que toda minha experiência como técnica ocorreu durante minha atuação numa das creches da mesma universidade: a Creche Área de Saúde.

Procurei colocar em evidência a especificidade de cada situação, a fim de compreender mais profundamente o outro, não para justificá-lo, mas para entender os motivos que o levaram a agir de determinada forma, a ter certa visão de mundo e interpretação da realidade.

A noção de tempo aqui surgiu como fundamental, pois relativizando-a, penso que sua concepção é histórica, social e cultural (Thompson, 1991). Assim, o tempo vivido pelos atores sociais envolvidos no processo de construção da trajetória do CECI, bem como o tempo específico estudado através dos documentos puderam definir diferentes unidades de temporalidade, uma vez que estes últimos estão imersos no tempo breve.

Desta forma, é importante lembrar que estudos de caráter sociológico podem ter por base dados provenientes das mais variadas fontes (Lang, 1992).

No desenvolvimento das diferentes etapas da pesquisa, utilizei-me de fontes tais como: documentos escritos (impressos e manuscritos), entrevistas e fotografias. Estas fontes combinadas auxiliaram a coleta de dados, garantindo

que vários aspectos pudessem ser analisados com base em bibliografias específicas de acordo com o tema. Neste sentido, foi necessário pesquisar fontes bibliográficas que tratassem especificamente de: a) amamentação; b) imagens e fotografias; c) entrevistas com crianças; d) movimentos sociais no setor público; e) movimento de luta por creches.

Todo este rico material será apresentado ao longo desta dissertação e foi obtido através de pesquisas sistemáticas em: a) arquivos e bibliotecas dos seguintes núcleos de pesquisas da Unicamp: Pagu⁸, NEPO⁹ e NEPP¹⁰; b) biblioteca e tesouro da Fundação Carlos Chagas; c) sistemas computacionais, como o sistema Unibibli, que concentra os acervos das bibliotecas das três¹¹ universidades estaduais de São Paulo, e a Internet; d) arquivos institucionais da Unicamp: AEL¹² e Siarq¹³. Também utilizei-me de pesquisas e fontes bibliográficas italianas, cedidas pela Professora Ana Lúcia Goulart de Faria.

2.1. DOCUMENTOS

Uma característica importante desta pesquisa é que os protagonistas da trajetória do CECI mudam em curtos períodos de tempo. Desta forma, é importante lembrar que nem todas as pessoas que lutaram pela creche conseguiram usufruir dela.

Também por tratar-se de uma instituição pública estadual, os dirigentes da universidade exercem mandatos de quatro anos, provocando, de acordo com o Regimento da universidade, alterações em órgãos colegiados e muitas vezes nas direções administrativas dos institutos e órgãos que a

⁸ Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

⁹ Núcleo de Estudos Populacionais.

¹⁰ Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas.

¹¹ USP, UNESP, UNICAMP.

¹² Arquivo Edgard Leunrout - IFCH-Unicamp.

¹³ Sistema de Arquivos da Unicamp.

compõem a cada gestão. Os usuários da creche também têm uma breve passagem por lá, que varia entre seis meses¹⁴ e quatro anos, já que a creche recebe crianças de 3 meses até 4 anos de idade.

Tais fatos são importantes pois, ao mudarem os protagonistas, as idéias e concepções de creche e de infância também vão mudando. A participação dos indivíduos nas decisões, a forma como lutam pelos seus direitos, ou a maneira como organizam o trabalho na creche vão adquirindo formas diferenciadas ao longo do tempo. O lugar de onde fala cada protagonista reflete sua visão sobre o objeto em estudo.

Assim, houve a necessidade de utilizar diferentes técnicas combinadas: fontes escritas (impressas e manuscritas) de arquivos institucionais e acervos particulares¹⁵, fotografias e entrevistas.

A associação de duas ou mais técnicas mostrou-se bastante adequada, pois algumas informações nem sempre estavam disponíveis em fontes escritas. Alguns documentos foram danificados e outros descartados sem prévia seleção. Este é o caso, por exemplo, dos arquivos da Assuc¹⁶ e da Adunicamp¹⁷, que foram sendo eliminados ao longo do tempo. Atualmente, alguns documentos destas associações são custodiados pelo Siarq.

Outro exemplo das dificuldades encontradas na coleta de dados foi a de localizar o material relativo à **SEMANA DA MULHER**, promovida pelo

¹⁴ Na creche em estudo, as crianças que estão sendo amamentadas têm sua vaga garantida até os nove meses de idade, portanto, se considerarmos que elas são admitidas na creche com três meses de idade, elas terão direito a usufruir do equipamento por seis meses, no mínimo, o que constitui um tempo de permanência da criança por, 3 meses além do que estabelece o artigo 396 da CLT de 1943: Para amamentar seu filho até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um... (apud Manus, 1992)

¹⁵ Os acervos particulares consultados estão listados nos anexos desta dissertação.

¹⁶ A Associação dos Servidores da Unicamp (Assuc) foi a entidade representativa dos funcionários da universidade no período de 1968 até 1991, quando transforma-se em Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU).

¹⁷ Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp) é a entidade representativa dos professores da universidade.

CACH¹⁸ em 1978, sobre a qual tomei conhecimento através de documentos encontrados no Siarq, que mencionavam a atividade. Segundo os documentos, este evento contribuiu enormemente para a constituição da creche da Unicamp, pois na época criou um amplo debate com mulheres e feministas de várias tendências, que estiveram reunidas em torno de um objetivo comum: discutir as condições de vida e trabalho da mulher na sociedade. Dentre os temas levantados, a creche na empresa era considerada fundamental para a liberação da mulher para o trabalho.

Ocorre que, segundo informações de alunos e funcionários do IFCH, o CACH teve seu arquivo incendiado há algum tempo por “vândalos”, que invadiram as instalações do Centro Acadêmico, danificando todos os documentos ali alocados. Porém, boa parte do material referente à Semana da Mulher encontra-se atualmente no AEL¹⁹, junto aos documentos do Coletivo Feminista de Campinas.

Outra dificuldade foi a reconstituição da trajetória da creche do IFGW, pois, segundo informações de funcionários, um dos diretores mandou queimar os documentos tidos como “antigos e inúteis”.

Um dos processos administrativos referentes à implantação do CECI “desapareceu”. Funcionários do Siarq informaram que no último registro de saída do processo consta uma solicitação do próprio CECI, porém não há registro de retorno no Siarq. O CECI afirma que o processo não está lá, portanto, este não mais foi localizado.

¹⁸ O CACH é o Centro Acadêmico de Ciências Humanas, entidade representativa dos alunos do IFCH-Unicamp

¹⁹ Obtive, através da Profa.Dra. Adriana Gracia Piscitelli, Coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU, a informação de que os documentos referentes ao Coletivo Feminista de Campinas encontravam-se no AEL. Em abril/97, quando consultei o AEL, a coordenadora Eliane Zanatta gentilmente disponibilizou o material, muito embora na época não estivesse inventariado.

Isto tudo para se ter uma idéia de como uma sociedade baseada preponderantemente no papel e na escrita trata contraditoriamente os materiais que produz, ao longo do tempo.

Os documentos que sobreviveram ao tempo e aos homens foram divididos em duas categorias: oficiais e não-oficiais.

Os documentos oficiais são definidos por Lang (op.cit.) como aqueles produzidos na esfera do poder público. No caso da creche da Unicamp, são os documentos emitidos pela Reitoria e demais órgãos da universidade à ela ligados.

Estes materiais são de circulação restrita, geralmente circunscrita aos próprios órgãos que os expediram. São em geral bastante organizados em arquivos sofisticados, e sua classificação é facilitada por conter dados mais completos como data, local e autor/responsável pelo documento. Em geral são fontes impressas mecânica ou eletronicamente.

Os não-oficiais defino como aqueles emitidos por entidades de representação da população em geral ou da comunidade local; dentre eles encontrei os documentos da Assuc constantes do acervo do Siarq, os documentos do Coletivo Feminista de Campinas e do Movimento de Luta por creches.

Embora muitos destes documentos já estejam organizados nos arquivos das próprias instituições, sua classificação é mais difícil pois, em geral, não têm data; às vezes, nem o local onde foram produzidos, ou quem os elaborou. Dentre eles, encontram-se vários manuscritos, bilhetes e anotações. Evidentemente, a maior parte dos documentos são produzidos com a finalidade de atingir um público maior do que os documentos oficiais.

No entanto, chamei-os de não-oficiais, embora estes tenham valor social e acadêmico igual aos oficiais, pois correm em paralelo aos segundos, porém atingem um público maior e são produzidos em situações de defesa dos interesses e necessidades coletivos. Portanto as idéias, os posicionamentos e o caráter político e ideológico são claramente explicitados nestes documentos.

A análise e a comparação entre documentos oficiais e não-oficiais permitiu identificar o embate entre duas forças: de um lado, a Reitoria e seus órgãos, representando os interesses da sociedade política; de outro, a Assuc e os Movimentos Sociais representando os interesses da comunidade universitária, através da luta pela conquista da creche no local de trabalho.

Os acervos particulares merecem ser mencionados pois, ao contrário do que afirma Lang (op.cit.), muitos documentos foram prontamente disponibilizados para mim, muito embora sempre haja uma certa seletividade na escolha destes materiais em função daquilo que cada um deseja que seja visto e o que deve ser escondido. No entanto, Lang afirma que os acervos particulares são de difícil acesso, pois as famílias relutam em cedê-los aos pesquisadores.

A exemplo disso, a fala de uma entrevistada em particular chamou-me a atenção. Uma das informantes que participou da Comissão Organizadora da creche possui um caderno de anotações sobre todo o processo de implantação do CECI e outros documentos impressos. A própria informante sugeriu que eu fotocopiasse os materiais necessários.

Ao selecionar os documentos a serem reproduzidos incluí o caderno de anotações. Logo percebi que isso havia incomodado a proprietária do material. Ela me disse que dificilmente a cópia do caderno sairia legível, pois estava escrito à lápis e completou: -- *Imagine se eu falei mal de alguém aí!!!*

A boa parte dos acervos particulares constitui-se de fotografias, sendo que a maioria delas foram cedidas por Carmem Félix (mãe, ex-usuária da creche).

Como, nos acervos particulares, os documentos geralmente não estão organizados, esta tarefa foi sendo realizada por mim, de maneira a identificar, selecionar e classificar os documentos, conforme a necessidade da pesquisa.

Nesta etapa também procedi a catalogação das fotografias com o auxílio das pesquisadoras do Centro de Memória da Unicamp (CMU).

Como o objetivo era utilizar fontes variadas de informação, consultei ainda a hemeroteca do CMU, o que permitiu estabelecer uma certa cronologia dos fatos e eventos ocorridos na universidade durante o período estudado, pesquisando os jornais Folha de São Paulo, Correio Popular (Campinas) e Diário do Povo (Campinas).

Entretanto, Lang (op.cit.) sugere que a utilização de artigos de jornais deve acompanhar alguns cuidados, pois cada um tem uma orientação relacionada com os interesses dos grupos que os dirigem. É importante observar a posição da notícia na publicação e o destaque a ela atribuído.

Nos jornais consultados foi possível observar que a Unicamp, no período estudado (1975-1986), era objeto de grande interesse da imprensa local, que publicava constantemente matérias sobre a universidade. As informações eram tanto relativas a questões acadêmicas, como pesquisas em desenvolvimento, quanto às alterações ocorridas nos cargos políticos, como Reitor, Diretor de Instituto, entre outros.

Dentre as notícias que ganharam maior destaque constam a intervenção do Governo Estadual na Unicamp em 1981 e a indicação de J.A. Pinotti para assumir a Reitoria, contrariando a consulta à comunidade, que havia escolhido o Prof. Paulo Freire para o cargo. Também a mudança de direção no IFGW ocorrida em 1980, quando o Prof. Marcos Zwanziger assume a direção do instituto democratizando todo o colegiado, anteriormente biônico²⁰.

2.2. ENTREVISTAS

Não houve grande dificuldade por parte dos entrevistados em relatar a dinâmica da creche, mas, como lembram Ludcke e André (op.cit.), nem

²⁰ Pessoa nomeada para cargo por sua natureza eletivo. Conf. Holanda (1985).

todos mantêm-se completamente à vontade e naturais ao ter sua fala gravada. O que ficou visível é que cada um tem uma visão parcial da creche, mas todas complementares, o que me permitiu reconstruir um pouco de sua história através de múltiplos olhares²¹.

Também as entrevistas permitiram romper com algumas hipóteses e “pré-conceitos” que eu mesma, enquanto pesquisadora, tinha. Foi quando percebi minha postura contraditória, embora inconsciente, no sentido de ir para as entrevistas com uma certa “verdade” previamente elaborada, esperando apenas confirmá-las.

Essa percepção foi possível após a reflexão dos sentimentos que permearam minha atuação durante as entrevistas. Muitas vezes recebia com surpresa as informações, mas outras com grande decepção, pois não “batiam” com as minhas hipóteses.

Embora tivesse, do ponto de vista teórico, convicções como: a verdade é construída a partir de aproximações sucessivas do objeto estudado; meu amadurecimento como pesquisadora deu-se mesmo no exercício da busca de informações e na interação com os atores sociais, permitindo-me assim fazer a viagem inversa:

Chegados a esse ponto teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica. (Marx, 1988, p. 14)

Quanto às entrevistas, estas foram realizadas com o propósito de reconstruir a história da creche da Unicamp, entender o que pensavam os indivíduos que com ela relacionavam-se, bem como compreender questões que a rotina de trabalho ali colocava.

²¹ Refiro-me tanto aos olhares dos grupos entrevistados, quanto ao meu próprio olhar acerca do objeto em estudo

Esta foi uma atividade ao mesmo tempo estimulante, pois as informações são ricas e muitas vezes emocionadas, mas também bastante instigante, fazendo com que eu estivesse atenta, não apenas ao conteúdo dos depoimentos, mas também à minha própria postura durante a entrevista.

A seleção dos entrevistados procurou obter um número expressivo de pessoas, não muito extenso nem muito pequeno, mas que desse a idéia geral das percepções dos grupos em estudo (Vidigal, s/d).

Os entrevistados foram divididos em grupos, conforme as respectivas posições que ocupavam na estrutura da creche. Devido a essa situação, houve ênfase diferenciada nas perguntas, face à pertinência a cada “categoria”, segundo orientação dada por mim. Os grupos são:

1. GD - Grupo de profissionais Dirigentes da creche (Diretora da creche, Assessores da reitoria e Reitor da universidade),
2. GP - Grupo de Profissionais da creche (profissionais técnicos - assistente social e pedagogas),
3. GU - Grupo de Usuárias (mães usuárias),
4. GC - Grupos de Crianças (crianças que usufruíram da creche).

A pedido de alguns, os entrevistados não foram identificados no corpo do texto e também porque, em sua maioria, são funcionários ativos da universidade. Por isso, para designá-los, utilizei apenas siglas, acompanhadas da sigla do grupo a que pertencem, do mês e do ano em que foram entrevistados²².

Como cada grupo de entrevistados representava uma categoria diferente na estrutura da creche, foi possível apreender diversos aspectos, de acordo com o *ângulo* a partir do qual o informante via a creche. Para Queiroz (1991), (é) a quase totalidade dos ângulos que apresenta o fato social.

²² exemplo: (E, GD, 10/96)

Por tratar-se de uma experiência nova para mim, procurei avaliar, a partir das primeiras entrevistas, os pontos positivos e negativos, respeitando as exigências das técnicas de entrevista e seus limites. Desta forma, alguns deslizes observados foram importantes para perceber as limitações do próprio roteiro²³ elaborado para as entrevistas.

Um momento que me chamou a atenção foi numa das questões em que pretendia extrair dos entrevistados a sua percepção sobre os profissionais de creche. Nas primeiras vezes em que formulei a questão, o fiz da seguinte forma: *Aponte as características para um profissional de creche*. E obtive as seguintes afirmações:

- *Tem que gostar do que faz.*
- *A empolgação demonstrada na entrevista (de admissão), com que a pessoa se expressava com relação a este tipo de atividade, o grau de interesse e motivação pelo trabalho*
- *Um certo carinho, uma doçura que permitisse lidar com adultos e crianças com certa flexibilidade (...) Se houvesse um rapaz com essas características certamente seria aceito.*

Entretanto, por um deslize da minha parte, ao formular a mesma questão para uma outra entrevistada, utilizei a expressão “*UMA profissional de creche*” e, imediatamente, obtive a resposta:

²³ cf. anexo

- Dom! ELAS têm que ter dom para lidar com crianças, e paciência. Se elas não gostam de crianças é uma coisa que não dá para fazer.

Esse deslize, acredito, influenciou também a resposta à pergunta “quanto à predominância feminina adulta (profissional) na creche; se ajuda ou atrapalha”. Obtive a resposta de que a educação de crianças está vinculada à mulher. Até poderia haver homem na creche, desde que mantivesse uma certa distância, e apenas para que as crianças tivessem o referencial masculino, mas a mulher seria mais adequada para esta atividade (GU).

Isso me fez refletir sobre o próprio roteiro, levando a pensar que, no primeiro caso, a questão não estaria induzindo a resposta, enquanto que, na segunda forma “UMA profissional” remete à idéia de que a educação, sobretudo infantil, é uma tarefa natural da mulher.

Um aspecto que considere muito importante, foi de não ficar tão presa ao roteiro, o que permitiu formular novas questões que elucidassem melhor a informação, e estabelecer uma interação maior entre entrevistadora/entrevistados. Algumas questões desencadeavam múltiplas informações, que, por vezes, suscitavam outras.

Optei pelo registro das informações através da gravação das entrevistas, ciente das vantagens, mas também das limitações e riscos desse recurso (Ludke & André, op.cit., Queiroz, op.cit.). Quanto ao uso do gravador, este é um importante elemento da entrevista, pois pode tanto ajudar quanto atrapalhar, portanto, a qualidade do equipamento deve ser rigorosamente observada.

Um aparelho aparentemente moderno e arrojado pode, contudo, não corresponder às exigências do momento. Assim, o equipamento utilizado foi cuidadosamente escolhido quanto ao tamanho, praticidade do transporte e na sua *evidência* durante a entrevista. Considerando que a presença do gravador

deve ser desvalorizada em sua inevitabilidade técnica, por ser impossível captar por escrito tudo que foi dito (Vidigal, op.cit.).

No entanto, a presença do gravador muitas vezes foi sentida pelos entrevistados em razão de uma peculiaridade do mesmo, que não possui um recurso de “auto-stop”²⁴ o que me forçou a ficar muito mais atenta ao término da fita do que o desejado. Isto causou um certo desconforto, pois o fato de olhar, mesmo que discretamente, para o aparelho por diversas vezes tornou-o mais presente.

A entrevista com crianças ex-usuárias da creche, hoje jovens com idade entre quatorze e quinze anos, foi o ponto culminante desta etapa da pesquisa, pois deparei-me com o desafio de aventurar-me num campo ainda pouco explorado nas ciências sociais.

Por tratar-se de mais uma experiência nova para mim, cujas características específicas não são tratadas em bibliografia que pudesse orientar-me, tive então que elaborar um método específico, já que deveria recorrer à memória de pessoas para resgatar um período da vida em que a lembrança é nebulosa, como retrata Graciliano Ramos (1995):

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada (...) Ignoro onde o vi (...) e se uma parte do caso remoto não desaguasse noutra posterior julgá-lo-ia sonho (...) Houve uma segunda aberta entre as nuvens espessas que me cobriam: percebi muitas caras, palavras insensatas. Que idade teria eu? Pelas contas de minha mãe, andava em dois ou três anos ...(p. 7)

Elaborei então um roteiro para a entrevista, para que pudesse desta forma auxiliar a lembrança. Procurei leituras acadêmicas que pudessem

²⁴ Auto-Stop é um recurso, que muitos equipamentos dessa natureza possuem que, ao acabar a fita, desligam-se automaticamente, provocando um ruído, o que chama a atenção do entrevistador para a necessária troca da fita.

subsidiar a tarefa. Uma delas foi **Criança: do reino da necessidade ao reino da liberdade** de Vânia Araújo, que utiliza entrevistas com crianças de 8 a 12 anos em seu estudo.

Também a pesquisa de Ethel Kosminski (1992) desenvolve uma metodologia específica para entrevistar crianças institucionalizadas, com o objetivo de apreender as formas de sociabilidade destas crianças no espaço coletivo e com trajetória de vida bastante conturbada.

Embora estas pesquisas não tratem da mesma faixa etária que estudo (0-4 anos), foram bastante significativas enquanto referências para a elaboração da técnica a ser utilizada. Além das pesquisas já citadas, uma entrevista realizada pela Secretaria de Educação de São Paulo, com ex-usuários dos Parques Infantis daquela cidade, foi bastante importante para minha pesquisa, já que se trata de **Crianças do Passado que Contam Histórias para o Futuro**. (Nudelman, 1985)

Outros estudos, como os de Martins (1993), Krogh (s/d) e Langsted [1994], também constituíram-se em importantes elementos de reflexão sobre a entrevista com crianças, uma vez que cada pesquisador que utiliza esta técnica de coleta de dados, ao menos com crianças que falam, está inovando, pois como já foi mencionado, são poucos.

Vale lembrar que os bebês que ainda não falam continuam excluídos das pesquisas, visto que é necessário inventar e misturar técnicas que possam “traduzir” as outras “99 linguagens”²⁵ das crianças muito pequenas, pois, como aprendemos com Becchi (1994) sobre a metonímia da infância, embora as crianças pequenas não falem, isto não significa que não se expressem e não se comuniquem!!!

A respeito da escassez de pesquisas que contemplem a fala de crianças pequenas e grandes, é interessante a afirmação de Martins (1993):

²⁵ Conforme a poesia do *Bambinista* Italiano Loris Malaguzzi - *Invece il cento c'è*, constante no capítulo 9 desta dissertação.

As ciências humanas, com possível exceção da antropologia, não têm sido capazes de decifrar o silêncio daqueles que não foram eleitos pelo saber acadêmico como informantes válidos dos pesquisadores. (p.55)

Esta análise é importante, pois coloca em foco a ausência de pesquisas que possibilitem à criança falar sobre sua infância. Dando voz à criança é possível também sensibilizar a comunidade acadêmica para o fato de que devemos tirá-las do silêncio, para então construirmos novos referenciais teóricos a partir de um universo de informantes diferentes dos habitualmente encontrados pelas ciências sociais.

Neste sentido, utilizei uma técnica que freqüentemente é utilizada com adultos e ainda pouco explorada com grupos de crianças e jovens sobre uma fase da vida que poucos registros de memória deixa. Isto constituiu para mim um desafio prazeroso.

Entrei em contato então com duas crianças da creche que afirmavam lembrar-se muito pouco daquele período. O que fazer então? Pensei em reunir outros elementos que pudessem atuar como desencadeadores da memória, como: as fotografias, a planta da creche e os “trabalhinhos” feitos pelas crianças, os quais posteriormente foram trazidos para a entrevista pelos próprios entrevistados.

Complementando estes elementos, por sugestão da Profa. Olga von Simson, organizei um encontro com várias crianças. Um grupo não muito grande poderia ajudar-se e complementar-se e assim, talvez pudessem lembrar-se de mais detalhes e eventos comuns da creche.

Das 21 crianças da primeira²⁶ turma da creche, selecionei 10 seguindo os seguintes critérios: que fossem em número igual de meninos e meninas e de crianças brancas e negras.

²⁶ Conforme foto da capa desta dissertação.

Delimitei a 10 o número de contatados, pois um número maior de entrevistados poderia dificultar a entrevista em grupo, já que esta era uma atividade nova para mim. Das 10 crianças contatadas 5 compareceram à entrevista, sendo duas meninas brancas e duas negras e um menino negro.

Iniciei a entrevista falando sobre a pesquisa da qual estavam participando, meus objetivos, e a importância da participação do grupo para o enriquecimento do trabalho. Em seguida sugeri a leitura de um capítulo do livro *Infância* de Graciliano Ramos (op.cit.), o qual foi muito bem aceito pelo grupo. O objetivo da leitura foi de auxiliar o início da conversa pois, a partir da discussão do texto, os participantes já faziam observações sobre sua própria vivência na creche.

Em seguida, observamos a planta baixa da creche, e ali novas recordações foram fazendo-se presentes. Neste momento iniciei as perguntas semi-estruturadas do roteiro²⁷. Isso possibilitou que o grupo remetesse-se a questões mais gerais e aos aspectos comuns do cotidiano da creche.

As fotografias foram sendo trazidas de uma forma mais estratégica, quando os entrevistados diziam algo do tipo: - Acho que aqui tinha um banco que as tias ficavam... E assim a memória começava a fluir de forma profícua.

Em seguida, passei a utilizar as imagens com o auxílio de um projetor de fotografia, de maneira que todos pudessem visualizá-las e fazer observações sobre elas; e novas informações eram acrescentadas. Assim, perguntas e respostas constituíram um gostoso "bate-papo" sobre a creche.

Este estratagema foi utilizado por Simson [1996] em um estudo realizado com imigrantes alemães que se instalaram em Campinas de Mato Grosso (hoje Campinas), na segunda metade do século passado:

²⁷ Conf. anexo

...através das imagens fotográficas projetadas em tamanho bem grande na maior parede da sala de aula, (...) deixamos que os presentes comentassem livremente uma a uma das imagens, surgindo assim um ativar coletivo da memória grupal quando então as lembranças de uns detonavam o rememorar de outros e diálogos e divergências foram sendo gravados assim como as brincadeiras e muitas risadas ...(p. 8)

Ao final da entrevista perguntei o que tinham achado da atividade e todos disseram que foi muito bom lembrar deste passado e que gostariam de encontrar-se novamente, tentando então reunir um número maior de participantes.

Minha avaliação também foi positiva, apesar de algumas dificuldades terem sido logo observadas: por exemplo, as respostas eram às vezes curtas, com pouca informação, talvez uma característica da lembrança (não sei!!). Um certo retraimento apresentou-se como um aspecto mais difícil de ser trabalhado no início da entrevista, e também alguns jovens falam bem mais que outros, lembram-se de mais detalhes. Contudo, a experiência foi muito instigante, pois pude romper com a barreira do esquecimento, reunindo ao final informações muito importantes para a pesquisa.

2.3. FOTOGRAFIAS

Durante o desenvolvimento das entrevistas, um elemento essencial na reconstrução dos fatos foi a fotografia.

As fotografias utilizadas são aquelas pertencentes a acervos particulares dos entrevistados e referem-se ao dia-a-dia da creche, às festividades e a passeios. Segundo os entrevistados que gentilmente cederam

suas fotos para o meu trabalho, estas reproduções foram feitas com máquinas bastante simples, do tipo Visor (foco fixo), utilizando filmes de 35 mm, e ISO 125. Diante desta peculiaridade, faz-se necessário algumas reflexões acerca do material coletado.

A primeira questão a que me remeto é a popularização dos aparatos fotográficos, ocorrida nos últimos anos, através do desenvolvimento de câmeras pequenas, tão simples no manuseio quanto nos recursos que possuem, gerando registros de imagens de pouca qualidade, mas de fácil acesso da população em geral. A disseminação da fotografia como registro do cotidiano, sem a necessidade de conhecimento profissional (fotógrafo amador), leva-nos a uma fonte documental rica e importante para a pesquisa.

Estas fotografias não são tiradas necessariamente a partir de um olhar acadêmico acerca de uma realidade socialmente dada. O que se pretende prioritariamente é o simples registro de momentos considerados importantes, como os rituais de passagem (aniversários e formaturas) e o próprio cotidiano da creche.

Todas as produções analisadas não foram concebidas a partir de uma intencionalidade acadêmico/científica, ou seja, não foram feitas pensando-se na finalidade de servir de fonte documental, mas sim como um olhar que se lança sobre a realidade e sobre o momento que se vive, e que por bem, mereceu cristalizar-se desta forma.

Não eram pesquisadores ou antropólogos visuais que estavam atrás da câmera, mas os próprios sujeitos sociais que produziram uma história peculiar, única. Desta forma, as fotografias obtidas para a pesquisa diferem, sobremaneira, daquelas concebidas com finalidades acadêmicas, e também das chamadas fotografias oficiais (Oliveira Jr., 1993) que:

...pretende(m)... tornar seu receptor num virtual partidário da ideologia do Estado, ... (e) para que isso se efetue é preciso que as imagens tenham coerência interna, conduzam a possibilidades

expressivas, possuam significações imediatas, revelem aspectos característicos de seu público, para facilitar a aproximação ou identificação e ocultem o que não pode ser mostrado, isto é, tudo aquilo que provoque dúvida ou desarticule o projeto de hegemonia. (p. 41)

Embora muito menos movida pela necessidade de convencimento social ou político, as fotografias aqui utilizadas, revelam uma certa ideologia, tanto quanto concepções de educação infantil e de infância preponderantes, sem contudo terem, necessariamente, uma função política de persuasão:

Transmitindo representações ou práticas significantes, de uma realidade estruturada segundo os objetivos de uma classe, a fotografia vai ter um papel de integração social (idem, p. 36)

O que se percebe com o advento da câmera simples é a emergência de uma cultura popular de registro de imagens, estabelecendo uma relação de representação do passado vivido através da fotografia, como recurso de memória, para aqueles que a produziram, a partir do senso comum da representação fotográfica (Tacca, 1993).

Muito mais que desencadeadoras de memória, as fotografias, na presente pesquisa, são reveladoras e interessam para mim como registro histórico do presente em construção, uma vez que procuro compreender a creche dentro de uma perspectiva histórica, sendo a fotografia um importante elemento de conhecimento dessa realidade, e de troca de informações entre os diferentes atores sociais que protagonizaram essa história (Giglio, 1993).

É importante lembrar que esse registro possui uma ideologia de representação daquilo que se pretende que permaneça na memória, pois há uma seletividade dos eventos registrados. Assim, vale perguntar porquê não há,

por exemplo, registro de conflitos, ou de crianças chorando? Será que estes momentos são considerados negativos por aqueles que fotografaram?

O que observei nas fotografias é que há sim, a priorização dos momentos considerados (pela ótica do adulto) alegres, positivos. São festas, passeios e atividades coletivas em que os envolvidos pareçam felizes e em harmonia. Se eu reunisse estas fotografias em situações, como descreve Giglio (op.cit.), para definir um método específico de análise, diria que estas são situações socialmente privilegiadas, a ponto de merecerem registro fotográfico. O que, portanto, não as caracteriza como retrato fidedigno do real, mas constitui-se numa fonte parcial de dados, embora rica e muito importante.

Um outro aspecto que merece destaque é que os poucos recursos das câmeras simples produzem imagens igualmente simplificadas em termos de qualidade, principalmente no que se refere à centralização do objeto, à angulação da câmera, à sensibilidade do filme utilizado, dentre outros.

A peculiaridade da máquina de visor, ou foco fixo, deve ser considerada nesta análise, pois, diferentemente das câmeras profissionais ou semi-profissionais, em que o fotógrafo focaliza a imagem diretamente na objetiva, a máquina mais simples tem um foco deslocado, em geral na parte superior esquerda. Isso faz com que nem sempre a fotografia corresponda àquilo que o fotógrafo desejava registrar, ou enfatizar. A profundidade do campo também é outro fator que diferencia as fotografias registradas por estas máquinas das semi-profissionais/profissionais.

Também as condições de armazenamento e conservação parecem precárias, alterando a coloração ou a própria imagem da fotografia.

Feitas estas considerações, vale registrar que as fotografias coletadas encontram-se hoje num processo de ampliação, com o total apoio do Siarq, que se encarregou deste procedimento, e que também manterá a custódia das cópias. As originais serão devolvidas aos doadores.

Em seguida, procedi a indexação e catalogação²⁸ destas fotografias, seguindo algumas sugestões de Simson (1991):

- Elaboração de uma ficha técnica contendo: dados sobre o tipo de fotografia, estado de conservação, indicação do doador, localização do acervo.
- Elaboração de uma ficha de análise com os dados histórico-sociológicos propriamente ditos - Número de personagens, sexo, idade, etnia.
- Descrição da fotografia quanto ao evento.
- Atribuição de legenda, conforme informações do doador.
- Observações da pesquisadora quanto ao conteúdo da foto, e suas relações com outras informações anteriormente registradas.

As fotografias utilizadas no corpo do presente texto referem-se apenas a uma pequena parcela de todo o material coletado e das análises que suscitaram. Mas representam grupos de eventos que por mim foram selecionados e analisados no capítulo 7 desta dissertação. Elas foram reproduzidas em fotocopiadoras para impressão colorida.

²⁸ Conforme anexo: ficha catalográfica de fotografias.

A CRECHE NO TRABALHO...

3 - CRIAÇÃO DA CRECHE

O objetivo deste capítulo é analisar a implantação da creche da Unicamp, como um amplo processo de luta e conquista dos trabalhadores. A este objetivo soma-se a perspectiva de superação do caráter autoritário da administração da universidade, determinado pelo contexto social e político mais amplo da sociedade brasileira durante o regime militar.

Neste sentido, procurei apreender o Estado, que em suas várias manifestações revela-se patrimonialista, de privatização do público, bem como sua atuação a serviço de minorias privilegiadas, definindo-se com um caráter patronal (Fernandes, 1989; Kruppa, 1994).

A esse respeito, Florestan Fernandes (op.cit.) chama a atenção para a atuação do poder público, que empresta as técnicas de controle e cooptação dos funcionários da empresa privada - característica que o define como Estado-Patrão.

Este Estado apresenta-se com variações de estilo e com um descompasso entre forma e conteúdo autoritário ou democrático, cujas variações determinam formas diferentes de atuação deste frente aos seus opositores, neste caso a Assuc e a luta pela sindicalização do serviço público. Conforme afirma Fernandes:

O Estado capitalista conta com certas vantagens sobre a iniciativa privada e, quando é mau patrão, como acontece no Brasil, ele se resguarda por trás do arbítrio, da chantagem política e da “essencialidade” dos serviços públicos (...) buscando estigmatizar (os funcionários) como inimigos da ordem, “irresponsáveis” e “demissíveis legalmente”. (op.cit., p.62, aspas do original)

Neste sentido, foi bastante importante retrair a atuação do Estado frente à definição de suas prioridades em relação aos trabalhadores por ele empregados, em termos de condições de trabalho e o que interessa para essa pesquisa: o direito à creche.

Desta forma, a organização interna da Unicamp reflete as características da ditadura, à medida que os órgãos colegiados e o próprio reitor eram escolhidos de maneira indireta por indicação do governador *biônico* do estado (Lima, 1989, Meneghel, 1991).

Segundo os documentos analisados, o final da década de 70²⁹ é marcado pela reorganização das entidades de representação da universidade - Assuc e Adunicamp - e a busca de melhores condições de trabalho.

Foi nessa época também (1978) que ocorreu na USP uma ampla passeata, reunindo funcionários e docentes, reivindicando creche. Fato que foi importante para a época, por tratar-se de uma manifestação pública em pleno regime militar e por reunir homens e mulheres lutando pela creche (Rosemberg, 1989).

Na Unicamp, o quadro não era diferente e, embora não tenha havido aqui um ato público em defesa da creche, tal reivindicação estava na ordem do dia e fazia parte de um movimento mais amplo que envolvia inclusive a luta pela sindicalização do funcionalismo público, como veremos mais adiante (Boletim, s/d).

Ao destacar a creche como CONQUISTA, é importante notar duas características marcantes durante o processo de implantação do CECI:

- a organização e a mobilização da comunidade em defesa de seus direitos trabalhistas e de melhores condições de trabalho;

²⁹ Ressalto que o final da década de 70 foi estudado nesta pesquisa por ser quando começa a discussão sobre a creche da Unicamp. Esta ressalva é importante, pois lembro-me das observações da professora Neusa Gusmão, sobre pesquisas na área de educação, feitas durante o exame de qualificação de Joseane Bufalo, em 1996. A professora diz que "o mundo não começou na década de 70" e, no entanto, muitas pesquisas na área fazem menção a este período como sendo crucial para a educação.

- o discurso oficial do reitor Prof.Dr. J. A. Pinotti, que aponta a creche como um benefício do empregador, conforme divulgado no final da década de 80, através de seu relatório de gestão.

Tomando como referência esta última informação, é interessante notar que, ao mesmo tempo, os dirigentes da Unicamp desqualificavam e desconsideravam a organização dos trabalhadores, tanto por considerar a creche como benefício e não como direito, quanto por personificar na figura do Reitor a iniciativa pela implantação da creche:

Deu-se início ao processo de oferecimento de creches aos funcionários, o que na realidade significou a introdução desta política na Unicamp, atendendo de forma crescente e continuada uma demanda cronicamente reprimida. (Unicamp, 1986)

Mas não foi bem assim. Ao colocar a creche, no documento analisado, ao lado de benefícios como o serviço médico-odontológico oferecido pela universidade, o reitor deixa de registrar que a implantação da política de atendimento a crianças de 0-4 anos foi decorrente da luta de trabalhadores, sendo que boa parte destes sequer chegou a usufruir dela.

Uma particularidade da creche da Unicamp, observada tanto nos documentos como nas entrevistas, é que a luta pelo equipamento social não se encerrou na conquista da creche, mas ocorreu ainda, durante sua trajetória, um constante movimento pela expansão das vagas.

No entanto, o discurso oficial, obtido através do relatório de gestão de Pinotti, diz:

Há hoje no campus cinco creches funcionando dentro de padrões próximos do ideal e atendendo a 208 crianças (o total de vagas é de 210) beneficiados segundo critérios de natureza rigorosamente social.

Mergulhando no passado da creche, foi possível observar que a conquista desta constitui-se num longo processo de luta. A primeira manifestação oficial encontrada nos arquivos pesquisados refere-se ao processo administrativo no. 3384 - de junho de 1975, quase dez anos após a inauguração oficial da Unicamp, que ocorreu em 1966³⁰. Através de um ofício da Coordenadoria de Assistência Social, reúnem-se alguns argumentos em favor da instalação de creche na Unicamp, os quais merecem certa atenção:

A implantação de uma creche na Unicamp apresenta-se como oportuna medida a ensejar que família e universidade se beneficiem e se reforcem. A promoção do bem estar físico, espiritual e social do homem constitui o objetivo primordial da universidade³¹ (...) As mães que trabalham ou estudam na universidade deixam de dedicar a atenção, o cuidado e carinho aos filhos (...) muitas destas mães, não contando com pessoas capacitadas para suprir sua permanente ausência do lar, sentem-se preocupadas, angustiadas e tristes com reflexos visíveis no desempenho de suas atividades na Unicamp. (Unicamp, 1975, grifo meu)

A instalação da creche na Unicamp é defendida, não só como proteção ao trabalho das mulheres, mas também como fator de segurança e

³⁰ Conforme informações do SIARQ.

³¹ Nos artigos escritos por Zeferino Vaz e nas entrevistas concedidas por ele a jornais locais, esta concepção de universidade é bastante presente. As atividades de ensino e pesquisa devem envolver todos os ramos do conhecimento humano, os quais devem ter igual importância e igual dignidade e que a finalidade de todo o conhecimento é alcançar o bem estar espiritual, físico e social do homem. Lima (op.cit.) irá dizer que foi dosando esta visão, simultaneamente universal e pragmática de universidade, que ele (Zeferino Vaz) imprimiu, na elaboração e na implementação do projeto da Unicamp, a determinação de fazê-la uma instituição eclética em suas finalidades, mas útil quanto a sua contribuição para a solução dos problemas da comunidade.

produtividade para o empregador. Esta perspectiva assistencialista³², demonstra claramente uma maior preocupação com o aumento da produtividade do trabalho da mãe do que com a própria criança. Assim, o Estado reafirma-se também produtor de relações sociais que não são postas e produzidas apenas pelas formas produtivas e, conforme afirma Kruppa (1994):

(...) esse Estado atua através da burocracia, produzindo a homogeneidade, a equivalência do não equivalente. (p.18)

Além disso, é patente a afirmação por parte dos dirigentes da Unicamp, quanto aos efeitos maléficos da ausência da mãe no lar. Assim também é evidenciada a culpa sentida pela própria mulher diante da necessidade de trabalhar fora de casa, deixando os cuidados dos filhos sob responsabilidade de outros, o que acaba gerando a idéia de que a mãe deve ser substituída por outra pessoa.

A esse respeito, a pesquisadora italiana Susanna Mantovani (1979) afirma que a natureza assistencialista observada nas creches ocorre em função de seu enfoque centrar-se na mãe (mulher-trabalhadora). Desta forma, a creche acaba por caracterizar-se como substituta da mãe, portanto diferente da visão de creche como instituição de cuidado e educação complementar à educação dada pela família, e opção dos pais³³. A contrapartida para o *beneficiamento*³⁴ à mãe trabalhadora, com a abertura da creche, está na

³² Kuhlmann Jr. (1990), estudando a questão da assistência em instituições pré-escolares para a população pobre/trabalhadora, no período de 1889 a 1922, pôde constatar que o pensamento assistencialista exerce forte influência naquele momento, reforçado por congressos e eventos de caráter científico. A esta característica dos dirigentes e empresários, de cientificar as políticas sociais, o autor chama de *assistência científica*.

³³ Embora as pesquisas na área tenham avançado bastante, ainda não se atentou para a possibilidade da creche ser uma opção da criança também. Como veremos mais adiante, nem todas as crianças gostam de ficar na creche.

³⁴ As palavras benefício e beneficiamento, em referência à instalação da política de creches na Unicamp, aparecem várias vezes no documento pesquisado, por isso elas aparecerão no presente texto sempre demarcadas em destaque.

possibilidade de proporcionar-lhe maior tranquilidade para o desempenho e a produtividade no seu trabalho. Subjacente a esta idéia está a questão de que, com a instalação da creche, é possível garantir desde o berço a reprodução passiva da força de trabalho como patrimônio capitalista (Hardmann, 1984).

Portanto, no que se refere à atenção/educação das crianças pequenas, a preocupação baseia-se no seu desenvolvimento bio-psico-social, e no seu preparo para a educação formal:

Como objetivos fundamentais (...) permitir às crianças o convívio numa creche bem orientada, num ambiente sadio, seguro e confortável, onde encontrarão as condições básicas ao seu desenvolvimento físico, mental e social, especialmente o desenvolvimento da sociabilidade e do relacionamento adequado à integração no grupo primário e futuramente na comunidade. Aos pais de baixo poder aquisitivo a certeza de boa alimentação, de controle médico-odontológico, recreação (...) (que) redundará em benefício de grande alcance social, e proporcionará à universidade, além do resultado imediato de maior rendimento no trabalho, por parte das mães e pais, a oportunidade de participar efetivamente do grande esforço nacional de apoio a criança (...) como objetivo secundário, a creche se constituirá numa feliz oportunidade de estudos, pesquisas e observações.(Unicamp, 1975, p. 3, grifo meu)

Como vimos na introdução desta pesquisa, a creche congrega diversos interesses; dentre eles estão os objetivos oficiais citados acima, ou seja, analisando este trecho documento, foi possível observar os múltiplos interesses, que vão desde a) atender a reivindicação dos trabalhadores, b) aumentar a produtividade das mulheres no trabalho, e c) desenvolver pesquisas.

No entanto, este último interesse aparece somente neste trecho do documento e segundo as entrevistas ocorreram apenas algumas pesquisas médicas³⁵. (GD)

Além disso, a creche vai constituindo-se num espaço destinado a pais de baixa renda, portanto, para crianças pobres. Analisando o trecho acima é possível observar ainda que a clientela a ser atendida não se restringe apenas às mães, mas também aos pais.

Um outro aspecto a ser ressaltado é o *grande esforço nacional de apoio à criança*, relatado nos documentos, que tem suas raízes históricas na política populista da Era Vargas, como lembra Sebastiani (1987) que, citando as iniciativas do governo federal em relação à proteção à infância, estuda a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), denunciando seu caráter político de reprodução dos interesses da classe dominante:

O DNCr não é apolítico, ele representa os interesses da classe que detém o poder e é também instrumento de propagação da ideologia dominante (p.10)

A autora afirma que algumas das maiores realizações do DNCr foram as medidas morais e a premiação de mães que seguiam os preceitos da puericultura³⁶.

Além disso, Vieira (1987) relata que as autoridades (desde o início do século XX) afirmavam que a elevada mortalidade infantil, consequência da pobreza

³⁵ Segundo uma das entrevistadas: - - *Houve uma pesquisa depois, quando já tinha duas casinhas funcionando (sede principal da creche) que foi feita pela pediatria e era para medir não sei se o tamanho do fígado, ou alguma coisa, em crianças amamentadas. Porque não tinha padrões de normalidade brasileiros eles tinham que usar informações do exterior. Mas eu nunca vi os resultados.* (E.,GD, 10/96)

³⁶ A questão da puericultura será discutida no capítulo 6 desta dissertação: "*As Divinas Tetas*".

tinha no trabalho feminino sua principal agravante, atribuindo à mulher a responsabilidade pela mortalidade infantil.

Fernandes (1997) estudando a infância, modernidade e escola, como estes temas foram apresentados por Durkheim, afirma que o fundador da sociologia denomina de *anomia* a crise da modernidade, que para ele seria provocada pelo enfraquecimento da inscrição da sociedade na subjetividade habitante da modernidade.

A autora prosegue seu estudo analisando que Durkheim entrelaça a infância à escola como forma de cura desta anomia social, entendida por ele como imoralidade do espírito de rebelião, da sede de coisas novas, de alegrias desconhecidas, de sensações inconfessáveis. Seu foco de atenção então é a criança. Desta forma Fernandes (op.cit.) analisa que:

É assim, também, que educar a infância passou a significar moralizá-la, entendida como esse processo, longo e difícil de inscrição do outro na psique infantil, de modo que ele seja internamente encarnado nossa voz imperativa de comando, vigilância, repreensão e punição, que seria a voz da própria sociedade (consciência coletiva) vivendo e agindo em nós. (p.64)

Tais idéias e concepções fazem-se refletir fortemente nas décadas de 70 e 80, durante o Regime Militar, na própria universidade. Para a historiadora Del Priore (1994), a idéia de oferecer condições básicas para o desenvolvimento físico, mental e social pode ser assim entendida:

Subjacente a esta visão está a idéia de que a questão da infância basta um atendimento calcado no saber técnico para sua resolução tornar-se realidade, pois o regime militar ignorava todos os aspectos sócio-econômicos enfocando unicamente pela ótica psico-social (p. 20).

No entanto, a criação da creche e outros serviços de apoio à função materna não ocorreu de imediato na Unicamp, pelo menos na mesma intensidade dos discursos e recomendações. Os documentos pesquisados mostram ambigualmente a resistência das autoridades para implantar a creche.

Por conter informações bastante interessantes neste documento (proc. 3384/75), **resumo a seguir** algumas questões que me chamaram a atenção.

Junto a esta argumentação segue um levantamento da demanda por creche, que, segundo o documento analisado, foi realizado através de um formulário distribuído em locais estratégicos (não se sabe quais foram estes locais estratégicos). Este estudo forneceu informações referentes ao número de interessados e às características dessa possível clientela.

O que se constata então é que o maior número de interessados eram funcionários, seguidos de professores e alunos. O que representava, em números, um total de 282 crianças, embora, segundo o documento, este número não expressasse a totalidade da clientela realmente existente, o que aponta para um número elevado de interessados já em 1975.

Dentre as questões levantadas no estudo, uma delas refere-se à forma de pagamento do *benefício* da creche oferecido pela universidade. O que se constatou então foi que a maioria absoluta era favorável ao pagamento da creche; cujo valor poderia ser estipulado de duas formas: 1) de acordo com o salário: 34% das respostas; ou 2) conforme uma taxa fixa: 33%. A gratuidade aparecia como terceira opção (25%), com maior porcentagem de declarações de estudantes.

O fato do questionário utilizado naquele estudo considerar uma possível forma de pagamento do que se chamou de benefício, demonstra que não havia uma preocupação com o que dispõe a legislação³⁷.

³⁷ Neste caso a CLT/43 e as Portarias n.1/69 e n.1/71 do Departamento Nacional Segurança e Higiene do Trabalho (DNST).

Para iniciar os trabalhos de execução do projeto da creche da Unicamp, os dirigentes sugeriram a constituição de uma Comissão Executiva composta de 3 a 5 membros, com representantes de diversos institutos da universidade.

Em seguida, elaborou-se um estatuto para a Creche-Unicamp, (cuja sigla deveria ser CreUnicamp), que a caracterizaria como uma sociedade civil sem fins lucrativos, visando atender, em regime de externato e semi-externato, crianças cujos responsáveis (pais/mães)³⁸ fossem trabalhadores da Unicamp.

Quanto ao patrimônio da creche, este seria constituído com recursos financeiros adquiridos através da cobrança dos usuários, das contribuições dos sócios, das doações, dos pagamentos que resultassem de convênios, ou das dotações de verbas que lhe fossem deferidas. É evidente a preocupação assistencialista, em detrimento do cumprimento da legislação enquanto dever do Estado/Empregador.

Este documento tramitaria, então, por quatro instâncias diferentes da universidade: 1. Ao Chefe de Gabinete do Reitor, 2. Volta à Reitoria, 3. Segue para a Coordenadoria Geral da universidade, 4. Finalmente, ao Procurador Geral da universidade (Persio Rebouças), que deu o seguinte encaminhamento:

Ao que me parece, a instrução deste processo ainda rescinte da falta de elementos essenciais, como por exemplo, avaliação aproximada do custo da obra... determinação da área suscetível de destinação ... tudo isso dentro da premissa que me parece a única aceitável, de a Unicamp fazer o prédio às suas custas e assim equipá-lo, com o que aliás estará cumprindo obrigações próprias de empregador do seu porte. A idéia de uma instituição particular

³⁸ Veja-se que aqui a clientela a ser atendida diferencia-se, pois inclui-se funcionários/pais, e exclui-se estudantes, é importante lembrar que os (as) estudantes queriam a creche gratuita.

dentro do campus Universitário parece-me (...) de inadmissível cogitação. (grifo meu)

Finalmente a lembrança da necessidade de cumprimento da lei!!! Porém, este reconhecimento foi seguido pela omissão. Até então, já teriam transcorrido 12 meses, e após esse despacho, o processo foi engavetado por mais nove meses.

O retorno da questão da creche no cenário universitário ocorreu somente no ano seguinte, através de um novo ofício da própria Comissão de Assistência Social, que encaminhou outro projeto de implantação da creche na Unicamp, 'desculpando-se' pela solicitação:

Em face das dificuldades surgidas, em especial as de natureza financeira, esta Comissão vem protelando a apresentação de um plano de execução do Projeto de Creche. (Unicamp, 1975)

Este limite liga-se muito mais à viabilidade econômica para a universidade na montagem e manutenção da creche do que às necessidades dos trabalhadores. Neste sentido, dentre os múltiplos interesses que a creche congrega, já citados, a prioridade parece não ser nem as crianças nem os trabalhadores.

O retorno da questão da creche ao panorama da universidade deu-se por força de uma manifestação escrita e assinada por um grupo de mulheres denominado **Comissão de Senhoras da Unicamp**, a qual trazia significativas considerações a respeito da necessidade de instalação de creches na Unicamp, bem como uma cópia da Portaria n. 1 do DNSHT de 1969, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de lugar apropriado para guarda e cuidado dos filhos de empregadas. Portanto, os pais funcionários, os/as estudantes e os/as docentes são excluídos do usufruto da creche, que se restringiu a partir de então apenas às funcionárias.

Vale lembrar que, mesmo com os adendos feitos pelas portarias do DNSHT, a CLT não responde desde sua época à necessidade de creches para a massa de trabalhadores (Vieira, op.cit). Isso mostra que, mesmo tanto tempo depois da sanção da lei, ela continua sendo descumprida, e mais ainda, até ignorada pelos empregadores, quando trata-se da instalação de salas de amamentação no local de trabalho.

Assim, o novo projeto apresentado pela Comissão de Assistência Social era bastante simplificado, pois previa a locação de um imóvel, o que excluía a possibilidade de construção de uma sede própria. O número previsto de vagas comportaria 60 crianças, e o espaço seria restrito a crianças entre 4 meses e 2 anos, visando atender casos de maior necessidade e a título experimental.(Unicamp, 1975)

Isto demonstra que os dirigentes da universidade permaneciam insensíveis às reivindicações da comunidade e aos direitos dos trabalhadores³⁹ resguardados por lei. Em outras palavras, a universidade enquanto empregadora não se sentia obrigada a cumprir a Lei Federal (CLT e Portarias do DNSHT), e o processo de criação da creche da Unicamp foi novamente arquivado. Mas a luta pela creche, contudo, continuou.

No final da década de 70, a creche no local de trabalho foi motivo de intermináveis discussões. Houve, nesta época, um movimento organizado com o objetivo de promover ações políticas e também discussões sobre as condições de trabalho das mulheres: **A Semana da Mulher**, realizada pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACH).

Este evento visou puxar pequenas e grandes mobilizações reivindicatórias e de protestos pela conquista da creche, dentre outras. Mobilizações estas que, se não exprimiam as atitudes da maioria dos funcionários da Unicamp, não podem ser ignoradas porque representaram a

³⁹ Nessa época, no que se refere às leis trabalhistas, a creche era encarada apenas como direito de algumas mulheres-trabalhadoras (acima de 16 anos e que trabalhem em empresas com mais de 30 mulheres...).

possibilidade de por em discussão novamente a necessidade da luta por creche na universidade. (Semana da Mulher, 1978).

A Semana da Mulher reuniu um número significativo de militantes do movimento feminista, pesquisadoras da área e mulheres ligadas aos movimentos sindicais, e a grupos religiosos - os chamados clubes de mães. (idem)

É importante registrar que a luta por creche encontrou no Movimento Feminista e Sindical da década de 70 um importante ponto de apoio, como ressalta Faria (1993):

... o movimento feminista e o movimento sindical desde os anos 70, ao lado da luta contra a ditadura militar, já reivindicava creches. Num primeiro momento (...) as creches eram reivindicadas no bojo dos direitos da mulher trabalhadora. (p.3)

Dentre os aspectos abordados n'A Semana da Mulher, havia a referência constante ao trabalho e maternidade, e resoluções que reafirmavam a necessidade de criação de creches pelo poder público e creches em empresas. Desta mobilização, surgiu uma comissão de creche, composta pelo DCE⁴⁰, por alguns Centros Acadêmicos, pela Adunicamp, e por funcionários e funcionárias, os quais, contudo, não participaram enquanto membros da Assuc - sua entidade representativa.

O presidente da Assuc nesta época - Rebouças - acumulava a função de Procurador Geral da Unicamp e, como tal, reconheceu anos antes (1976) o dever da Unicamp, enquanto empregadora, de instalar creche no campus. Entretanto, como presidente da Assuc, nada fez em prol da creche.

⁴⁰ Diretório Central Estudantil - entidade representativa dos alunos de graduação.

Depreende-se desta postura que se trate de uma forma de atuação do Estado como sendo não apenas de controle dos funcionários , como também uma tentativa de obter como resultado o desmonte de grupos e projetos. Neste caso, fica evidente que se pretendia dispersar o movimento e a discussão sobre a creche no local de trabalho, utilizando a própria entidade representativa dos funcionários: a Assuc.

Esta contradição pode ser melhor entendida se analisarmos, ainda que brevemente, a atuação da Assuc no final da década de 70, quando teve início a chamada...

3.1. LUTA SINDICAL

O objetivo deste item é discutir o processo de transformação da Assuc em sindicato dos trabalhadores da Unicamp, destacando em sua trajetória a relação que este movimento estabeleceu com a luta por creches na universidade.

Portanto não se pretende recuperar a trajetória da Assuc em todas as suas dimensões, mas tematizá-la para melhor analisar e assim perceber algumas das opções de luta feitas pela entidade durante o período estudado nesta parte da pesquisa.

É importante registrar que houve uma especificidade da ação da Assuc e que sua vitalidade estava na luta por melhores condições de vida e trabalho. Em vista disso, o eixo de análise foi a proximidade maior ou menor que a ação sindical teve sobre a conquista da creche.

Uma das dificuldades encontradas na elaboração deste item foi a escassez de pesquisas especificamente sobre a luta por creches no serviço público, que pudessem subsidiar o estudo.

Dos estudos realizados, vale destacar Nogueira (1993), que pesquisa a sindicalização no setor público na década de 80. Também foram relevantes as pesquisas de Kruppa (op.cit.), Spósito (1988), Sader (1988),

Ribeiro (1984) e Costa (1982) e Souza (1995); sendo que estes estudos referem-se ou ao processo de sindicalização da Apeoesp, ou a movimentos de luta pelo ensino público.

Além disso, Spósito (op.cit.) afirma que estes estudos:

...têm procurado identificar um certo percurso que levaria do “mais simples”- as lutas locais que reivindicavam equipamentos coletivos - ao mais “complexo” - a luta partidária e a conquista do Estado.(p.191)

Para situar a luta sindical ocorrida na Unicamp no contexto de reorganização e busca de melhores condições de vida e trabalho é preciso compreender que a Assuc, desde que foi fundada em 1968, sempre teve sua diretoria composta por funcionários da alta burocracia da universidade.

A gestão do biênio 1978-79 tinha como presidente o próprio Procurador Geral da Unicamp. Como poderia o advogado da Reitoria defender os interesses dos funcionários, muitas vezes contra a vontade da Reitoria? O que fez então a Assuc pelos trabalhadores da Unicamp? Segundo os documentos pesquisados, a entidade sequer reclamou que se cumprisse a lei. Na questão da creche em especial, a Unicamp até então nunca cumprira a lei, conforme denunciado no **Boletim da Luta Sindical** (s/d):

Hoje temos uma entidade que nem o seu papel assistencialista cumpre. Tudo o que ela tem são alguns convênios que não diminuem o preço de nada, algumas festinhas e excursões que fazem a propaganda eleitoral dos pelegos.

Neste mesmo artigo, intitulado **A Vez dos Funcionários**, apontou-se para a característica assistencialista, que marcava a atuação desta entidade naquele momento:

Os funcionários estão de acordo com a necessidade de assistência médica, dentária, financeira, jurídica e de lazer. Porém, a quem realmente cabe esta responsabilidade? Certamente não pode ser um órgão que é sustentado pelo próprio funcionário.(Boletim, s/d)

Neste período (1978-79) de forte crítica à atuação da Assuc, surgiu a chapa de oposição, que concorreu à diretoria da Associação - chamada Luta Sindical. Esta Chapa veio propor uma associação de caráter sindical, atuando como elemento de ação dos funcionários contra as imposições da Reitoria. A esse respeito, é importante observar o que Kruppa (op.cit.) afirma:

O sindicalismo no serviço público no Brasil acompanhou o movimento sindical mais amplo, iniciado em fins dos anos 70, com a reabertura política do país. (p.4)

Foi neste clima de tensão que começou a surgir a reivindicação por creches como um dever do Estado:

POR UMA CRECHE QUE ATENDA ÀS NOSSAS NECESSIDADES... CRECHE é obrigatório por lei. A maioria dos servidores da UNICAMP (funcionários e professores) tem crianças pequenas em idade não-escolar. Propomos uma comissão de creche formada por interessados, que deverá ser apoiada e incentivada pela Diretoria da Associação, para batalhar por uma creche, que deverá ser mantida pela UNICAMP em condições estabelecidas pelos servidores.(caixa alta do original, Boletim, s/d)

Analisando os documentos, tanto da Luta Sindical quanto os documentos oficiais, pode-se perceber que o clima de tensão era gerado, de um

lado pela luta dos funcionários visando a redemocratização das relações internas na Unicamp (luta esta que refletia o momento político nacional), bem como o reconhecimento e a legitimação de seus direitos e reivindicações, através de uma entidade participativa e envolvida com tais questões. De outro lado a reitoria tentava conter os avanços desta Luta.

Os documentos analisados mostram que a greve de 1979, a mais longa até então, foi um passo importante para a reestruturação da entidade e um dos passos rumo à conquista da creche. A chapa da Luta Sindical foi eleita em 30/11/79; e a partir daí, a necessidade de instalação da creche ganhou visibilidade no cenário universitário, sendo tema frequente nos boletins da Assuc e nas reivindicações, que apareciam com o lema: *Por creches e melhores salários*.

Embora nos boletins da Luta Sindical e em outros documentos aponte-se para um consenso entre alunos, professores e funcionários, quanto à necessidade de instalação de uma creche no *campus*, para os docentes as reivindicações observadas nos poucos documentos encontrados baseavam-se nos salários e no estabelecimento de uma política de carreira docente:

A conquista do reajuste semestral de salários para todo o funcionalismo, além da valorização real do início da carreira docente são as duas reivindicações consideradas essenciais pelos professores, que não foram atendidas pelo Governo do Estado (Correio Popular, 10/03/79).

Além disso, havia também por parte dos professores (pelo menos mais evidentemente) a preocupação com a eleição direta para a alta administração da universidade:

A campanha considerada mais importante pela diretoria da Adunicamp para este ano, segundo o presidente da entidade, Paulo

Renato de Souza é a eleição direta para os cargos administrativos da universidade, inclusive para Reitor e Vice-Reitor.(idem)

Não havia, portanto, nenhum indicativo que demonstrasse uma efetiva organização da entidade em torno da questão da creche, lembrando que este tipo de documento foi descartado do arquivo da Adunicamp - impossibilitando qualquer afirmação.

A atuação da Reitoria buscava nessa época conter os progressivos avanços na organização dos funcionários e docentes na luta pelos seus direitos. Situação que se arrastará até o início da década de 80.

Ocorre que, em 1981, a Unicamp estava mergulhada numa intensa crise política gerada pelos constantes embates entre reitoria e funcionários pela democratização da universidade. (Folha de São Paulo, 06/03/81) Esta crise resultou numa intervenção do Governador do Estado (Paulo Maluf), diante das reivindicações para uma abertura política na universidade e sua democratização -

O ponto culminante para o Governo do Estado foi a conquista⁴¹ da consulta à comunidade para a indicação do reitor que sucederia Plínio Martins, aprovada pelo Conselho Universitário. Este fato ocasionou a intervenção do Governador, que demitiu funcionários diretores da Assuc, e Diretores de Institutos, dentre os quais quatro candidatos a Reitor da Unicamp (Folha de São Paulo, 25/03/81). Essa foi apenas uma das facetas do governador que, segundo Krupp (op.cit.):

A truculência da resposta do governador mostrava os efeitos que estas (mobilizações) produziam em termos de contestação à ordem imposta ao funcionalismo público. (p.155)

⁴¹ Embora a consulta à comunidade tenha sido uma conquista dos trabalhadores, docentes e funcionários da universidade, a luta foi por eleição direta e paritária.

Neste sentido, é interessante perceber as relações entre um movimento que vai tornando-se aparentemente forte, mas que não obtém êxito imediato frente ao Estado que aparentemente democratiza-se. Com isso ...

3.2. O MOVIMENTO DE LUTA POR CRECHES CONTINUA

A consulta à comunidade ocorreu no ano de 1981, da qual o Professor Paulo Freire saiu vitorioso. No entanto, o Governo do Estado indicou outro candidato a Reitor - Prof.Dr.J.A. Pinotti, desrespeitando assim os resultados da consulta (Folha de São Paulo, 22/05/81).

Percebendo então as dificuldades que encontraria na administração da universidade, o reitor indicado atendeu a algumas reivindicações dos três segmentos da universidade. Seguiu-se assim uma nova tendência da atuação do Estado que se consolidou no Governo Montoro, e que consistia em atuar no sentido de cooptar as forças progressistas (Kruppa, op.cit.).

Dentre as concessões de Pinotti, figurou principalmente a creche, reivindicação antiga, conforme relata uma das organizadoras da creche:

Um dia o Pinotti me ligou. Ele tinha acabado de ser eleito reitor, não tinha assumido ainda, e ele perguntou se a gente estava a fim de começar uma creche. Aí foi que recebemos a informação da lei. Decidimos então cumprir com a lei, que exige um lugar para crianças pequenas durante o período de amamentação. Depois, eu descobri que existia pedidos da Assuc, para ter uma creche... (E.,GD, 10/96 - grifo meu)

Outro depoimento diz:

... na época anterior à eleição, uma das coisas que ele prometeu foi de concretizar a idéia de uma creche aqui na universidade, que já era uma reivindicação bem antiga dos funcionários, já tinha, no plano diretor, o lugar onde ia ser.

(L., GD, 10/96, grifo meu)

Estes depoimentos mostram que as políticas sociais dependem da pressão que os setores da sociedade consigam demonstrar (Kruppa, op.cit.), e a atuação dos dirigentes da Unicamp reafirma esta característica. Além disso, as pesquisas sobre creche mostraram que este equipamento social nunca é conquistado sem muita luta.

Apesar da legislação dispor sobre a instalação de salas de amamentação e berçários nas empresas, até então, poucas mudanças podem ser observadas no que diz respeito a oferta de vagas nos locais de trabalho. Estas mudanças não saíram do papel, pois ocorreram apenas na própria lei, e restringiam-se a algumas recomendações, (Telles, 1989), que se fizeram sentir até 1988.

De fato, com a Constituição promulgada em 1988 é que ocorreram mudanças mais significativas, pois esta garante a educação de crianças de 0 a 6 anos de idade em creches e pré-escolas, reconhecidos como espaços de educação e como direito da criança e dever do Estado e da sociedade:

Pela primeira vez, uma Lei, no caso aquela que prevalece sobre todas as outras, reconhece como direito da criança pequena, o

acesso à educação em creches e pré-escolas.... (Campos, et. al, 1995, p.15)

Antes disso, o que se tem assegurado como direito, e somente trabalhista, é o decreto no. 5452 de 1/05/43, que aprovou a CLT e contém seis⁴² artigos referentes à amamentação e às creches:

Art. 389 - Toda empresa é obrigada:

§ 1º. Os estabelecimentos em que trabalhem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.

§ 2º. A exigência do § 1º. poderá ser suprimida por meio de **creches** distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais.

Art. 393 - Durante o período a que se refere o art. 392, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos 6 (seis) últimos meses de trabalho, bem como aos direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.

Art. 396 - Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um.

Art. 397 - O SESI, o SESC, a LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternas e

⁴² Os artigos 389, 392 e 393 aqui apresentados correspondem à redação dada pelo Decreto-lei n. 229, de 28/02/67.

jardins da infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas.

Art. 399 - O Ministro do Trabalho conferirá diploma de benemerência aos empregados que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações.

Art. 400 - Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período da amamentação deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária. (apud Manus, 1992, p. 84-86)

Poucas mudanças ocorreram neste contexto até meados da década de 70. O DNSHT emitiu duas Portarias, a n. 01/69 e a n. 1/71, que estipulam as normas para a instalação de creches no local de trabalho (apud Bobbio, 1969, 1971). A Portaria n.1/69⁴³ assim dispõe:

Art. 1º - Os estabelecimentos em que trabalhem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.

§ 1º. O local a que se refere o presente obedecerá aos seguintes requisitos:

a) **berçário** com área mínima de 3 m² por criança, devendo haver, entre os berços e entre estes e as paredes, a distância mínima de 0,50 m;

⁴³ As Portarias n.1/69 e n.1/71 na íntegra constam dos anexos desta dissertação.

- b) **saleta de amamentação** provida de cadeiras ou bancos-encosto para que as mulheres possam amamentar seus filhos em adequadas condições de higiene e conforto;
- c) cozinha dietética para o preparo de mamadeiras ou suplementos dietéticos para a criança ou para as mães;
- d) o piso e as paredes deverão ser revestidos de material impermeável e lavável;
- e) instalações sanitárias para uso das mães e do pessoal da **creche**.

§ 2º - O número de leitos no berçário obedecerá à proporção de 1 (um) leito para cada grupo de 30 (trinta) empregados (SIC) entre 16 e 40 anos de idade.

A Portaria n.1/71 não altera substancialmente a Portaria anterior, e apenas modifica a redação referente às chamadas creches distritais. No entanto, as limitações quanto a idade da mãe e número de empregadas das empresas mantêm-se:

Na verdade, (a legislação vigente) assegurava a amamentação durante os primeiros meses de vida do bebê (e) contém as principais diretivas que restringiram o direito à creche a determinados segmentos da classe trabalhadora: é reservado exclusivamente às mulheres, a partir dos 16 anos (e até os 40), que trabalham em empresas privadas de certo porte durante um período bastante restrito (Faria, 1989, p.2)

Vale lembrar que a oferta de vagas a criança de 0-6 anos teve uma relativa modificação na década de 80, conforme pode ser observado no Quadro 2, no final deste capítulo. Segundo Campos et.al. esta mudança ocorreu devido ao:

próprio avanço do debate ideológico e do nível de organização dos movimentos sociais voltados para essa questão (que) levaram a que, apesar da permanência de estruturas administrativas confusas, paralelas, ineficientes, houvesse um aumento relativo de oferta de vagas pelo poder público. O impacto do movimento feminista é identificado como um dos fatores importantes na explicação dessas mudanças. (Campos, et.al., 1995, p. 15)

Os movimentos sociais e as lutas feministas, associadas à crise política da Unicamp, impulsionaram a abertura da creche na universidade, que até então vinha acompanhando o quadro nacional de pouca ou nenhuma atenção à oferta de creches à criança de 0-6 anos.

De início, em 1982, apenas um imóvel foi alugado e adaptado para atender trinta crianças, conforme os depoimentos registram. Este imóvel ficou conhecido como: Casinha, uma casa situada na Cidade Universitária com 10 cômodos, os quais foram organizados para receber somente as **30** crianças selecionadas para utilizar a creche, cujo critério utilizado foi a mãe estar amamentando.

De acordo com o processo 3384, já citado, desde 1975 já havia uma estimativa de cerca de 300 interessadas na creche. Em 1982 o número de interessadas é idêntico, portanto somente 10% das funcionárias foi atendida. Neste sentido, a própria organização física da creche tratava de dismantelar os grupos de mulheres que lutavam pela sua implantação pois, de um lado a creche foi conquistada, de outro ela foi restringida, tanto pelo pequeno número de vagas oferecidas, quanto pelas limitações de idade da criança e o critério de amamentação natural.

Embora este percentual seja superior ao observado no panorama nacional, conforme pode-se observar no Quadro 2, ainda é bastante pequeno frente às necessidades levantadas pelos trabalhadores da Unicamp.

Parafraseando Sader (1988), quando este fala sobre a luta pela conquista e expansão das escolas públicas em São Paulo, é possível observar que há sempre uma defasagem entre a realidade e a representação, entre o acontecido e a palavra.

A creche passou então a atender as crianças apenas durante o período de amamentação e até os nove meses de idade do bebê. Neste caso, um pouco mais de tempo do que o previsto em lei, que garante esse direito somente até os seis meses de idade da criança. A definição do número de vagas subordinou-se às seguintes limitações:

...não tinha dinheiro suficiente, não tinha espaço...é o que a gente tava vendo, a realidade, não podíamos dizer vamos fazer uma creche com 350 vagas, porque não tinha nem pessoal. Os recursos eram limitados... Mas o que nos levou a começar foi a legislação trabalhista.... (L., 10/96)

A oficialização da criação da creche ocorreu através de uma Portaria do Reitor, assinada em setembro de 1983, e que inaugura a sede principal da creche, que recebeu as crianças da Casinha com mais de 9 meses.

Embora os dirigentes da Unicamp tenham se baseado na CLT de 1943, e nas Portarias de 1969 e 1971 do DNSHT, para a implantação da creche na universidade, em 1979 o Governo do Estado de São Paulo estabeleceu uma legislação própria para oferta de creches nas empresas públicas ligadas à administração direta e indireta, através do programa de criação dos Centros de Convivência Infantil (CCIs).

De acordo com os documentos analisados, a creche da Unicamp só foi incorporada ao Programa CCI em 1983. Portanto, ela se subordina ao

decreto estadual de 1982. Este aprova a Emenda Constitucional n.31, de 31/05/82, que acrescenta o seguinte artigo à Constituição do Estado:

O Estado manterá, na forma em que a lei estabelecer, nas repartições públicas em que prestem serviço mais de 30 mulheres, local apropriado onde seus filhos, até 7 anos de idade, recebam assistência e vigilância, durante o horário de expediente. (São Paulo, 1988, p. 19)

A partir deste momento, houve uma pequena expansão na creche, quando um grupo de crianças, que ficou conhecido como **Os Pioneiros**, pôde lá permanecer dos 2 meses até completar os 4 anos de idade:

...Tinha uma comissão de mães que sentia quando ia chegar o momento que a criança ia ter que ir embora para deixar a vaga para os pequenininhos, que vinha atrás. Se mobilizava e solicitava outro espaço e, como nesse terreno (sede principal) já não dava para construir, foram saindo. Se alugou uma (outra) casinha aqui perto da reitoria..., emprestaram o salão nobre da universidade, que fica no restaurante 2... As crianças, pela força das mães, foram invadindo outros espaços. (elas) Tam lá (na reitoria) com abaixo assinado.. (L., GD, 10/96)

Esta permanência foi ocorrendo, portanto, somente à medida que as mães foram pressionando a reitoria para conseguir novos espaços:

No começo, a gente conseguiu manter as mesmas crianças, porque cada vez, por exemplo, chegou nos nove meses, não tinha outro bloco, agente foi atrás, foi atrás, batalhou, até (a reitoria) dar o lugar. Ai deu a casinha. Então nós íamos na reitoria...mandávamos carta para o reitor. Falávamos da necessidade de ampliar a creche e tudo, e ele realmente fez algumas promessas que ele cumpriu mas cada vez que completava uma certa idade... (C., GU, 10/96)

Os movimentos dos funcionários revelaram, desde o início, o desejo destes de influenciar nas decisões da alta administração da universidade, fato demonstrado na luta pela eleição direta e também na luta pela creche. No entanto ao atender às reivindicações dos trabalhadores a universidade foi ao mesmo tempo restringindo seus direitos.

O que se observa é que creche só se consegue com muita luta e insistência, mesmo quando o empregador diz que quer atender às reivindicações dos trabalhadores, ou mesmo quando ele considera que está oferecendo um *benefício*.

Embora a criação e expansão da creche seja fruto da pressão exercida pelos trabalhadores, essa mesma expansão obedece à lógica imposta pelo sistema econômico e político. Há ainda que se considerar a ruptura existente entre a luta sindical, que incluía a creche em suas reivindicações, e a luta das mães-usuárias pelo aumento do número de vagas na creche e a consequente permanência de seus filhos por mais tempo.

Desta forma também se percebe o entrelaçamento da díade MULHER/CRIANÇA, que era patente naquele momento histórico, pelo qual

passava a luta pela expansão da creche na universidade. Se num primeiro momento foi possível observar na universidade uma ampla luta feminista e sindical, envolvendo homens e mulheres, conforme analisado nos documentos, a luta agora parece restringir-se àquilo que se supõe que sejam as necessidades mais individuais das mulheres.

Atribuição feminina por tradição (na sociedade capitalista moderna pelo menos), a guarda de crianças foi objeto de luta de mulheres buscando a resolução acerca do cuidado, proteção e educação de seus filhos. Tendo elas maior ou menor sucesso nessa empreitada, são as mulheres que se mantêm nesta luta por creches por mais tempo, tendo lutado inclusive pela licença paternidade, garantida através da Constituição de 1988.

Criado a partir da legislação trabalhista, que obriga as empresas a instalarem salas de amamentação nos locais de trabalho, o CECI atuou prioritariamente no estímulo à amamentação, caracterizando um movimento a que chamei de **direito ao dever** e que será tratado no capítulo 6.

Quadro n.2

EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO A PRÉ-ESCOLARES NO BRASIL

QUEM INFORMA	FAIXA ETÁRIA	SOBRE QUE ANO	POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 6 ANOS	CRIANÇAS ATENDIDAS EM PRÉ-ESCOLAS	% DE CRIANÇAS EM PRÉ-ESCOLAS
1. Censo de 1970 2. Indicadores da Educação pré-escolar	1 a 6	1970	19.453.019 ¹	374.267 ²	1,9
3. PNAD 1976 4. Indicadores da Educ.Pré-Escolar	1 a 6	1976	19.505.822 ³	713.046 ⁴	3,6
5. Censo de 1980 6. Sinopse Estatística da Educação Básica	0 - 6	1980	22.478.958 ⁵	1.188.851 ⁶	5,3
7. Anuário Estatístico do Brasil/1983	0 - 6	1982	22.830.755 ⁷	2.629.013 ⁷	9,9

Fonte: Rosemberg, et.al., 1985, p.50.

4. UM PROGRAMA, MUITAS CRECHES

O objetivo deste capítulo é focar o Programa de Governo do Estado de São Paulo iniciado na gestão de Paulo Maluf, em 1979, que obriga os órgãos públicos ligados à administração direta (Secretarias de Estado) e indireta (autarquias e fundações) a instalar creches nos locais onde trabalhem mais de trinta mulheres.

Neste capítulo, utilizei de fontes documentais e entrevista com Izabel Morsoleto Ferreira, uma das ex-coordenadoras do Programa CCI, durante o governo de Antonio Fleury Filho. O referencial teórico utilizado para análise dos documentos baseou-se nas pesquisas sobre creches públicas (Campos, 1990, 1992, 1995; Rosemberg, 1992; Nascimento, 1996; Dutoit, 1995, Sebastiani, 1994, Silva, Anamaria 1997) e creche de empresa (Telles, 1989). Embora Saporale (1997) em sua dissertação de Mestrado faça uma breve descrição do Programa CCI, inexistem pesquisas sobre os CCIs do Estado de São Paulo.

A primeira creche instalada num órgão público estadual em São Paulo data de 1942, quando foi implantada uma creche junto ao Hospital Psiquiátrico de Franco da Rocha. A partir dessa data até 1979, foram implantadas apenas 14 unidades com o objetivo de atender filhos de mulheres trabalhadoras do setor público estadual (São Paulo, 1992).

Através da luta de mulheres com o apoio restrito dos órgãos públicos do Estado de São Paulo, as creches começaram a surgir de maneira isolada, utilizando locais ociosos dentro desses órgãos (idem).

Sem a obtenção de verba própria, as creches ligadas aos setores públicos foram equipando-se através de doações e com pessoal contratado ora pelas mães-usuárias, ora cedidos pelos órgãos, sem seleção específica para trabalhar nas creches (idem).

A partir de documentos da Secretaria do Menor (São Paulo, 1992a, 1992b), foi possível observar que essas creches tinham uma sensível

preocupação com a saúde das crianças, uma vez que seus dirigentes eram médicos e enfermeiros em sua maioria.

Quanto aos critérios de atendimento, essas creches possuíam uma regulamentação interna e, portanto, específica para cada órgão. Em 1979, o Governo do Estado passou a sugerir a criação de CCIs, procurando sensibilizar os diversos órgãos da Administração Direta e Indireta sobre a problemática da mulher. (Idem)

Desta forma a implantação dos CCIs foi marcada pela presença primeira de um Governador autoritário - Paulo Maluf - seguido pela administração de Franco Montoro, primeiro governador eleito depois do golpe militar, por quem o funcionalismo público estadual nutria grandes esperanças de mudança, tanto na forma de atuação como no atendimento às reivindicações dos funcionários (Kruppa, op.cit., Sader, op.cit.).

A partir daí, o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo (FASPG) passou a assessorar tecnicamente os órgãos públicos, ainda que informalmente. Somente no ano de 1982 o Governo Estadual criou o Programa dos Centros de Convivência Infantil, através do decreto n.18370 de 08/01/82, seguido da Emenda Constitucional Estadual n. 31 de 31/05/82.

É importante lembrar que no início da década de 80:

O Brasil sofreu um agravamento da crise econômica que se seguiu ao período de crescimento econômico anterior. As desigualdades de renda e de acesso a serviços básicos também se intensificaram. (Campos, 1992)

A década de 80 foi marcada também pela redemocratização da sociedade e por uma série de modificações no sentido da reconstrução das entidades de representação da sociedade civil. (Silva; Anamaria 1997)

No plano federal (Campos, 1992) e estadual⁴⁴ (Silva, Anamaria 1997) o momento era de reorientação político-administrativa, quando as agências governamentais buscavam resgatar a dívida social através do financiamento de vários programas voltados à área social. Dentre estes, surgiram vários programas de atenção à infância de 0-6 anos.

Foi dentro desse quadro político-econômico que surgiu o programa CCI mas, como lembra Campos (idem), a disseminação de programas, principalmente aqueles relacionados à infância, apresenta vários problemas, tais como o desperdício de esforços e recursos, somados a uma (aparente) falta de critérios na distribuição de tais recursos.

O decreto estadual paulista de 1982 regulamentou a atuação dos CCIs e dispôs que seu planejamento fosse entregue a uma equipe coordenada por assistentes sociais de São Paulo. Esta equipe apresentou um projeto fundamentado nas seguintes constatações:

- a) a existência de um número reduzido de creches, bem como de uma reduzida clientela atendida em alguns órgãos estaduais;
- b) o aumento significativo de mulheres trabalhando fora do lar para colaborar no orçamento da família;
- c) a necessidade real de atendimento aos filhos de funcionárias durante a jornada de trabalho, através de levantamento realizado em Secretarias de Estado;
- d) a quase inexistência de creches para o atendimento desse determinado segmento populacional. (São Paulo, 1988)

O Programa CCI, portanto, caracteriza-se pela prestação de serviços a um segmento populacional determinado: mães, trabalhadoras do serviço público, assalariadas. Desta forma, o universo a que se destina ao nível institucional é: a administração pública direta (secretarias estaduais), e a

⁴⁴ A pesquisa de Anamaria Santana Silva refere-se ao estado de Mato Grosso do Sul.

administração pública indireta (Autarquias - por exemplo as universidades, fundações e empresas estatais).

Em 1984 houve um reconhecimento formal do programa, através do decreto n. 22.865/84 que substituiu o anterior. A partir daí, foram elaboradas novas orientações para a implantação do Programa, visando sua consolidação e sua integração na Política Social do Governo, na qual supunha-se a valorização da participação e dos Direitos Humanos (São Paulo, 1988).

As diretrizes programáticas dos CCIs foram então assim definidas:

O Programa constitui uma proposta sócio-educativa fundamentada nos processos de Convivência e Participação entre: criança-funcionário, funcionário-funcionário; CCI-órgão Governamental promotor; CCI-Fussesp, e CCI-CCI.

Analizando este trecho do documento é possível observar que a proposta educativa do Programa CCI não contempla a interação criança-criança, uma vez que esta é apresentada apenas em sua relação com o adulto que é funcionário.

Em 1984 o governo convocou outro grupo de trabalho para oferecer subsídios à formulação de uma política estadual em relação ao Programa que, nesse período, passou a ser responsabilidade do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (FUSSESP). Foi elaborado então um novo documento, que ofereceu os subsídios básicos para implantação dos CCIs, reconhecendo que cada CCI tem características peculiares, em decorrência dos diferentes órgãos governamentais que compõem o universo de atuação; daí não existir modelo único que os referencie. Foram propostas quatro diretrizes básicas e comuns com relação a:

- a) prioridades e critérios para a implantação de novos CCIs;
- b) prioridades e critérios quanto à clientela a ser atendida;

- c) atribuições do FUSSESP;
- d) quadros mínimos de pessoal.

O objetivo era despertar a consciência de todos para a responsabilidade social em relação à criança e à família, criando canais de participação. O projeto vai mais longe ao afirmar que, durante o funcionamento dos CCIs, estes deveriam proporcionar condições para o desenvolvimento bio-psico-social das crianças, através de um trabalho a ser realizado pelo FUSSESP junto às chefias, funcionários e famílias, visando a realização de encontros, seminários, palestras, reuniões, cursos e treinamentos em atendimento às necessidades detectadas. Essa perspectiva de atuação previa ainda a elaboração de textos técnicos para subsidiar o trabalho desenvolvido nas diversas unidades⁴⁵.

A estrutura organizacional do CCI foi dividida em 5 áreas de atuação: Administração, Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, Psico-pedagogia. Em 1988 uma equipe coordenada por Maria Cecília Kiyono, elaborou o documento **Centros de Convivência Infantil: Subsídios Básicos**, que tinha a finalidade de subsidiar o trabalho desenvolvido nos CCIs. No entanto, não obtive informações quanto à forma de divulgação do mesmo. (São Paulo, 1988)

É importante ressaltar que não há registro documental sobre qualquer alteração legal do Programa CCIs no período de 1984 a 1991. Porém, durante a gestão do Governador Orestes Quéricia, foi criada a Secretaria do Menor que comportava vários programas, dentre eles o programa Creche/Pré-Escola.

Em 1991 o Programa CCI sofreu uma mudança, passando da Supervisão Técnica do FUSSESP à supervisão do Programa Creche/Pré-Escola da Secretaria do Menor, durante a gestão do governador Fleury. Portanto, são

⁴⁵ André Franco Montoro foi o primeiro governador estadual eleito após o Golpe de 1964; sua proposta de governo baseava-se na participação popular, isto fez com que ganhasse a simpatia de partidos de oposição (Kruppa. op.cit.)

três os decretos que regulamentam os CCIs durante as gestões dos governadores Paulo S. Maluf, Andre F. Montoro, e Antonio Fleury Filho.

Apesar dos ganhos legais significativos, o Programa sofreu a instabilidade das políticas estaduais, flutuando de secretaria para secretaria, sem obter recursos de uma fonte específica, ou seja, em cada órgão público em que há CCI, ou a administração local assumia os custos, ou os próprios usuários os mantinha (São Paulo, 1992a).

Em 1992 havia mais de 150 CCIs distribuídos por todo o estado (idem). A Secretaria do Menor, naquele ano, reuniu uma equipe de assessoras-técnicas⁴⁶ para atuar junto aos CCIs, buscando a articulação destes, bem como o desenvolvimento de uma proposta de ação comum, respeitando, contudo, as especificidades locais.

O objetivo deste grupo era de formação continuada dos profissionais que atuavam no CCIs, através de grupos de estudos e trocas de experiências, tal como relata Izabel Morsoletto Ferreira, membro da equipe técnica. Também a mesma equipe realizou um diagnóstico sobre a situação das creches vinculadas ao Programa.

O que se constatou com o diagnóstico realizado foi a falta de critérios no desenvolvimento das atividades. Os CCIs não tinham articulação alguma entre si; a formação dos profissionais era bastante discrepante e a prática cotidiana apresentava problemas de toda ordem:

.... tinha um CCI que a diretora cozinhava e cuidava das crianças (...) Nós (equipe técnica da SEM) fazíamos reuniões por grupos, às vezes só com a diretora, às vezes só com a educadora e, muitas vezes, íamos na região e dávamos

⁴⁶ Esta equipe era composta por Adriana Barbeza, Denise Nalini, Izabel Morsoletto Ferreira, Débora Almeida, Izabel Galvão, entre outras colaboradoras.

os cursos lá. O objetivo foi trabalhar com os responsáveis pelos CCI's, no sentido de dar condições para que os CCI's tivessem uma infra-estrutura, uma condição mínima de trabalho. Foi um pouco esta perspectiva que a gente trabalhou, com a diversidade muito grande dos CCI's. (Izabel M. Ferreira, 09/96)

A equipe técnica da SEM elaborou vários documentos, aos quais tive acesso. Dentre eles, destaco os seguintes: "Encontro de Formação" (destinado a profissionais que atuavam diretamente com as crianças), "Formação de Gerente" (para Diretores de CCIs), "Oficinas Pedagógicas", entre outros. Havia ainda o boletim periódico "Série CCI em Ação" de ampla circulação entre as profissionais.

O encerramento das atividades da Equipe Técnica da SEM deu-se quando da transição da gestão do governador Fleury para o governador Mário Covas, em 1995, quando todos os seus membros foram demitidos, não havendo tempo hábil para propor a continuidade das atividades. Portanto, os CCIs ficaram sob responsabilidade da SEM de 1991 a 1995. Atualmente, não há nenhum órgão ou secretaria estadual assessorando os CCIs (São Paulo, 1992a).

O Decreto Federal n. 93.408/86 dispõe que as entidades da administração federal direta e indireta, e as fundações sob supervisão federal devem instituir creches e demais serviços de assistência pré-escolar para os filhos de seus servidores na faixa etária de 3 meses a 7 anos incompletos (Campos, et.al., 1995)

Campos (idem) afirma que a Constituição de 1988 não institui como direito dos servidores públicos civis e militares a assistência gratuita aos filhos e dependentes. No entanto, a Constituição garante a todas as crianças de

0-6 anos de idade, inclusive filhos e filhas de trabalhadores rurais e urbanos, o direito à educação em creches e pré-escolas, seja no local de trabalho - as mantidas pelas empresas - seja próximas aos locais de moradia, portanto mantidas pelo poder público.

É importante ressaltar que os Centros de Convivência Infantil constituem uma rica experiência de creches no local de trabalho. Segundo documentos da Secretaria do Menor, em 1992 havia em todo o Estado de São Paulo mais de 150 CCIs. Um número relativamente grande, se considerarmos que apenas 6% das empresas cumprem a legislação, conforme afirma Telles (op.cit.).

Segundo entrevistas realizadas com profissionais e dirigentes do CECI-Unicamp, houve apenas algumas reuniões em São Paulo, onde em verdade fazia-se uma troca de experiências, sem muita orientação efetiva quanto às disposições do próprio Programa (GD, GP).

Até meados de 1986 não houve sequer apoio financeiro ou qualquer incentivo para implementação da creche da Unicamp. Tais informações levam a crer que o projeto não saiu do papel que, de fato, constituía apenas um roteiro a ser seguido na implantação de creches, caso a repartição pública dispusesse de verbas para tanto.

Portanto, permanece o desafio de pesquisar os CCIs do Estado de São Paulo, que têm a especificidade de pertencer a um programa governamental, estar ligado à instituições públicas, e atender a uma clientela específica: filhos/as de trabalhadores do setor público!!

Além disso, esta pesquisa pôde observar que nem toda creche de empresa pública está/estava ligada ao Programa, como era o caso da extinta creche do Instituto de Física Gleb Wattagin (IFGW) da Unicamp, conhecida como Comunidade Infantil Cantinho da Física...

5. CRECHE NO LOCAL DE TRABALHO: UMA DAS CRECHES DA UNICAMP

Já vimos, no capítulo 3, como a creche da Unicamp foi restringindo seu atendimento a um pequeno grupo de usuários. Tal impossibilidade de atender às reivindicações dos funcionários, docentes e alunos que desejassem utilizar a creche gerou a necessidade de novas formas de organização destes grupos.

Da necessidade crescente surgiu uma iniciativa peculiar na Unicamp. Em 1983, um ano após a instalação do CECI, uma creche descentralizada foi implantada no Instituto de Física Gleb Wattagin (IFGW) - Unicamp, denominada Comunidade Infantil Cantinho da Física (CICF).

Para elaboração deste capítulo utilizei principalmente entrevistas, pois não havia documentos que pudessem subsidiar o estudo e complementar as falas. Procurei sintetizar algumas falas dos entrevistados de maneira a permitir o aprofundamento da discussão em torno do tema **Creche**. Como toda síntese é fruto de uma elaboração pessoal, não expressando literalmente as falas individuais dos entrevistados, procurei não identificá-los no texto dessa dissertação.

Neste período, o reitor da Unicamp acatou os resultados da consulta à comunidade do IFGW, na qual o Prof. Marcos Zwanziger obteve grande aceitação pela tripartite - alunos, funcionários e professores; indicando-o para o cargo.

Sua proposta de gestão baseou-se na redemocratização da administração do IFGW, através da ampla participação dos segmentos envolvidos (alunos, professores e funcionários) e na ampla reformulação do colegiado, visando eliminar a *bionicidade* de seus membros. Além disso, promoveu uma abertura à participação de todos, ampliando a representação de

todas as categorias, independentemente da titulação (Correio Popular, 04/05/83)

Este processo de abertura e participação possibilitou a organização de um grupo de funcionários, alunos e professores em torno da reivindicação de um espaço para a instalação da creche no Instituto, solicitação esta que foi prontamente atendida pela direção do IFGW.

A CICF foi uma creche *alternativa*, seja por tratar-se de uma iniciativa da própria comunidade do Instituto, seja por ter características diferentes das do CECI, tanto no que se refere à estrutura funcional, quanto pela participação da família na organização e gestão da creche.

No que se refere à estrutura funcional, foram contratadas professoras, pedagoga, psicóloga e nutricionista, enquanto que no CECI, o quadro de funcionários era basicamente constituído por profissionais da saúde. Segundo entrevistados do CECI, no início da implantação da creche foram recrutadas profissionais que já trabalhavam no Hospital das Clínicas da Unicamp, como enfermeiras e atendentes de enfermagem (GD; GP).

Tal característica já aponta para a diferenciação e dicotomização entre educação e cuidado que houve naquela época na Unicamp, visto que uma creche (CICF) priorizou a educação das crianças contratando uma equipe ligada à área de educação, e a outra creche (CECI) contratou apenas profissionais da saúde, para atuar diretamente com as crianças, embora em 1983 ainda não se falasse em cuidado e educação como indissociáveis.

Também a participação da família na CICF possibilitava que estas participassem das decisões e da constituição das normas e regras da creche, enquanto que no CECI, apenas as dirigentes da creche estabeleciam as normas e regulamentos. No CECI as mães atuavam somente na compra de brinquedos e na reivindicação de mais vagas.

A CICF teve apoio e incentivo⁴⁷ da reitoria, tendo inclusive, a presença de assessores do reitor em sua inauguração, em outubro de 1983. Também houve a contribuição da reitoria na contratação do pessoal.

A justificativa para a instalação da CICF baseava-se no argumento de que *o projeto CECI era de certa forma modesto e incipiente, e a oferta de vagas insuficiente para atender à demanda. Por sua vez, o Instituto possuía aproximadamente 300 funcionários* (M., GD, 06/96).

Tais fatos levaram os dirigentes do Instituto a considerar a possibilidade de instalação da CICF como uma atitude inovadora, que seria bem-vinda principalmente para **as funcionárias**, pois acreditavam que com a creche as funcionárias poderiam trabalhar melhor. Também a oferta de vagas era extensiva a alunos e professores, o que a diferenciava do CECI, que atendia apenas a filhos de funcionárias durante o período de amamentação. Além do que, a instalação da CICF significava uma certa independência em relação aos órgãos centrais da universidade.

A reitoria por sua vez:

via muito bem a questão, inclusive deu todo apoio logístico, porque tava envolvido contratação, tava envolvido o Estec⁴⁸.... porque tinha que fazer instalações hidráulicas, tinha que fazer instalações elétricas, uma parte nós fizemos, a outra parte a reitoria ajudou.... (M, GD, 1996)

⁴⁷ Segundo os entrevistados, havia o consentimento da reitoria para que a creche funcionasse, mas não houve nenhum tipo de apoio financeiro, além da contratação de funcionários

⁴⁸ Estec é o Escritório de Obras Técnicas - órgão da universidade responsável pelas construções, instalações e reformas.

Quanto às idéias com relação à definição das características do próprio equipamento, os entrevistados relatam que, basicamente, foi da experiência pessoal ou familiar dos dirigentes que elas surgiram, tendo como principal referência aquilo que desejavam para os próprios filhos.

As expectativas eram de um:

atendimento de muito boa qualidade prestado por profissionais ... tanto assim que contratamos psicóloga, ... pessoas que já tinham experiência... com o lidar com crianças... nós imaginávamos que se nós contratássemos bons profissionais, com experiência... nós prestaríamos um bom serviço (M., GD, 1996).

Analisando as entrevistas e documentos sobre a CICF e o CECI é possível observar que, embora ambas tivessem uma proposta educativa, há uma diferenciação de ênfase entre uma abordagem mais assistencial no CECI: -- *nós já fomos assistencialistas, no começo era bem esta preocupação com a saúde, com o cuidado, hoje nós não somos mais!!* (GD). Enquanto que na CICF houve uma ênfase mais educacional: -- *Nós não queríamos uma creche que fosse um depósito de crianças. Nós queríamos educar as crianças.* (GD)

Quanto ao funcionamento da CICF, *as regras foram discutidas através de reuniões com os usuários* (M., GD, 1996). A intervenção da direção ocorria quando da verificação de problemas. Estes eram considerados de rotina, ou seja, problemas inerentes ao cotidiano de uma creche que, como ambiente coletivo, implica uma série de relações entre pessoas, gerando, por vezes,

conflitos, reafirmando a idéia de que a creche é um local de confronto e convívio das diferenças.

Presente nos depoimentos, o caráter positivo da CICF foi freqüentemente ressaltado, tanto no aspecto qualidade do trabalho prestado, quanto na correspondência às expectativas da comunidade atendida. O ambiente harmonioso também foi lembrado pelos profissionais entrevistados. A direção do Instituto oferecia boas condições para o desenvolvimento das atividades da CICF, dando a necessária autonomia aos profissionais para o pleno exercício de suas atividades.

Quanto às despesas da CICF, estas eram, em parte, custeadas pelo Instituto através do FINEP. Com o tempo estas despesas começaram a ser subvencionadas pela própria universidade, face à boa qualidade do serviço que vinha sendo desenvolvido. (M., GD, 1996) Outra parte da verba era obtida também pela contribuição dos usuários, através de taxa proporcional ao salário, e da renda de uma cantina que comercializava alimentos, e que era gerenciada pelos usuários da CICF *"Era emblemática. comprando lá você sabia que estava ajudando a creche"*. (S., GU, 1996)

No que se refere à atuação dos profissionais, esta centrava-se na questão pedagógica propriamente dita, bem como na orientação aos pais. (GD, GP) O insuspeito conhecimento técnico pareceu, numa fala em particular, acima de qualquer outro:

As mães pensam que sabem tudo sobre seus filhos, e que só elas lidam bem com seus filhos, e não é assim. Algumas vezes nossos profissionais tinham que intervir e aí tudo era resolvido (M., GD, 1996).

Subjacente a um discurso tecnocrático dos dirigentes estava uma concepção “ideal de creche”: *nós não queríamos um depósito, mas um espaço que trabalhasse, não apenas o físico, a alimentação, como também o intelecto da criança* (idem).

Este foi um trabalho inovador, seja na gestão do IFGW, pois atendeu de imediato às reivindicações da comunidade do instituto, seja na própria intencionalidade educativa, pois, ao considerar tanto os aspectos físicos quanto os intelectuais da criança, a CICF não se restringia apenas à guarda das crianças, embora com os dados disponíveis não pareça ter contemplado o brincar pelo brincar, o imaginário. No entanto, já aponta para o cuidado e educação que vinha sendo construído na mesma época na cidade de Piracicaba - SP, conforme afirmam Faria e Mello (1995).

O encerramento das atividades da CICF ocorreu em dezembro de 1986, segundo os entrevistados, porque os Dirigentes do IFGW consideravam que haviam cumprido seu papel durante o tempo de funcionamento da CICF, e que durante esse período a Unicamp já havia expandido o projeto do CECI, ganhando condições de absorver tanto os funcionários como os usuários que ali desejassem manter a vaga.

Entretanto, esse não foi o único fator que contribuiu para o encerramento das atividades da CICF, houve também a reclamação de vários dirigentes dos institutos junto à Reitoria, pois muitos funcionários de outras unidades da Unicamp, solicitavam transferência para o IFGW, por causa da creche, reafirmando a importância da creche no local de trabalho.

....O TRABALHO NA CRECHE

6 - AS DIVINAS TETAS⁴⁹: do direito ao dever

Já vimos nos capítulos anteriores a importância da creche no local de trabalho. Vimos também que ela é fruto da reivindicação dos trabalhadores, principalmente das mulheres. Entretanto, a creche no trabalho tem a especificidade de atender às necessidades dos trabalhadores, mas também os interesses dos empregadores.

Neste capítulo, analiso um dos múltiplos interesses que se congregam à implantação da creche da Unicamp pela reitoria na gestão do médico Prof.Dr. José A. Pinotti: a amamentação compulsória.

A creche da Unicamp é criada com o objetivo básico de atender à mãe-trabalhadora durante o período de amamentação, em cumprimento à legislação trabalhista que dispõe sobre a implantação de salas de amamentação no local de trabalho, como vimos no capítulo 3.

Portanto, esta lei, como já foi dito anteriormente, não trata de direito à creche nos locais de trabalho, mas somente do direito da mulher-trabalhadora amamentar seu filho durante a jornada de trabalho. Ainda assim é um direito apenas da mulher, mas restrito, pois não são todas as mulheres que têm este direito, mas aquelas que têm idade entre 16 e 40 anos e que trabalham em empresas cujo número de funcionárias contratadas atinge o mínimo estipulado pela lei (30 mulheres), e somente para aquelas que amamentam. Em relação às crianças, as restrições são: somente para crianças amamentadas e até os seis meses de idade.

Conforme afirma Faria (1992) não se trata aqui, de:

reforçar o antagonismo absurdo que costuma separar os interesses da mãe, dos interesses do filho, isto é, colocar a mulher de um lado e a criança de outro, mas é bom chamar a atenção para o fato de

⁴⁹ *Vaca Profana* (Caetano Veloso, 1986)

que privilegiando as mulheres trabalhadoras, se estará excluindo o direito à creche de outras crianças. (p. 8)

No entanto, é importante lembrar que o inverso também é verdadeiro, ou seja, ao colocar a criança em foco é possível que a mãe seja excluída, pois como veremos mais adiante, a sociedade capitalista tem grande dificuldade de conciliar a produção com a reprodução.

Ao resguardar o período de aleitamento materno, estar amamentando torna-se condição *sine-qua-non* para obtenção da vaga na creche da Unicamp, tal característica impõe à mulher o dever de amamentar ou a perda do direito de ambos, caso não amamente:

...Desde o começo, o objetivo principal do CECI e da própria criação da creche foi o aleitamento materno (...) eles tinham o interesse de fazer o aleitamento natural. Por isso que eles davam preferência para crianças até 9 meses de idade...
(C, GU, 10/96)

Neste sentido, onde há uma promoção do leite humano, Mota (1990) observa que se dá uma grande atenção ao lactente e nenhuma às necessidades da mãe. No caso da creche da Unicamp, a atenção à criança ainda é relativa, pois não são todas as crianças a usufruir do direito à creche, mas aquelas que recebem um alimento específico: o leite materno. Assim, é interessante observar esta fala:

...incentivando sempre o aleitamento materno, e para isso nós fazíamos grupos de gestantes(...) nós não trabalhamos só com

crianças já nascidas... e começávamos a trabalhar o aleitamento natural. Dizíamos que o leite de vaca tinha muito sódio e a criança poderia ter problemas renais e outros problemas de saúde. Era bem pouco adequado. Era uma espécie de chantagem: se você não amamentar não vai ter vaga..(L., GD, 10/96)

De acordo com esta fala, é possível perceber que a primeira punição à não amamentação era biológica; as ameaças eram inúmeras e baseavam-se na advertência das conseqüências que poderiam advir da não amamentação; a segunda era a perda da vaga na creche. Além disso, dentre as razões levantadas para justificar o aleitamento materno, a mãe deveria compulsoriamente amamentar, pois essa tarefa, além de proteger a vida do filho, regulava a reprodução da mulher (GD., 10/96).

Silva (1990) afirma que este tipo de imposição levava a mãe a ocultar seus desejos em relação à amamentação:

O reconhecimento da amamentação como desagradável poderá trazer culpa ou sofrimento para a mulher. Esta se defende ocultando o seu saber, ou às vezes não admite nem para si mesma que tem um saber discordante da moral vigente. (p.130)

É bem possível que normas e regras contraditórias como esta, impostas pela creche da Unicamp, provoquem um sentimento de culpa nas mães que não desejam amamentar, pois, segundo Silva (op.cit.), as mães sentem com frequência uma necessidade premente de encontrar razões pelas quais são responsáveis, por algum descuido, pelas enfermidades de seus filhos.

Também a esse respeito Bolthanski (1984) afirma que, para as classes subalternas, as mulheres que não amamentam são consideradas como mulheres que falham no seu dever de fêmea.

Outra entrevistada relata o seguinte episódio:

Uma (funcionária) me colocou numa sala e falou: _ Mãe, põe o bebê para mamar.

Eu sabia que ele não mamava. Então ela disse: _ Olha mãe, não vai dar para ele ficar porque não tá mamando. É melhor você arrumar uma outra escolhinha. Seu marido tá aí, tá de carro,...

Mal sabia ela que meu marido tava junto porque tava desempregado. (S. GU, 10/96)

Os depoimentos também revelam que as mães eram obrigadas a consultar periodicamente o ambulatório de puericultura do Hospital das Clínicas da Unicamp, onde deveriam fazer o acompanhamento médico dos bebês usuários da creche. (GD, GU). Conforme afirma Donzelot (1986):

A compreensão do destino social de um saber implica descobrir as razões de sua oportunidade, encontrar o vínculo existente entre suas propriedades discursivas e os problemas colocados pelo funcionamento das instituições. (p.124)

Esta análise é importante para refletirmos sobre a própria organização da creche, pois é possível que muitas mulheres com estas imposições tenham começado a fracassar no aleitamento:

Era muito fria a discussão sobre aleitamento materno, ela nunca tentou atingir as ansiedades das mães. Aí se criou um mito na universidade que é: "você só tem a vaga se amamentar". E aí, muitas vezes as mães não conseguiam amamentar por conta dessa necessidade de ter leite. (A , GP, 10/96)

Ao me deparar com esta ênfase exacerbada na amamentação natural, passei a me perguntar por que? Quais seriam os elementos intrínsecos a este processo? Esta preocupação com a amamentação seria uma peculiaridade só da creche da Unicamp? E na sociedade brasileira como um todo? E em outras creches de empresa, já que não há na prática o respeito à CLT, como já foi comentado no capítulo 3 desta dissertação? Como se teria dado a amamentação em outros tempos no Brasil?

Procurando responder a tais questões, foi necessário buscar fontes de análise adequadas a este estudo. Assim, utilizei livros publicados e teses sobre o assunto. Sobre as teses é importante lembrar que, embora não tenham uma divulgação popular e circulem em âmbito mais restrito, estas refletem, segundo Orlandi, as idéias e pensamentos de grande número de médicos e profissionais interessados no tema, daí sua importância para o estudo (apud, Silva, op.cit.).

Também é importante registrar que optei por não trabalhar com obras não-acadêmicas, mesmo que tenham uma divulgação ampla, pois, como lembra Novaes (1979), refletem a opinião de uma parte da sociedade, aquela que tem autoridade política, científica e técnica suficiente para fazê-las registradas. Estas obras possibilitam a afirmação de idéias e concepções dos médicos e autoridades, mas não dão voz às pessoas que foram objeto de sua

prática, embora tenham, segundo Silva (op.cit.), grande aceitação entre as mães. Dentre estas obras estão: **Meu Filho, Meu Tesouro** (Spok, 1960), **A Vida do Bebê** (De Lamare, 1955), e **Como e Porquê Amamentar** (Martins Filho, 1985)

É certo que as mulheres, agentes do processo de aleitamento, começaram a externar seus pensamentos e a serem ouvidas, como nos estudos de Berquó (1989) e Réa (1981). Nesta pesquisa, procurei sintetizar as análises sobre amamentação feitas por vários autores (predominantemente médicos). Análises estas que, segundo Silva (1990), refletem o pensamento burguês, masculino e branco.

Procurei ainda privilegiar a fala das atrizes sociais que de alguma forma vivenciaram a amamentação natural na creche da Unicamp, entendendo que ainda há que se desvelar as percepções culturais e educativas sobre o aleitamento materno em creches que, sem dúvida, constitui um instigante campo a ser pesquisado pela pedagogia.

Também não foram utilizadas obras com abordagem psicanalítica, entendendo, conforme Badinter (1985) e Silva (1990), que Freud concebe a amamentação como um prazer físico e sexual para a mãe, partilhado pelo bebê, mas certamente o autor devia estar referindo-se unicamente às mães vienenses de classe média, de sua época. Veremos, ao longo deste capítulo, que a amamentação não se restringe a esta concepção psicanalítica, que trata como naturais comportamentos que são, em verdade, socialmente constituídos (Badinter, op.cit.).

Os estudos aqui analisados mostraram que a amamentação não é um processo meramente natural ou substancialmente biológico, mas uma questão social, cultural e histórica, onde, em cada momento, revela-se uma ideologia implícita ao discurso sobre aleitamento materno, pois esta depende dos papéis ocupados pela mãe e seu filho na sociedade (Mota, op.cit.; Loyola, 1983; Novaes, op.cit.; Silva, 1990; Mitjavila e Echeveste, 1992).

A exemplo disso, vale citar as teorias eugenísticas e a dupla exploração da mãe trabalhadora: como mulher e como trabalhadora; a desvalorização econômica do ato de amamentar e do trabalho que esse ato representa.

Regras e recomendações fazem parte do cotidiano de mães que amamentam, como no caso da creche em estudo, onde a amamentação é o principal requisito para a obtenção da vaga, respaldada pela legislação que regulamenta a prática de amamentar nos locais de trabalho. Esta proteção ao aleitamento materno que beneficia a criança vai além do direito trabalhista da mulher e deve ser compreendida como um processo mais amplo.

Ao analisar os estudos existentes sobre a amamentação em diferentes sociedades e em momentos históricos distintos, é interessante observar o que está em evidência em cada momento ou grupo social.

Berquó (op.cit.), estudando a amamentação em São Paulo e Recife, observa que há diferença no tempo dispendido no aleitamento, sendo maior para meninos do que para as meninas. Isto significa que nas duas capitais estudadas os bebês do sexo masculino são amamentados por mais tempo do que os bebês do sexo feminino. Raminelli (1997), estudando o cotidiano feminino entre os tupinambás, através de relatos de viajantes que observam a cultura indígena no Brasil colonial nos séculos XVI e XVII, revela que:

Os filhos (dos índios) eram amamentados durante um ano e meio e, neste período, eram transportados em pedaços de panos conhecidos como *tipoia* ou *typya*... (p.14)

Mais adiante, o autor irá dizer que na Europa na mesma época os hábitos eram bem diferentes. No caso da França, as mães entregavam seus filhos à amas reencontrando-os somente depois que atingiam uma certa idade.

Ainda no mesmo estudo, Raminelli, referindo-se aos relatos de Yves d'Evreux sobre as sociedades indígenas brasileiras - tupinambás e caetés, descreve que:

As meninas, chamadas *kughnantin-myri*, levavam mais tempo se alimentando com leite materno do que os meninos. Muitas vezes, seu período de amamentação se prolongava um ano a mais em relação às crianças dos sexo masculino. Em certos casos as meninas mamavam até os seis anos (p.21)

La Guardia & Lucchini (1980) afirmam que na Itália na segunda metade do séc. XVIII o leite materno era exaltado em sua superioridade nutricional, com argumentos médicos, higienistas e morais. Época também em que se condenava o aleitamento mercenário, e se orientava para que a mãe amamentasse seu próprio filho.

Os autores ainda afirmam que o aleitamento mercenário era condenado, pois as amas-de-leite não dispunham de condições de saúde e higiene satisfatórias. No entanto, este recurso foi bastante utilizado pelas famílias operárias do séc. XIX nos centros urbanos.

Catarsi (1982) afirma que na segunda metade do século passado, o promotor italiano Giuseppe Sacchi alerta para a necessidade de instituir-se instalações especiais para os lactentes.

No Brasil, a educadora alemã Ina von Binzer (1982) assim relata, em uma de suas cartas sobre o país, em 1881:

Todo o serviço doméstico é feito por pretos: é um cocheiro preto que nos conduz, uma preta quem nos serve, junto ao fogão o cozinheiro é preto e a escrava amamenta a criança branca; gostaria de saber o que fará essa gente, quando for decretada a completa emancipação dos escravos.

Silva (1990) diz que sobre o aleitamento de crianças escravas na sociedade colonial brasileira pouca se sabe. Segundo ele, além do baixo crescimento vegetativo, pela baixa fertilidade das escravas, submetidas a trabalhos pesados e à segregação forçada dos sexos, a prática da amamentação era dificultada pela rudeza da escravidão. As negras eram barbaramente separadas de seus filhos.

Este mesmo autor afirma que, possivelmente, não havia entre as escravas o costume de entregar seus filhos para serem amamentados por outras mulheres, e o sistema de amas-de-leite e aleitamento mercenário só surgiu mais tarde, por influência de costumes europeus.

Rea (1981) afirma que, com a domesticação de animais, surgiu uma alternativa inconstante e precária para alimentar crianças pequenas: o leite fresco de vaca. Apenas há 60 anos, porém, com a industrialização daquele leite, é que grande contingentes populacionais passaram a ter acesso regular a um alimento alternativo ao leite materno.

Em outro estudo (1989) a autora disse que há indicações de que a substituição do leite materno por outro é uma prática muito antiga, uma vez que em vestígios encontrados nas ruínas do Palácio de Nivenah, no Egito, datados de 888 a.C. é possível observar mães segurando mamadeiras em desenhos. Ainda no Egito da fase Ptolomaica, a amamentação materna parecia prolongar-se até o terceiro ano de vida, inexistindo nas ruínas da época utensílios que pudessem servir de mamadeira. (Ornellas, 1979)

Ornellas afirma que, em algumas sociedades indígenas, a amamentação inicia-se logo após o nascimento, sem guardar horários e sem a preocupação de alternar os seios e que as crianças só largam quando saciadas.

Badinter (op.cit.) afirma que, em comunidades nômades do pacífico sul, a gravidez e a amamentação são consideradas execráveis e evitadas na medida do possível.

Com estes exemplos, podemos observar que a maneira de amamentar e a valorização ou não do leite humano são inerentes a cada

sociedade e cultura. Portanto, para os seres humanos, o ato de amamentar ao seio ou não, além de bases biológica também é social e culturalmente condicionado.

Assim, não se pode explicar o aleitamento ou a sua recusa como sendo uma atitude livre e consciente da mulher, como afirma Isilia Silva (1997):

O processo de amamentar é centrado na dimensão da mulher, de quem depende a percepção, interpretação, atribuição de significado e tomada de decisão quanto ao curso de amamentar. (p.250)

Outros estudos, no entanto, mostram que a prática de amamentar não parece ser um desejo individual, voluntário, através do qual a mãe encontre sempre espaço para manifestar a sua liberdade. (Mota, op.cit.; Badinter, op.cit.; Silva, op.cit.; Ornellas; op.cit.; entre outros)

A partir destes estudos, é possível depreender a concepção de criança em cada sociedade, de acordo com a alimentação que esta recebe. No caso das sociedades capitalistas, é interessante analisar o estudo de Hardy e Osis (1992), que afirmam:

A qualidade da reprodução interessa à sociedade: criar adequadamente as crianças é um investimento nas gerações futuras. (p. 13)

Mais adiante as autoras completam:

...embora todas as sociedades estejam vitalmente interessadas na **reprodução da força de trabalho**, as condições de trabalho da mulher nos países industrializados são geralmente incompatíveis com as exigências da reprodução. (p.19, destaque meu)

Destas afirmações, chama a atenção a percepção da amamentação e da reprodução humana vinculadas às necessidades do mercado de trabalho. Portanto, a criança é percebida como futuro trabalhador, e a criação de filhos aparece como responsabilidade exclusiva da mulher.

Além disso, a amamentação vai constituindo-se em um dever da mulher. A exemplo disto, vale citar a primeira tese médica brasileira sobre aleitamento materno, que se intitulou: **“A utilidade do aleitamento materno e os inconvenientes que resultão do desprezo deste dever”**, que, em 1838, já apontava a amamentação como um dever. (apud, Silva, 1990)

A amamentação e o desmame estão ainda profundamente ligados aos processos de produção que envolvem tanto a absorção da mulher no mercado de trabalho quanto a transformação do **bebê em consumidor**.

A industrialização das chamadas *fórmulas infantis*⁵⁰ tem início na segunda metade do século XIX, com a produção de leite condensado, um produto passível de conservação numa época onde não havia o refrigerador (Rea, 1989).

A mesma médica pesquisadora afirma que, pouco tempo depois, Henri Nestlé, utilizando o leite condensado, produz uma mistura denominada *Farine Lactée*. Ainda no século XIX, aparecem a mamadeira de vidro e o bico de borracha. Uma série de produtos destinados à criança pequena passaram a ser produzidos. Nesta mesma época, o leite condensado passa a ter papel importante na alimentação infantil na Grã-Bretanha.

Um dos aspectos característicos da sociedade capitalista é o aparecimento do que Marx (1988) chama de imensa coleção de mercadorias, as quais o autor define como:

⁵⁰ As fórmulas Infantis são alimentos industrializados destinados às crianças pequenas. A primeira fórmula foi preparada a partir da mistura de leite condensado e farinha de cereais e ficou conhecida como *Farine Lactée*.

um objeto extremo, uma coisa, a qual, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa.(p.45)

A alimentação infantil, neste contexto, passa a figurar como mercadoria. A amamentação natural passa gradualmente a ser substituída pelas chamadas fórmulas infantis, tão logo estas passam à produção industrial.

Mais no final do século, alguns médicos já alertavam para os problemas causados ao desenvolvimento infantil pelo uso indiscriminado destes substitutos do leite materno (slm). Por volta de 1870, inicia-se a orientação alimentar infantil, onde os médicos prescrevem a diluição do slm por porcentagens e com formulações individuais (Rea, 1989, Mota, 1990, Loyola, 1983)

No final do século, a indústria de alimentos infantis consolida-se e passa a expandir seus mercados, utilizando várias formas de promoção comercial dos slm.

É também nesta época que a puericultura consolida-se enquanto ciência médica, ocupando-se em:

cultivar a vida e a saúde das crianças, esforçando-se para que cheguem ao mundo sadias e fortes e se desenvolvam normalmente, amparando-as e defendendo-as contra os múltiplos perigos que as ameaçam, em consequência da ação maléfica dos fatores ambientais e sociais. (Novaes, op.cit., p. 2)

Interesses complementares caracterizam a atuação da medicina, mais especificamente da puericultura e da indústria de alimentos e fórmulas infantis. A medicina aparece como detentora de um saber sobre a criança, penetrando nas casas através dos higienistas e estabelecendo novas regras e

modelos de comportamento social tidos como adequados (Donzelot, Bolthanski, Novaes, Loyola). Neste sentido, Bolthanski afirma que a puericultura não se deu de forma espontânea nem por acaso, foi o resultado de um projeto mais amplo e ambicioso: regular todos os atos da vida, inclusive os mais íntimos e os mais privados, os que se realizam no seio do lar.

A puericultura, portanto, preconizava com veemência a necessidade da mãe cuidar de seu filho, atribuindo a ela a responsabilidade pela sobrevivência da criança:

(...) às mães ignorantes que tantas vezes deixam morrer seus filhos por falta de cuidados. (Loyola, 1979, p.24)

Desta forma, segundo Loyola, a puericultura propunha-se a estabelecer regras do modo de viver com os cuidados imprescindíveis sobre a habitação, a alimentação, o vestir, o dormir, a educação, etc. Além disso, deste discurso higiênico, com a responsabilidade imposta às mães sobre o futuro dos filhos, nasce a culpa da mulher por todos os insucessos familiares. (Silva, 1990; Mota, op.cit.; Badinter, op.cit.)

Portanto, a puericultura desconhecia a relatividade do normal; para ela, a normalidade era constante e ahistórica. Assim, há uma conotação ideológica na puericultura, porque:

Toma uma situação que é efeito e a transforma em causa: pensa as condições de saúde como falta de informação das pessoas e não como reflexo de uma situação de vida em que a má saúde e a ignorância fazem parte de uma única condição de inferioridade social. (Novaes, op.cit., p.11)

Além disso, a ordem médico-higienista respaldada pelo avanço da puericultura condenou veementemente o aleitamento mercenário.

Alguns anos mais tarde, já no início deste século, a puericultura preconizava a introdução de alimentação mista, destinada a suprir as deficiências nutritivas provocadas por uma dieta constituída exclusivamente de leite. Tal prática será, no futuro - por volta das décadas de 70 e 80 deste século - apontada como uma das principais causas do desmame precoce.(Loyola, 1979).

Como às indústrias interessa a venda de seus produtos e, para tanto, utilizam-se de todo tipo de propaganda e promoções, as orientações da puericultura abrem uma frente às empresas de alimentos:

Orientando sua propaganda e seus produtos segundo as tendências dominantes na puericultura, a indústria de leite em pó e de outros alimentos infantis é em grande parte responsável pela institucionalização do desmame precoce. (Loyola, 1979, p. 39)

Assim, as fórmulas infantis vão chegando até às mães de forma direta ou indireta, fazendo-as substituir seu próprio leite pelo artificial. De maneira direta, as indústrias fazem-se presentes pelos meios de comunicação de massa ou distribuindo amostras grátis, brindes ou através de representantes de vendas vestidas de enfermeiras. De maneira indireta, as indústrias trabalhavam junto a governantes, através da distribuição e vendas pelos setores comerciais e também pelos profissionais de saúde, seja diretamente a estes, seja via hospital-maternidade. (Rea, 1989)

Rea também aponta para estudos que mostraram a relação entre aleitamento artificial, morbidade e mortalidade infantil, atentando para o risco relativo de morrer por diarreia nos primeiros dois meses de vida. Este risco é 23 vezes maior entre crianças utilizando o leite artificial que entre as amamentadas com leite humano. Entretanto, Mota (op.cit.), comparando crescimento e morbidade de crianças alimentadas com leite humano e leite de vaca, conclui

que não há discrepâncias estatisticamente significativas entre ambos. O mesmo autor chama a atenção para o fato de que:

ao contrário do habitualmente falado no discurso oficial do aleitamento materno, o leite humano não parece conter, intrinsecamente, qualidades imprescindíveis para um pleno desenvolvimento do bebê; o que determina ser ele mais ou menos essencial à saúde infantil são condições externas a ele.
(p.166, grifo meu)

É importante aqui observar que as dificuldades de aquisição e preparo das fórmulas infantis pela população de baixa renda acabaram por acarretar índices elevados de mortalidade de crianças pobres. Embora Bolthanski (op.cit.) afirme que, com a pasteurização, o uso do leite esterilizado acabava por revolucionar a lactância artificial, livrando-a de grande parte dos seus perigos.

Rea (1989) relata que algumas mães não tinham condições materiais de preparar e esterilizar a mamadeira e os utensílios necessários para o preparo do leite artificial, e que outras mães utilizavam a mesma mamadeira para mais de um filho. Também a concentração da diluição diferenciava-se, de acordo com a época do mês, sendo mais concentrada na época de recebimentos de salários e menos concentrada nos finais de mês.

Isso significa que o aleitamento artificial não é a causa em si da alta mortalidade, mas sim as condições sociais nas quais este ocorre, como a péssima situação higiênica da população pobre, a alimentação prematura e a qualidade do leite utilizado, conforme analisa Silva (1990).

Além disso, o aleitamento misto possivelmente fora empregado em muitos casos a fim de que a mulher pudesse entregar-se ao trabalho fora de casa.

Esta situação revela as condições precárias em que vivia àquela época (e que ainda vivem) a população pobre. A solução para esta situação foi a volta ao aleitamento materno, considerado então como arma contra a desnutrição.

Loyola (1979, 1983) afirma que argumentos de caráter psicológico, assim como as benéncias do leite materno, passam a ser utilizados como incentivadores à amamentação natural.

Desta forma, aponta-se para o alto índice de desnutrição na infância, o que é atribuído como consequência do desmame precoce, sem se analisar mais profundamente as questões político-sociais e econômicas por que passa a população pobre.

Se olharmos pela ótica da produção, pode-se depreender que esta questão pode ser entendida como uma exigência de mão-de-obra especializada e de alta produtividade, que só um estado nutricional adequado pode proporcionar. Além disso, o que se acaba por propor:

...às mães, por meio do apelo à amamentação, é uma tarefa considerável: erradicar do país a desnutrição e a desordem social, desenvolver o planejamento familiar e melhorar a qualidade da força de trabalho (Loyola, 1983,p.82)

Essa discussão leva-nos a refletir que a tentativa de atribuir tais responsabilidades às mães acaba por camuflar as contradições existentes na sociedade de classes e assegura a continuidade da estrutura social como vem se desenvolvendo, responsabilizando-as pela desnutrição infantil.

O trabalho da mulher, a exiguidade de licença gestante⁵¹ e a falta de creche também são mencionados como impedimentos ao aleitamento

⁵¹ No Brasil, somente em 1988 com a promulgação da Constituição é que a licença gestante passa de 90 para 120 dias.

materno, pois as transformações urbanas alteraram a vida social dos indivíduos, o que tenderia a refletir de maneira desfavorável sobre o aleitamento materno.

No caso da creche da Unicamp, embora seja uma conquista dos trabalhadores (homens e mulheres) e do movimento de mulheres, como vimos no capítulo 3, ela (a creche) tem o papel preponderante de assegurar o aleitamento materno, o que se faz sentir com grande ênfase ali:

Uma coisa que me impressionou muito era: a mãe dizia que tava amamentando e a direção da creche ia tirar leite da pessoa para verificar se estava mesmo com leite... (A, GP, 10/96)

Já vimos como o envolvimento da amamentação como fator determinante da normalidade física da criança tornou-se um modo eficiente de assegurar a gestão da ordem, através da obrigação materna de aleitar seus filhos. Assim, a mãe torna-se, pelo amor que tem por seu filho, cúmplice de sua própria opressão física e psicológica. (Mota, op.cit.)

Neste sentido, é através da persuasão e do constrangimento que, na creche da Unicamp, garante-se a amamentação sob o argumento das vantagens desta. A liberação da criança faz-se, em grande parte, com a alienação da mulher. A creche da Unicamp tem uma atitude autoritária e rígida de cobrança do aleitamento materno, pois não permite à mulher fazer uma opção. A prática da amamentação é condicionada ao modelo moral do “certo” e “errado” sem nenhuma consideração aos condicionantes sócio-econômico-culturais.

Nem mesmo as vantagens anticoncepcionais do aleitamento materno são esquecidas, pois a amamentação ajuda a mãe a espaçar seus períodos de gestação, ao suprimir a menstruação e a ovulação após o parto, fornecendo base sólida para o planejamento familiar.

Na *ficha de saúde*⁵² da creche pude observar um item que me chamou a atenção: o **planejamento familiar** (...ou controle!), que pode ser confrontado com as entrevistas. Uma funcionária da Unicamp relata que ao procurar a direção da creche, solicitando uma vaga para sua filha, foi surpreendida com a seguinte indagação:

Ela me fez uma pergunta que me deixou absolutamente desconsertada... perguntou se eu usava algum tipo de contraceptivo. Eu falei que no momento não. Então ela disse: Não? Você não usa? Então você tá se arriscando a ter mais filhos para trazer para a creche da Unicamp?.. (D., GU, 10/96)

Não se trata de avaliar o potencial contraceptivo da amamentação, mas as formas de subordinação da mulher frente às imposições sociais de aleitamento e planejamento familiar. Ao falarmos sobre planejamento familiar, entendemos que é opção livre e consciente da mulher e do casal definir o número de filhos que pretendem ter, assim como a escolha anti-concepcional mais adequada às suas características. Já o controle da natalidade é entendido como uma forma imposta pelo Estado para que se limite o número de filhos.(Sindicato, 1980)

A questão da contracepção é um direito individual adquirido, expresso na livre escolha da maternidade, conforme a clássica reivindicação do movimento feminista francês dos anos 70: *uma criança, se eu quiser, quando eu quiser* (Scavone, *et.al.* 1994.). Porém, definem as autoras citadas, a partir de sua pesquisa comparativa entre a França e o Brasil:

⁵² Conf. anexo

A contracepção medicalizada⁵³ se inscreve na lógica da modernidade das sociedades industrializadas e suas contradições... o uso dos métodos contraceptivos pode ser revelador das desigualdades sociais e sexuais que fundamentam as relações entre os países do Norte e do Sul, como também as relações entre os diferentes grupos sociais no interior de cada país. (p.357)

A mesma pesquisa mostra que a contracepção medicalizada tornou-se uma norma, e que esta determina as *vigências contraceptivas*, para os setores mais pobres da sociedade (idem). Portanto, a contracepção está relacionada com a política de controle da natalidade, visando resolver, pela diminuição da fecundidade, os problemas econômicos dos países pobres.

É importante perceber como o Estado utiliza formas sutis e passa a assumir o direito democrático dos indivíduos planejarem seus filhos, porém com a conotação clara de controle da natalidade. Assim, a amamentação e a reprodução dizem respeito ao corpo feminino, corpo este articulado com a realidade social, constantemente em transformação; os cuidados com o corpo da mulher são objeto da medicina, que prescreve e da sociedade, que o controla.

Além disso, a contracepção vai se tornando uma atribuição exclusiva da mulher, e também um dever para com a sociedade, indo **do direito** conquistado a partir de muitas lutas **a um dever** social, sobretudo para os estratos mais pobres da sociedade. A esse respeito Ardailon (1994) afirma que:

Por ser um corpo reprodutor , o corpo feminino não faz jus à privacidade, à autonomia. O ventre feminino foi controlado desde sempre. Quando se fala no livre acesso à contracepção como possibilidade das mulheres controlarem sua fertilidade, ou serem

⁵³ Aqui as autoras referem-se tanto ao uso de medicamentos como à necessidade de intervenção médica, como por exemplo, a esterilização.

mães “se e quando quiserem”, essa prática abre a perspectiva de uma mudança do *status* social da mulher e de uma ordem de gênero que a sociedade brasileira aparentemente rejeita. (p.215)

As concepções e valores sobre reprodução humana estão tanto relacionados com as idéias sobre o aleitamento como com as relações sociais e econômicas existentes na sociedade. Moraes (1994) lembra que a sociedade contemporânea vive uma crise em relação aos papéis sociais tradicionais da mulher (dona de casa) e do homem (provedor). Esta crise dá-se em função da crescente profissionalização feminina, que vem influenciando sobremaneira na reprodução. Segundo a autora, o que se observa é a progressiva diminuição do tamanho da família e a redefinição dos estilos de vida.

É importante lembrar ainda que, no século passado, os médicos rejeitavam o livre arbítrio das mulheres no sentido de querer ou não a procriação. É interessante observar que o mesmo argumento é utilizado na segunda metade deste século para reforçar a necessidade do planejamento familiar como forma de controle da natalidade.

Segundo documento do Sindicato dos Médicos de São Paulo (1980), o planejamento familiar surgiu na década de 40, depois do movimento de controle da natalidade. Foram as instituições especialistas em planejamento familiar americanas - Birth Control Federation of America e o Planed Parenthood Federation of America - que lançaram a distinção entre planejamento familiar e controle. Estas mesmas instituições foram as iniciadoras, no século passado, do movimento de controle nos EUA e financiaram até a década de 80 os movimentos de controle da natalidade em todo o mundo.

Em 1950, a Ásia é o centro de interesses dos países capitalistas, impondo políticas controlistas. Na década de 60, o centro passa a ser a América Latina. Os Estados Unidos e outros países da Europa consideram alarmante o crescimento demográfico do terceiro mundo.

Em 1965 é criada no Brasil a BEMFAM⁵⁴ “Sociedade Civil para o Bem-Estar da Família” que passa a difundir a idéia de “paternidade responsável”. Entendia-se, então, como irresponsabilidade de muitos pobres procriarem; assim o planejamento familiar vinha como fórmula para garantir o Bem-Estar-Social.

O discurso da época era de que a existência de uma superpopulação seria a causa da marginalização de milhões de pessoas sem emprego. Culpava-se assim milhares de crianças carentes pela inflação, dívida externa, não aproveitamento das fontes naturais de energia, baixos salários, remessa de lucros das multinacionais, etc.

Para Donzelot (op.cit.) trata-se em verdade da chamada economia social, que consistia na direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo de sua reprodução, de maneira a obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos.

A reprodução não é um episódio, mas um processo que necessita de garantias, e essas garantias não existem para as mulheres pobres brasileiras, e até mesmo na creche ela (a mulher) é controlada pelo Estado. O direito de não ter filhos transforma-se no dever de não tê-los.

Segundo Mitjavila e Echeveste (op.cit.), as instituições de saúde são usadas para que os profissionais de saúde acreditem, com fins humanitários, que, ensinando a planejar o número de filhos, os problemas sociais serão resolvidos.

Silva (1990) destaca que, na década de 70, a puericultura, depois de incorporar-se no planejamento estatal e nos programas de saúde materno-infantil, passa a intervir, através do planejamento familiar, não só nas relações afetivas entre mães e filhos, mas nas relações sexuais, disciplinando a procriação.

⁵⁴ A BEMFAM foi criada na XV Jornada de Ginecologia e Obstetrícia, realizada em São Paulo em novembro de 1965.

O Programa Integrado de Planejamento Familiar e Saúde Materno-Infantil é financiado pela United Nations Fund for Population Activities (órgão ligado às Nações Unidas), com uma verba de 92 milhões de dólares no período de 77 a 80. Em 1980, segundo relatório UNFPA, fundações como a Ford e a Population Council, entre outras, destinam *ajudas* para universidades Brasileiras, visando favorecer as pesquisas sobre o assunto. Dentre as universidades que recebem este financiamento está a Unicamp (Sindicato, op.cit.).

Portanto, não é sem motivo que um órgão da Unicamp, que desenvolve pesquisas sobre doenças materno-infantis, lance em 1982 um caderno sobre aleitamento materno e planejamento familiar. (Cemicamp, 1982). Além disso, pessoas ligadas a este órgão participaram da organização da creche no campus.

Campbell (apud Silva, 1990) afirma que o aumento do interesse pela redução da natalidade nos países de terceiro mundo deve-se ao temor pelo potencial revolucionário e pela ameaça evidente à sobrevivência do capitalismo.

Portanto, observamos que realmente os grupos dominantes têm alternativas e todo o discurso modificador para que o controle da natalidade seja *democraticamente* imposto. Assim, Campbell afirma que:

Falar em planejamento familiar, paternidade responsável e democrática numa sociedade sem direito e de arbítrio é mais uma das manobras da ditadura deste país. (idem, p.6)

Neste sentido, é importante perguntar quem pode decidir conscientemente sobre o número de filhos: somente a mulher ou o casal pertencente às camadas sociais que disponham de conhecimentos? Portanto, o planejamento familiar é para ser aplicado às mulheres que não têm conhecimento, ou àquelas que necessitam da creche e por isso acabam por

aceitar práticas impostas de controle da natalidade, anulando o direito a uma maternidade consciente, isto é, devidamente escolhida?

Planejamento sim, com a criação de condições para que a mulher possa optar conscientemente pelo número de filhos resultante de garantias sociais: habitação adequada, creches para os filhos, saneamento básico, escolaridade, e outras políticas sociais necessárias.

Para isso, o melhor anticoncepcional seria a justa distribuição de renda para que as famílias pudessem ter conhecimento das vantagens e desvantagens de cada método.

É importante ainda destacar que a creche não é o espaço de discussão do planejamento familiar ou do controle arbitrário do ato de planejar a família, mas um espaço de direito à educação da criança, complementando a educação dada pela família; mesmo porque, numa creche particular, jamais indagar-se-ia à mãe sobre o planejamento familiar.

Finalmente, considero que cabe à mulher o direito de decidir quantos filhos deseja ter e a maneira de amamentá-los, rompendo com a tradição do **sagrado - as divinas tetas** - e colocando em foco o **profano** - o desejo e a escolha pela reprodução e a amamentação realizada com prazer e erotismo.

7. IMAGENS DA CRECHE

RIVERRUN

James Joyce

As fotos, com cuidado, são tiradas do envelope.
Veja esta aqui - coberta de riscos.
Espelho quebrado.
Onde está o rosto deste homem?
E a mão deste outro?
A janela da casa não existe mais.
Um pouco de pó parece escorrer da foto - areia de uma
ampulheta.
É o tempo.
Tempo desarma a cena, desmonta as pessoas.
As fotos
devemos tocá-las (...) - suave, docemente, o peito arfando
de ternura.
Ela tenta refazer as coisas, descobrindo um pedaço aqui, outro
ali
Fiapos de outros anos
· Réstias, linhas
Então a moça imagina. Inventa
Coisas maravilhosas ela faz
Trazendo os sinais do passado, para o presente - ou para o
futuro?

O conjunto de imagens que aqui apresento constitui-se numa valiosa fonte de informação sobre a creche e as possibilidades para um estudo futuro da linguagem fotográfica através da memória visual dos usuários do CECI. As fotografias reunidas durante a pesquisa são um importante instrumento de comunicação e informação, onde a presença da criança é registrada, não isoladamente, mas juntamente com o ambiente no qual ela está inserida.

Nestas fotografias é possível observar que as crianças são fotografadas quase sempre em posição frontal, onde observa-se o olhar da criança, a maneira como está vestida, entre outros elementos que exprimem uma certa concepção de infância.

Assim, as imagens produzidas pelos protagonistas da creche, revelam uma concepção de infância ambígua, ambivalente. De um lado, observa-se que os adultos abaixam-se, ficando à altura das crianças, fantasiam-se com elas, os móveis são da altura das crianças. De outro lado, percebe-se em vários momentos a infância contida, educada, domesticada.

Farnè (1987), analisando as obras dos pintores franceses Chardin e Fragonard, observa que a criança é retratada de duas formas diferentes pelos dois artistas. Segundo Farnè, Chardin representa a criança de acordo com o ideal burguês: educada, composta. Fragonard representa uma infância mais dinâmica e sensual, onde a interação com os adultos é representada muitas vezes num corpo-a-corpo, numa certa tensão de onde despontam juntos felicidade e erotismo. Tais imagens, segundo o autor, devem ser comparadas às grandes obras da pedagogia daquela mesma época - Rousseau, Richter, e com o nascimento de dois universos fundamentais do imaginário infantil: o literário e o lúdico.

Mais adiante o autor prossegue afirmando que a sociedade burguesa tinha como referencial formar o sujeito social que deveria dar continuidade ao desenvolvimento econômico, segundo um modelo de progresso.

A infância deveria, portanto, ter condições de desenvolver esta tarefa, através de uma educação rigorosa. Para tanto seu tempo de permanência na escola foi sendo alongado, e a escola passou a ter um certo rigor na programação. Isto significa que a sociedade capitalista passa a ter uma certa expectativa para o futuro da criança, ou seja, ela espera que a criança seja, na vida adulta, a mantenedora da sociedade capitalista.

Farnè (op.cit.) afirma que:

o salto qualitativo é dado na nossa sociedade no momento em os adultos começam a tomar distância da infância, a observá-la e pensá-la como sujeito diferente do adulto, dotado de sua própria especificidade. (p. 130)

Por isso, a representação iconográfica da criança é importante, porque através dela o adulto declara haver descoberto e observado uma certa infância, e através dos registros fotográficos ele (o adulto) revela seu próprio *sentimento* em relação à criança.

Ariès (1981) afirma que o sentimento de infância não se distingue pela afeição pela infância, mas corresponde à tomada de consciência sobre as suas características específicas, as quais distinguem a criança do adulto.

No esforço para compreender o conteúdo das imagens da creche - Unicamp, procurei aliar a esta análise o momento social em que foram produzidas. Assim, elas foram também utilizadas durante as entrevistas e após estas, na fase de análise dos depoimentos, auxiliando na elucidação de passagens obscuras, focalizando aspectos que não eram do meu conhecimento, conforme Simson (1995) orienta.

Há portanto aqui uma proposta modesta de fazer a leitura das imagens privilegiando o contexto de sua produção, a escolha de uma temática e o seu engajamento a uma perspectiva mais ampla, que é a produção de uma *imagem social da creche*. Cada uma das imagens possui um significado social cuja representação é:

um signo icônico e indicial que substitui e representa um aspecto da realidade em função de sua capacidade de produzir verossimilhança. e um signo simbólico. Veiculador de determinadas idéias abstratas que se materializam na organização formal e expressiva dada pelo fotógrafo... (Oliveira Jr. 1994, p.7)

A mensagem fotográfica nesta pesquisa passa a ser decodificada, buscando compreender as dimensões formais e expressivas nas quais as imagens foram produzidas, e relacionado-a aos conhecimentos acumulados sobre o objeto em estudo: a creche da Unicamp.

Assim, passei a educar meu olhar para melhor perceber as nuances da fotografia, as diferentes concepções de creche, de infância, de educação infantil que ela apresenta e as maneiras de os protagonistas da creche, serem, agirem e auto-representarem-se.

A fotografia, no entanto, carrega consigo historicamente a técnica e a estética de forma muito polêmica, pois como forma de expressão traduz-se no fascínio de imprimir a realidade através de um processo mecânico de produção de imagem, que, por suas características particulares, lhe confere um certo status de reflexo da realidade ou reprodução do real. (Oliveira Jr, op.cit.)

Segundo Oliveira Jr (op.cit.), a impressão da realidade na fotografia acaba sendo o resultado de uma forma de representação do espaço elaborada historicamente. E como um processo de representação, ela é sempre parcial e seletiva; em outras palavras, é ideologicamente estruturada. O que temos então é um certo modo de ver a realidade.

Abrindo diálogo com Marx e Engels (1988) a respeito da ideologia, compartilho com suas afirmações sobre o caráter de classe de qualquer produção ideológica que nos leva a identificar maneiras de representar uma visão de mundo segundo a posição social do observador.

Depreende-se portanto que a fotografia apresenta uma visão parcial do real, e no caso desta pesquisa, ela deve ser associada a outras fontes de informação que possibilitem complementá-la e confrontá-la constantemente.

A fotografia num sentido amplo é tanto formadora quanto reprodutora da realidade, assim cabe compreendê-la percebendo as imagens criadas por ela como um produto de significado social - não meramente como reflexo ou reiteração do real.

Nas imagens da creche, tanto a atenção como o controle são bastante evidenciados. Se por um lado busca-se uma imagem da creche em suas características positivas, ressaltando suas qualidades através da fotografia, por outro é possível observar ali aspectos da ambivalência das relações

adulto/criança na educação (Bertin, 1987), como o controle do adulto exercido sobre as crianças, nas fotografias da festa de aniversário.

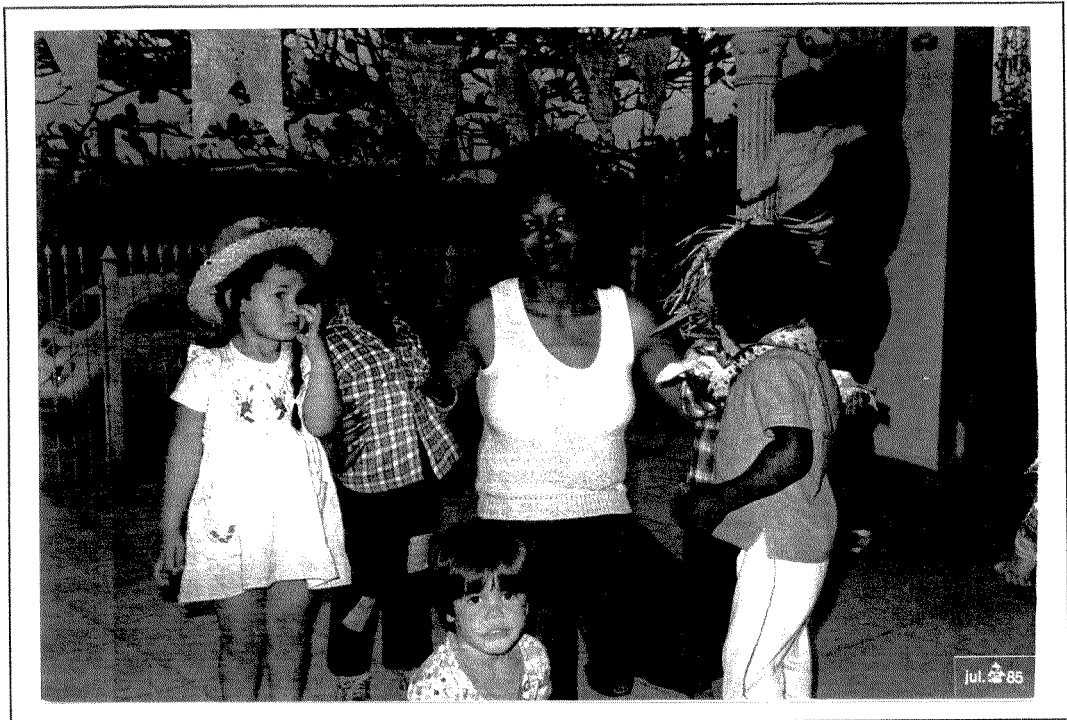


Desta forma, as imagens da creche revelam-nos um espaço limpo, organizado, crianças alegres, brincando ou festejando, possivelmente procurando romper com a visão de *creches depósito*⁵⁵ e assim criando uma nova realidade: a *creche concreta*. Neste caso, a fotografia é agente do processo de criação de uma memória que deve promover tanto a legitimação de uma determinada realidade social - a *creche adequada*, quanto o esquecimento de outra - a *creche depósito*.

Essus (1995) nos dá pistas sobre esta forma de apreensão da realidade:

⁵⁵ Kishimoto (1988), estudando as origens da pré-escola em São Paulo, no período de 1877-1940, aponta para as creches que se caracterizavam mais como depósitos de crianças nas quais havia péssimas condições de higiene. Essa visão a respeito da creche prolongar-se-á até o final da década de 1980, conforme analisam Ciavatta Franco (1989) e Lima (1994).

... cada grupo social, no seu tempo, apresenta uma mise-en-scène em relação ao ato de fotografar e se deixar fotografar bem própria, cuja análise nos remete a maneiras de ser, agir, e de auto-representar-se. (p.28)



Ao mesmo tempo, observamos que este espaço social é destinado às mulheres. Desta forma, a creche constitui-se num espaço de **meninas, meninos e mulheres**, conforme destaca Bufalo (1997). A mesma autora afirma que:

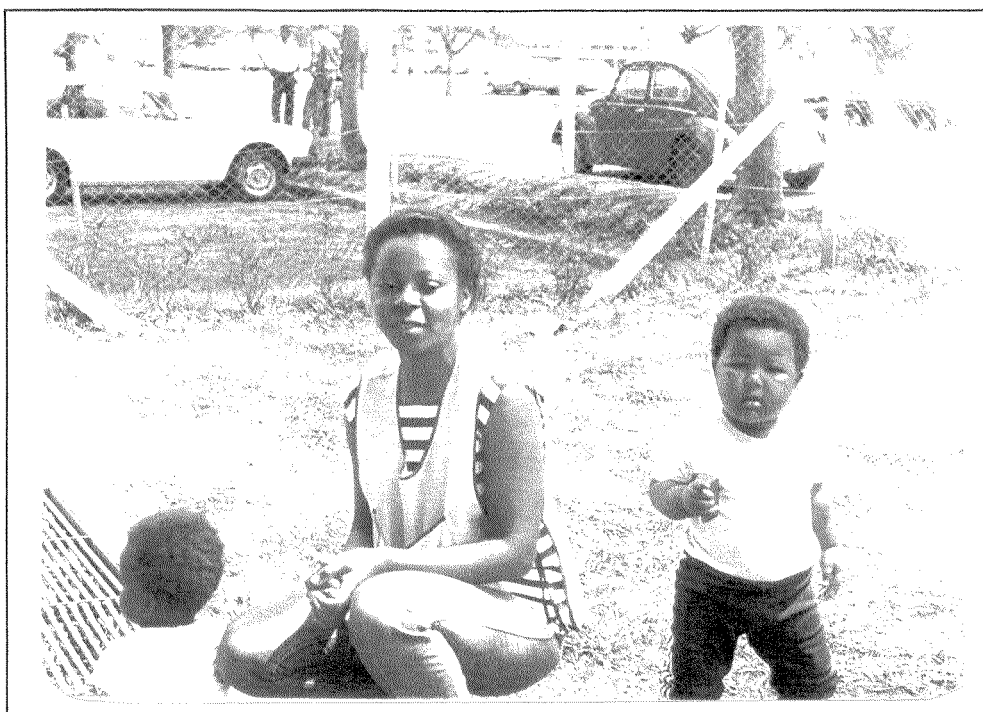
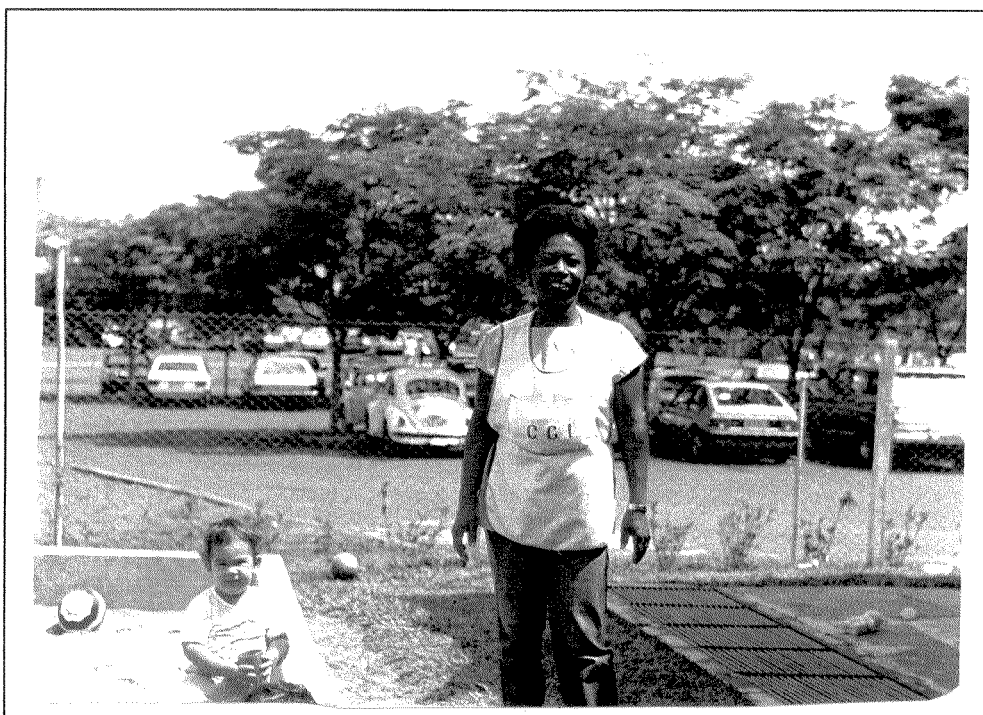
A creche é um espaço de educação e cuidado que se constitui por sujeitos sócio-culturais, ou seja, meninas, meninos e mulheres adultas que pertencem a determinados grupos étnicos, sociais, de gênero e etários. Assim, trazem para a instituição suas mais variadas visões de mundo, os seus valores morais, religiosos, os seus costumes e os seus preconceitos. Estes sujeitos se constituem portanto, em produtores e consumidores de manifestações culturais.



Nesta perspectiva, Rosemberg (1996a) afirma que a educação infantil, mais especificamente na vertente da creche, é uma atividade historicamente vinculada à produção humana, ou seja, à reprodução humana, e portanto considerada como sendo uma atividade feminina por excelência, que além disso tem sido sempre exercida por mulheres.



Assim, a creche da Unicamp, inicia-se como profissão de gênero feminino, e como referencial de qualificação às mulheres é solicitado que gostem⁵⁶ de crianças.



⁵⁶ Conforme ficha de seleção de pessoal, em anexo.

Isso representa a abertura de mercado de trabalho para mulheres de extratos médios e baixos da sociedade, as primeiras em cargos técnicos, de administração e supervisão da creche, dando suporte às segundas que, lidando diretamente com as crianças, exerciam atividade para a qual não lhes era exigida qualquer formação prévia (Rosemberg, 1996a)

Gentil (1989), estudando a formação de profissionais que atuam em creches de Campinas, dentre elas o CECI, constatou que não havia uma formação específica para trabalhar nestas creches, sendo que a maioria das profissionais possuía experiência como mãe, babá ou doméstica. Através de depoimentos, a pesquisadora em seu relatório de iniciação científica observa que as profissionais adquiriam em serviço algum tipo de formação, que se dava através da orientação que recebiam em cursos e treinamentos, ou de técnicos contratados para esta função, no caso da creche da Unicamp.



Na creche da Unicamp é possível observar, através das fotografias, que em seus primeiros anos de funcionamento a totalidade dos

adultos é do sexo feminino⁵⁷. O que se observa ainda é que a maior parte destas mulheres são negras. Tal fato chama a atenção para uma realidade em que a dinâmica das relações raciais na creche constitui um espaço privilegiado do convívio das diferenças.

Assim, a creche tem em muitas situações um caráter ambivalente, e nesse entrecruzamento de olhares e interesses é conveniente observar as maneiras como esses segmentos sociais apresentam-se enquanto enunciados visuais de certos lugares na sociedade. Como lembra Segala (1995):

Ao contrário do retrato burguês, no qual expressa-se uma certa singularidade individual, nas imagens sobre as classes populares, há uma conformidade genérica a tipos marginalizados, seja porque são mitificados (...) ou em caso extremo, reduzidos a itens de classificação biológica. (p.69)

Menos pessimista que estas observações de Segala são as fotografias das mulheres da creche, que exibem orgulhosamente o uniforme do CECI, sorriem na maioria das fotografias e caracterizam-se por uma enorme vitalidade demonstrada nas fotos. Neste sentido, é possível analisar que essas mulheres-trabalhadoras tinham sua imagem profissional como sendo bastante positiva.

Em outra seqüência de fotos é interessante observar o que Faria (1994) chama de binômio atenção/controle, uma outra forma de ambivalência da creche. A festa de aniversário é um momento de festejo, e no entanto ocorre o controle do corpo das crianças. Os adultos sempre próximos, o local limpo, iluminado e organizado são elementos que nos mostram o caráter ambivalente, e por vezes ambíguo, do cuidado e educação da criança pequena. Ao mesmo

⁵⁷ Segundo Rosemberg (1996a), isto ocorre na maioria das creches brasileiras.

tempo que a creche constitui um direito, apresenta-se como local domesticador da criança. Desta forma:

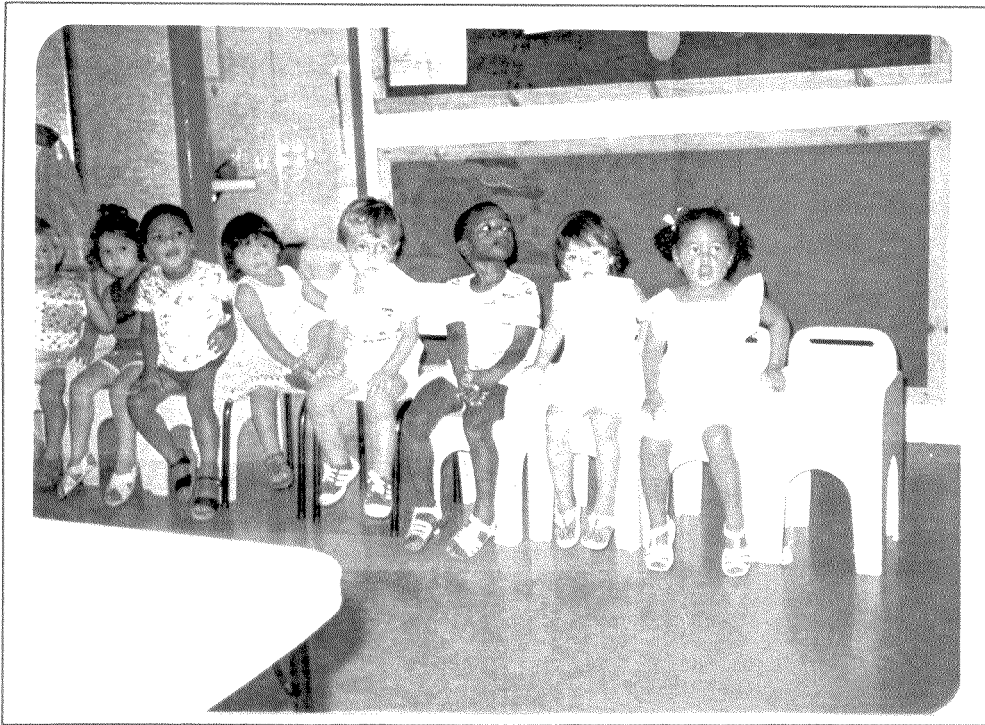
O processo de institucionalização da infância (através da escola, das creches, pré-escolas, etc.), ocupando-se dos cuidados físicos e morais das crianças pequenas, é uma necessidade que garante sua separação do contexto social de origem para transformá-las e fazer o suporte integrado de um (...) sistema político e econômico, constituindo-se numa verdadeira obra de engenharia social. Com o pretexto de proteger a sua inocência, a criança é controlada, disciplinada e educada dentro dos (...) valores sociais dominantes. (Faria, 1994, p.28)

Mais adiante a autora afirma que:

o caráter ambíguo da assistência (enquanto direito e enquanto domesticação) pode ser encontrado também nos jogos que por sua vez, podem ser domesticadores e livres (e todas as formas de combinações destes dois extremos). (p.36)

Analisando esta afirmação, é possível observar que as imagens do CECI revelam este caráter ambivalente da atenção à infância. Se quem produziu estas imagens selecionou os eventos de acordo com aquilo que considerava mais adequado para a educação em creches, é bem possível que tenha percebido o controle como algo positivo e, desta maneira, merecia ser registrado e cristalizado pela fotografia.

De acordo com as fotografias da creche, é possível afirmar que a criança composta e educada de Chardin e a ludicidade da criança de Fragonard estão representadas nestas fotos, elas coexistem na creche.







Nas fotografias, pude notar que o espaço é organizado de acordo com as necessidades das crianças: a) os móveis são pequenos; b) a lousa está à altura das crianças; c) o espaço é decorado com bandeirinhas e pinturas nas paredes. No entanto, esta atenção é acompanhada do controle.

Observando as fotografias, é possível verificar que as crianças estão, na maioria das fotos, próximas a um adulto, estejam elas brincando com seus pares, rindo, chorando, festejando, etc. Em 1995 o Ministério da Educação e do Desporto divulga os **Critérios de Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais da Criança**, e em uma das disposições, o MEC recomenda que:

Nossas crianças, mesmo quando brincam autonomamente, não ficam sem a proteção e o cuidado dos adultos. (p.22)

Muito antes disso, as imagens da creche da Unicamp mostram que este direito já vinha sendo resguardado. Nas fotografias é possível observar ainda que, em várias situações, os adultos estão interagindo, brincando com as

crianças, ou mesmo fantasiados em momentos de festejo, reafirmando a ambivalência presente na relação adulto/criança na educação, ou seja, a atenção e o controle, que são (quase) indissociáveis, pois sempre que tem a atenção, por exemplo na relação adulto-criança através da brincadeira, há também o controle: as crianças sentadas, comportadas, educadas. Bertin (op.cit.) analisa que a ambivalência na educação é diferente da ambiguidade, enquanto oposição, contraste. O autor italiano afirma que:

Na área pedagógica (a ambiguidade) se distingue da ambivalência porque esta (última) indica a co-presença, somente de dois aspectos diferentes, contraditórios ou não, e se aproxima mais da polivalência, pois esta é válida para mais direções e usos. (p.154)



É importante lembrar que a pose e a angulação da foto revelam escolhas e intenções que se cristalizam espacialmente na imagem final, isto é, na própria fotografia.



O fotografado, sujeito da representação pode direcionar e organizar a angulação da máquina de acordo com o desejo de recepção da imagem, isto é, aquela imagem que será registrada de tal forma que possa dar a ela um significado particular (Oliveira Jr. Op.cit).

Assim, a angulação da fotografia não é neutra ou livre de significado. No caso das fotos da creche, a angulação das fotos é invariavelmente frontal e o enquadramento é (mais ou menos) centralizado.

Para Oliveira Jr., esta imagem representa a forma mais rígida de criação do retrato. Dela podemos depreender a hierarquia social e profissional das pessoas, ainda que sem perceber uma certa solenidade da imagem frente ao seu enquadramento.



Em **A Câmera Clara**, Roland Barthes (1984), mostra sua fascinação pela fotografia, onde, através de um álbum de família, ele analisa as fotos de sua experiência pessoal, reencontrando ali emoções já vividas. Nesta obra, o autor cria duas categorias de análise da fotografia o *punctum* e o *studium*. A primeira é definida como o elemento da fotografia que:

salta da cena, como uma seta, e vem trespassar-me (...) ferindo, apunhalando e marcando o inconsciente.(p.45)

O *punctum*, assim definido, é um pormenor que se destaca e que se apodera de toda a interpretação, e sua leitura é, ao mesmo tempo, ativa e curta. Já sobre o *studium*, Barthes diz:

....(é a) extensão de um campo que eu reconheço facilmente em função de meu saber, da minha cultura. (p.46)

Dentro destas categorias, o que num primeiro momento interessou-me nas fotografias da creche da Unicamp foi exatamente o que elas traziam-me de informação, diante daquilo que minha cultura e minha formação acadêmica me ofereceram. O *studium* nelas contido fazia-me refletir sobre o caráter social da creche, aquilo que ela tinha (ou tem) de revelador sobre a organização social e as relações decorrentes desta organização.

E como diz Leite (1995):

Toda a pedagogia pela imagem baseia-se na hipótese analógica: para ser eficaz, a imagem, longe de substituir a realidade, implica um conhecimento prévio e direto de seu conteúdo, e não pode evitar uma reflexão sobre a natureza da imagem e as possibilidades de sua transmissão de conhecimento. (p.83)

Mais adiante, a mesma autora irá dizer que a decifração de uma mensagem visual é uma tarefa sem fim; que pode ser iniciada pelo conteúdo manifesto, e portanto precisa levar em conta o conteúdo latente e as interpretações possíveis, assunto que não pode ser esgotado nesta pesquisa, isto é, seriam precisos muitos outros estudos para compreender a creche da Unicamp em outras dimensões além das aqui analisadas.

Porém, algo que não estava ali nas imagens chamava-me a atenção, algo que também não foi dito nas entrevistas, ou escrito nos documentos, um *punctum* que me prendia à imagem e me dizia algo que não estava explícito. Comecei a questionar o que era esta atração pela fotografia, algo mais que dali queria saltar aos olhos. De repente, veio-me uma questão tão pungente que fez refletir sobre o que não foi "dito" pela imagem: Onde está a infância? Suas marcas mais profundas? Suas múltiplas linguagens não expressas nas fotografias?

Assim, percebi, depois de muito observar as fotografias, que elas davam uma mensagem além do código iconico, como *ausência de*. Na

organização exacerbada do espaço, na limpeza extrema, na produção do adulto registrada nas pinturas das paredes.

Novamente pergunto onde está a infância? Onde está a apropriação do espaço pela criança? O que ela registra e marca neste contexto social que deveria ser totalmente seu? A partir destas indagações, é possível analisar que a adultização da criança faz-se presente na creche da Unicamp. A criança nem sempre é respeitada em sua condição infantil, mas frequentemente é tratada como futuro adulto. Rosemberg (1976) atenta para a infância do vir-a-ser:

Na sociedade-centrada-no-adulto a criança não é. Ela é um vir a ser. Sua individualidade mesmo deixa de existir. Ela é potencialmente promessa. (p.1467)

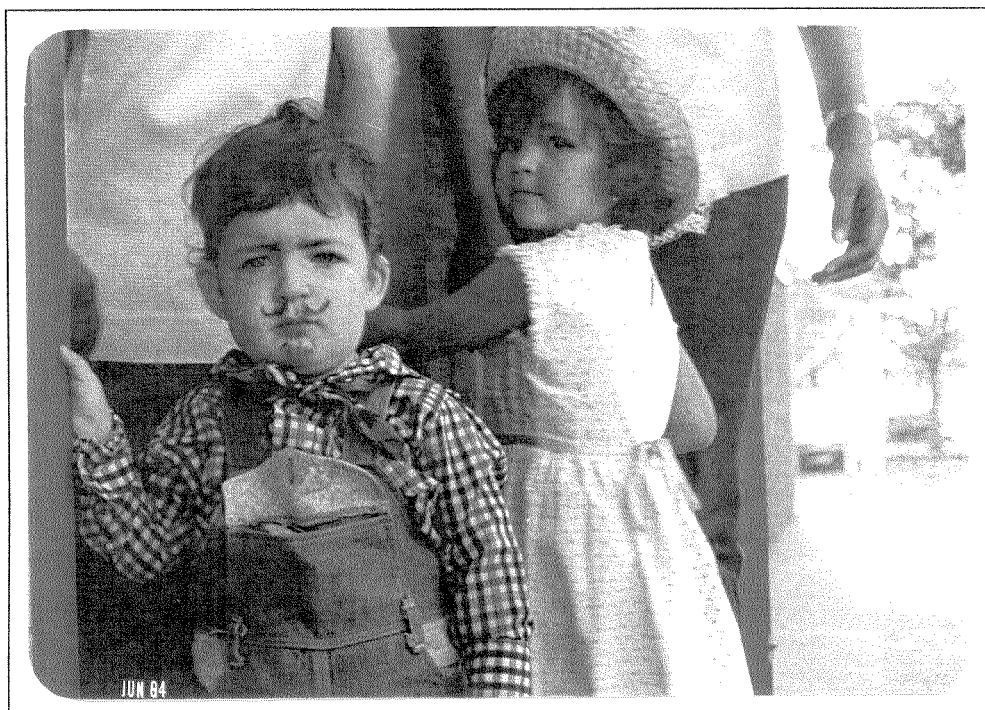
A creche neste sentido, acaba por reforçar esta visão de infância, enquanto vir-a-ser, e assim a organização do espaço e a rotina da creche revelam a *iniciação* da criança. Em **Revolução Molecular**, Félix Guattari (1987) nos faz refletir sobre a creche como um local onde ocorre este processo de iniciação:

A iniciação não está mais circunscrita a um período preciso, não mais se efetua segundo um cerimonial particular, por exemplo naquilo que se chama “campos de iniciação”. Ela tem lugar em “tempo integral”, mobiliza todo o meio familiar e os educadores. Trata-se pois de uma iniciação ao sistema de representação e aos valores do capitalismo que não mais põe em jogo somente pessoas, mas que passa cada vez mais pelos meios audiovisuais que modelam a criança aos códigos perceptivos, aos códigos de linguagem, aos modos de relações interpessoais, à autoridade, à

hierarquia, a toda a tecnologia capitalista das relações sociais dominantes. (p. 51)

Desta forma, a criança não pode enfrentar a contradição fundamental da sociedade centrada no adulto, pois tal fato cria o mito de que protegendo a infância, separando-a, isolando-a da sociedade (Rosemberg, 1976), recoloca-la-á no meio ideal sob a ótica do adulto: a creche. E não poderia ser qualquer lugar, mas aquele capaz de melhor traduzir e permear os valores da sociedade industrial capitalista.

A antecipação à escola primária e a valorização daquilo que a sociedade deseja parecem evidentes: a formação do futuro da nação, dos futuros trabalhadores. E portanto a criança *não é*, mas *será* no futuro alguém, para o que ela já está sendo preparada.



Nessa ordem, não seria concebível na sociedade atual, que se pudesse formar um trabalhador sem esta preparação que se faz na família e na creche. (Guattari, op.cit.) Portanto, no seio da creche, dever-se-ia lutar contra este sistema de alienação.

Como último item deste capítulo, deixo registrado que ainda se faz necessário ver e dar-se a conhecer as redes pelas quais circulam essas imagens, que mudanças elas sofrem ao longo do tempo e como são apropriadas e reproduzidas tecendo uma ordem de filiações iconográficas da creche. Tarefa para uma outra pesquisa!!!

8. ELA FICAVA FAZENDO CERIMÔNIA!!!

A realização de entrevistas com crianças ex-usuárias da creche teve por objetivo obter informações a respeito de uma questão que constitui uma das orientações desta pesquisa: a importância e a necessidade de ouvir as crianças.

Desta forma, pretendia dar voz àquelas que são o objetivo primordial da existência da creche enquanto instituição educacional, mas que são pouco ouvidas, seja pelas Ciências Sociais, seja pela Pedagogia.

Martins (op.cit.) discute a pouca utilização de entrevistas com crianças pelas Ciências Sociais em pesquisas brasileiras. Apontando para a existência de uma hierarquia das fontes de informação consideradas válidas pelos pesquisadores da área, diz ele:

Entre o formulário pré-codificado e o depoimento autobiográfico espontâneo, o sociólogo e o cientista político tenderão a considerar o primeiro fonte mais objetiva que o segundo. Entre o depoimento do chefe de família e o da empregada doméstica dirão que o primeiro é mais completo e mais seguro, quando se trata de um estudo em que a família for considerada sujeito da investigação. (p.51-52)

Desta forma, Martins considera que a tendência do cientista social é interessar-se por informantes que estão no centro dos acontecimentos, que têm um certo domínio das ocorrências, e que supostamente têm uma visão mais ampla destes. Neste sentido, o pesquisador acaba por descartar uma parcela de sujeitos sociais relegados ao silêncio, dentre eles a criança. Mais adiante o autor afirma:

O pesquisador quase sempre pressupõe e descarta, no grupo que estuda, uma parcela de seres humanos silenciosos, os que não falam. De nada adiantaria conversar com eles. São os que em público e diante do estranho permanecem em silêncio: as mulheres, as crianças, os velhos, os agregados da casa, os dependentes, os que vivem de favor. Ou os mudos da história, os que não deixam textos escritos, documentos. (p.53-54)

O estudo da pesquisadora italiana Egle Becchi (1994) mostra que não é sem razão que a fala⁵⁸ da criança é negligenciada pela sociedade capitalista ocidental. A autora, analisando a chamada **Retórica da Infância**, afirma que as crianças existem para o outro e através da fala do outro, pois são os adultos que as governam. A criança é caracterizada como sujeito que não sabe falar (*in - fans*). Para a autora:

a infância existe no reino da palavra “outra”. Da palavra que se quer dotada de poder, não só porque fala daquilo que não fala, mas também enquanto deve “fazer falar” quem não é ainda capaz da palavra. (p.64)

Portanto, a criança é encarada pelos adultos como sendo objeto de sua empatia e vigilância, controle e atenção, de maneira que a infância não é dita por si, mas por outros. Pancera (1994) afirma que na língua italiana a palavra *bambino*, que em português significa criança, tem na sua origem

⁵⁸ É importante registrar aqui que a criança muito pequena, embora não verbalize, possui competências sociais expressas através de sorrisos, choros, movimentos, comunicação gestual, entre outras, conforme afirma a pesquisadora italiana Camaioni (1984). Também a pesquisadora brasileira Faria (1994) após realizar estudos na Itália afirma que as crianças naquele país são percebidas pelos adultos como: ser competente, em sua inteireza, capaz de sofisticadas formas de comunicação, mesmo quando bebê, estabelecendo trocas sociais com coetâneos e adultos, através de uma rede complexa de vínculos afetivos.

etimológica o ser diminutivo, balbuciante, tolo. A esse respeito o autor analisa que:

os primeiros elementos que nos são fornecidos concernem ao fato de que à criança se atribui como termo de significação o diminutivo de um termo em uso para pessoas adultas; também ao fato de que se assimile a incapacidade de falar bem como a característica de tontice, bobeira, e que ambas, além de serem atribuídas a certos adultos, o são também a todas as crianças. (p.99)

Esta carga valorativa sobre a infância reflete-se nas pesquisas. A Pedagogia freqüentemente tem se valido das entrevistas realizadas pela Psicologia, com o objetivo de melhor compreender a criança. Suzanne Krogh (s/d), em pesquisa realizada nos Estados Unidos sobre o desenvolvimento moral de crianças pequenas, mostra que as entrevistas realizadas por Piaget com crianças de diferentes idades têm auxiliado a Pedagogia na definição de estratégias de ação. Desta forma Krogh, afirma que:

Entrevistar crianças sobre questões sócio/morais tem demonstrado ser útil para os psicólogos que buscam compreender o desenvolvimento inicial da criança e para os educadores preocupados com a eficiência dos métodos de ensino.(p.190)

No entanto, Becchi (op.cit.) afirma que a psicologia piagetiana é:

por muitos aspectos, uma psicologia genética: porque evolui e se transforma no que diz respeito à criança e ao seu processo de autonomia em relação à retórica, a gênese dos textos piagetianos induz a cautela. (p.80)

Segundo a autora, também nos estudos piagetianos, a criança é apresentada como não falante, e sobre a qual faz-se discurso. Neste sentido, estas pesquisas freqüentemente levam em conta a visão do pesquisador, portanto adulto, sobre o que é e como é ser criança, em detrimento da fala da criança propriamente dita. Desta forma, as perspectivas de ação acabam por basear-se numa visão adultocêntrica da infância.

Na década de 40 Florestan Fernandes desenvolveu um estudo sobre as brincadeiras de rua em São Paulo, onde entrevistava as crianças. O autor assim relata:

Após a observação minuciosa e prolongada das trocinhas, o pesquisador fica habilitado a compreender certos aspectos do comportamento dos imaturos em seus próprios grupos sociais.
(p.157)

Contudo, no Brasil, após o estudo de Florestan Fernandes (1979), os poucos estudos envolvendo entrevistas com crianças tardaram a acontecer, como veremos mais adiante.

São importantes também as pesquisas das psicólogas brasileiras Carvalho e Beraldo (1988), Arfouilloux (1988), Vitória e Rosseti-Ferreira (1993), Oliveira e Rossetti-Ferreira (1993), e que, embora não tratem de entrevistas com crianças, enfocam uma área de interesse importante para os estudos sobre a infância. Elas tratam da interação criança-criança como um novo foco de atenção de pesquisadores da área, pois dentro desta perspectiva é possível apreender a importância da relação das crianças com seus pares.

Embora estes estudos sejam centrados na psicologia infantil, eles abrem frente para a necessidade de novas pesquisas sobre a criança em ambientes coletivos, como a creche. Lembrando ainda que a Psicologia somente a partir da década de 70 vem atentando-se para a necessidade de pesquisar as crianças em seus grupos sociais próprios.

Através de um artigo discutido no Seminário de Formação de Profissionais de creche, realizado na Fundação Carlos Chagas em 1993, foram divulgados os estudos realizados na Dinamarca que têm procurado levar em conta seriamente o ponto de vista das crianças em sua vida cotidiana. O dinamarquês Langsted (s/d) aponta para a necessidade de mudança no foco, do adulto para a criança, com o objetivo de ouvir seus desejos e suas necessidades. Assim, adultos e crianças aprendem juntos, um com o outro.

Segundo o autor, ouvir os pequenos na Dinamarca é um direito das crianças assegurado por lei. Isso significa que elas devem ser incluídas no planejamento e execução das atividades do dia-a-dia da creche, de acordo com sua idade. Desta forma, as crianças acabam por ganhar experiência pessoal e social quanto a tomada de decisões. Ao levar em conta a opinião das crianças, os dinamarqueses quebraram regras anteriormente estipuladas para **controlar** as crianças; este fato fez com que inclusive os conflitos entre adultos e crianças diminuíssem. (Langsted, s/d)

Langsted afirma que, na universidade Odense, o Centro para Cultura de Crianças e Adolescentes vem estudando a cultura infantil de maneira sistemática. Igualmente na Itália as pesquisas sobre a cultura infantil já vêm desenvolvendo-se há mais tempo. A exemplo disso, são interessantes, entre outras, as pesquisas de Mantovanni (1990), Becchi (op.cit.) e Camaioni (op.cit.). No Brasil os estudos de Faria (1993,1994), Carvalho e Beraldo (op.cit.), Bufalo (op.cit.) e Nogueira (1997) trazem importantes reflexões sobre a cultura infantil.

As pesquisas desenvolvidas nestes países europeus, permitiram eliminar o mito de que as crianças aprendem todas as coisas importantes da vida apenas através de situações de aprendizagem organizadas por adultos. As pesquisas ainda revelam que as crianças brincam e aprendem ao mesmo tempo entre elas. Os pesquisadores vêm colocando o foco de suas atenções na criança como um ator nas trocas ocorridas em seu cotidiano.

O pesquisador sueco Lars Gunnarsson (1994) afirma que, em seu país⁵⁹, as crianças aprendem não apenas quando os adultos têm a intenção de ensinar. Em outras palavras, é possível afirmar que as crianças aprendem também apesar dos adultos.

Em uma recente pesquisa, Nogueira (op.cit.) analisa as trocas de experiências ocorridas entre crianças em uma pré-escola também localizada na Unicamp. A pesquisadora, ouvindo e filmando as crianças, observa que a pré-escola é espaço privilegiado do convívio das diferenças, observando ainda que elas produzem uma cultura peculiar - a cultura infantil - ao mesmo tempo que reproduzem a cultura dominante

Estas investigações nos fazem refletir sobre a importância de ouvir as crianças quando se pesquisa sobre o cotidiano da creche. Assim, a entrevista realizada na presente investigação refere-se a mais uma fonte primária muito relevante para os estudos sobre a creche, que pretende ter a criança como protagonista.

Minha idéia foi justamente dar voz aos maiores conhecedores da creche, aqueles que ali viveram e conviveram durante um período significativo de suas vidas, e dali obtiveram atenção e educação, e ali estabeleceram múltiplas e diferenciadas relações sociais. Fui encorajada pela socióloga Profa.Dra. Olga von Simson a aceitar o desafio de Martins (op.cit.), já que sabia da necessidade de dar voz às crianças, mesmo diante da escassa bibliografia acumulada sobre entrevistas com crianças.

Desde então, o objetivo foi saber como essas crianças perceberam as relações sociais por elas vividas quando eram usuárias da creche. De início, a idéia era apresentar as entrevistas na íntegra, abordando todos os aspectos ali levantados. Mas essa é uma tarefa bastante complexa, e o trabalho acadêmico acaba por requerer algumas delimitações. Portanto, nem todos os

⁵⁹ A pesquisadora brasileira Lenira Haddad vem estudando a escandinávia em seus trabalhos divulgados nos cadernos CEDES n. 37 (Haddad, 1995), Revista Proposições n. 21, (Haddad, 1996) e sua recém defendida tese de doutorado na USP (Haddad, 1997).

pontos levantados na entrevista com as crianças serão tratados nesta dissertação.

Como se trata de uma fase da vida em que a lembrança é mais fugaz, foi necessário reunir alguns materiais: fotografias, a planta da creche, os cadernos de atividades das crianças⁶⁰. Em relação a estes últimos, é importante ressaltar que procurei utilizá-los de maneira a apreender expressões das crianças, observando uma de suas maneiras de representar o mundo à sua volta e como imaginavam a si mesmas e aos outros. A esse conjunto de estímulos, os quais pretendia que fossem desencadeadores de memória, acrescentei dois capítulos do livro **Infância** de Graciliano Ramos, como já mencionado no capítulo 2.

Essa técnica era muito diferente do que já havia feito com os adultos, portanto, antes de ir para a entrevista, estudei algumas pesquisas realizadas com crianças. Muito importante foi a pesquisa de Ethel Kosminsky (op.cit.) e a de Vânia Araújo (op.cit.), que me auxiliaram na elaboração do roteiro⁶¹ de entrevista.

A partir das entrevistas, organizei a análise dos relatos em três grandes temas. O critério para a escolha dos temas teve como base a relação entre as questões do roteiro e a possibilidade de destacar algumas idéias e concepções das crianças sobre a creche. Assim, procurei sistematizar a análise da entrevista, buscando assegurar maior ênfase quanto:

- a) ao funcionamento da creche sob a ótica das crianças;
- b) ao papel das brincadeiras para as crianças, bem como o tempo e espaço destinados ao brincar;
- c) às expectativas acerca da creche como um local voltado à especificidade da infância.

⁶⁰ Solicitei a cada entrevistado que levasse consigo para a entrevista fotografias e os cadernos de atividades da creche, os chamados trabalhinhos.

⁶¹ Conforme anexo.

Desta forma, pude, através dos relatos, recuperar os aspectos acima mencionados, evidenciados no plano teórico sobre o objeto da pesquisa, tendo como base a percepção dos sujeitos que usufruíram da creche em estudo. Este movimento entre teoria e prática permitiu produzir uma análise entrelaçando os autores estudados e o universo pesquisado em sua concretude.

As ambivalências da creche em termos de atenção/controle, cuidado/educação estão presentes na fala das crianças sobre a creche.

Através das entrevistas, pude analisar que a organização da creche era pautada na visão do adulto sobre o que era adequado à infância, sem no entanto, estar visando atender às suas necessidades individuais e sociais, propriamente ditas. Quando perguntei qual era o momento “mais legal” do dia na creche, obtive as seguintes respostas:

Hora de comer! Eu amava a comida de lá. (Mas) quando as tias levavam a comida embora eu chorava por que queria mais.
(Ma, GC, 03/97)

Eu não gostava de (comer) ovo. (Hu, GC, 03/97)

O que eu achava legal é que as mães viviam lá, entrava amamentava e saía. Depois, mais uma hora, tava lá. (Cr, GC, 03/97)

Em seguida perguntei sobre qual era o momento “mais chato” na creche:

A hora que a gente era obrigado a dormir, que nós não queria (sic) dormir. (Ma, GC, 03/97)

*Antes de dormir, a gente ficava naquele parquinho lá atrás.
Aí a gente pedia para ir ao banheiro e as tias não deixavam.
Só quando a gente entrasse para almoçar. Tinha de ficar
esperando. E aí sempre acontecia de escapar o xixi. (Hu, GC,
03/97)*

*Tinha uma cordinha, que a gente não sabia fazer fila, era
cheia de nó e a gente segurava e (o adulto) ia puxando. (Ma,
GC, 03/97)*

Quando perguntei às crianças o que achavam de todas essas regras, elas disseram que era assim mesmo e que não tinha jeito. Neste sentido, as atividades da creche não são sempre organizadas em função da criança, isso significa que a criança, que deveria ser a figura central deste espaço, não é considerada ao definirem-se regras e normas na creche. A educação acaba por constituir-se o campo de ação dos adultos em relação à infância, como se esta fosse o campo de batalha entre o certo e o errado, entre o bem e o mal (Becchi, op.cit.).

O controle das atividades das crianças implica na definição do tempo e dos espaços a serem ocupados por elas, característica que revela um forte domínio dos adultos em relação às crianças. Rizzini (1993), a esse respeito, afirma que:

Todas as atividades são pré-determinadas, inclusive seu horário, tempo de duração e o espaço a ser ocupado. Até as horas ditas livres não escapam ao controle institucional que determina o horário de iniciá-las, terminá-las e o espaço que ocuparão. (p.43)

A dificuldade das crianças em poder falar aos adultos da creche sobre suas expectativas e necessidades e então poderem modificar esta situação reafirma a subordinação da própria criança frente à sua imagem projetada pelo adulto. Se nos depoimentos dos adultos e nas fotografias é possível observar a imagem da infância *consentida*, nas falas das crianças aparece a infância *negada*, revelando a ambivalência da relação adulto-criança (Bertin, op.cit.).

Ao desprezar-se o ponto de vista das crianças na elaboração das regras e normas da creche, em muitos momentos a infância estaria sendo negada.

Neste sentido, os adultos, ao deslocarem sua atenção para o universo infantil, tendo como referência uma concepção idealizada de infância, descontextualizada e mistificadora, acabam por construir uma imagem de criança desprovida dos elementos de sua condição de infantil (Becchi, op.cit.; Pancera, op.cit.).

Característica constante na creche é essa relação ambivalente entre atenção e controle, ou seja, mesmo em momentos em que a criança recebe uma atenção específica como na fala de Ma, que amava a comida da creche, ela não poderia porém, comer além do estipulado. E por que? O que impediria a criança de comer além do estabelecido pelos adultos? Ou dirigir-se ao banheiro na hora que desejasse?

Rosemberg (1976) afirma que a díade adulto-criança na creche não é igualitária, pois:

assenta-se, pelo contrário, no poder detido pelo adulto. Este poder fundamenta-se inicialmente na dependência biológica da criança.
(p.1466)

Guattari (op.cit.) aponta para a precocidade do adestramento das crianças, afirmando que quanto mais cedo for a iniciação, mais intenso e duradouro será o *imprinting* social.

Langsted (op.cit.) afirma que as regras rígidas na organização das creches dinamarquesas foram sendo modificadas à medida que as crianças foram ouvidas. O autor revela que as alterações feitas na rotina foram antes discutidas com as crianças, que puderam intervir na tomada de decisões nas creches.

Isto significa que na creche em estudo, as maiores interessadas no funcionamento do CECI - as crianças - pouco podem influenciar em suas regras e normas. A análise das falas das crianças revela ainda que as atividades justapunham-se, ao invés de coexistirem de maneira a propiciar às crianças a possibilidade de escolha.

Perguntei às crianças sobre os adultos, pois estes também são sujeitos deste estudo. Pedi que dissessem se havia um ou mais adulto de quem lembravam e por que se lembravam de tais pessoas.

As repostas revelaram que a creche é um local de confronto das diferenças, confirmando as pesquisas italianas, e também de conflitos, em torno dos quais múltiplas e diferenciadas relações podem acontecer:

(eu me lembro) *da tia A. e de uma que cantava sempre o pagode do gago ... "Fui num pagode na casa do gago..."* ,
mas eu não lembro o nome dela. Eu me lembro mais das que brincavam com a gente, mas as que não brincavam eu não lembro. (Cri, GC, 03/97)

A tia L. porque ela tinha um carinho mais assim... (Ma, GC, 03/97)

Eu me lembro da R. porque ela era a mais brava (...) Acho que lembro mais dela porque ela era a mais chata. (Ma, GC, 03/97)

Em outros momentos da entrevista, as crianças fazem referência aos adultos, por vezes com muito carinho, como no caso da Mi ou da Ca, que se lembravam da mesma pessoa, e da qual falavam com um tom afetoso, dizendo que ela brincava com as crianças e tinha muito carinho. Na fala de Mi, por várias vezes comenta que não gostava de ficar na creche e só acalmava-se quando a L. a acolhia. Para Ma, no entanto, a lembrança da R. foi citada várias vezes com um tom de desagrado na voz:

Ela não tinha paciência, qualquer coisa ela gritava. A R. era muito brava, eu não gostava dela. Ela forçava a gente a dormir.

Tomando esta fala como referência, é possível perceber que o adulto, neste caso, não se relaciona com a criança concreta mas com o adulto futuro, característica de uma visão domesticadora da criança, pois o tempo de referência dos adultos não é igual ao da criança concreta. (Rosemberg, 1976)

Ao mesmo tempo em que a creche traz um conjunto de relações afetuosas entre adultos e crianças, ela também traz os conflitos decorrentes das múltiplas relações que ali estabelecem-se. Assim, a creche é o espaço privilegiado onde desenvolvem-se relações, sejam elas traduzidas por atitudes de respeito e carinho, sejam elas vinculadas à submissão da criança pelos adultos.

Outro aspecto importante revelado na entrevista e bastante discutido pelas crianças foi o brincar, atividade que elas consideravam como

aquilo que mais gostavam de fazer na creche. Brincar parece que representou um elemento próprio de suas vidas tanto na instituição estudada, como fora dela, na rua ou em casa.

Apesar disso, as crianças revelam que sempre estavam sendo observadas pelos adultos. Ma, diz que às vezes dava umas *escapadinhas* e fazia coisas que não eram permitidas. Desta forma, é possível afirmar que as crianças brincam mesmo quando os adultos não proporcionam as condições adequadas. No caso das escapadinhas, as crianças conseguem perverter a ordem vigente e brincar longe do controle do adulto.

Todas as crianças afirmam que brincavam na creche, e que preferiam brincar com outras crianças, ou sozinhas, e em geral as brincadeiras de casa ou da rua eram diferentes das da creche. Na creche as atividades eram mais dirigidas, com materiais pré-determinados. No parque haviam os brinquedos industrializados, e o tanque de areia, e poucas coisas aconteciam além do previsível.

A arquiteta Mayumi Lima (1988) atenta para a importância da flexibilidade do espaço em função das necessidades das crianças. Entretanto, quanto à previsibilidade do espaço, a autora diz que:

O espaço entra como mais um elemento ativo de condicionamento da criança para o futuro adulto, conforme o padrão desejado pelo sistema. (p.11)

A mesma autora prossegue afirmando que o espaço não existe de maneira isolada, mas está imbricado a um ambiente que lhe atribui significados. Na creche o espaço e o ambiente são pensados pelos adultos de acordo com aquilo que acreditam ser melhor para as crianças. No entanto, o espaço para a criança pode significar alegria, medo, proteção, mistério, descoberta. Ou seja, o espaço pode significar liberdade ou opressão.

Assim, o espaço muitas vezes condiciona rigidamente as atividades das crianças, mesmo quando o adulto não está presente. Sua presença está manifesta no espaço por ele organizado. O brincar à toa, livre de significados escolarizantes, muitas vezes não tem oportunidade de emergir e arrebatá-las as crianças. (Prado, 1997) Desta forma, faço minhas as palavras da professora Maria Amélia Pereira (1994), quando esta afirma que o brincar é tão estruturado que, com certeza os adultos sabem que:

o brincar contém algo importante, envolve uma dimensão extremamente revolucionária que é o espontâneo, sendo portanto, perigoso deixá-lo acontecer.(p.11)

Portanto, não é de estranhar-se que as brincadeiras que ocorrem na rua não ocorram na creche, pois as primeiras talvez tenham um caráter mais espontâneo do que o brincar na creche. Este último, como vimos, é condicionado por um espaço previamente concebido e organizado pelo adulto, que nem sempre tem o brincar como prioridade. Para Pereira (op.cit.), a essência do brincar é a espontaneidade de não ter hora marcada.

A bibliografia italiana que utilizo nesta pesquisa traz importantes contribuições para a reflexão da prática pedagógica nas creches. O pesquisador Catarsi (apud Campos, 1994) alerta para a rigidez de propostas metodológicas e estratégias educativas que ameaçam a espontaneidade das crianças.

Catarsi ainda afirma que todos os sujeitos envolvidos com a creche - os adultos (profissionais e familiares) e as crianças - devem participar da elaboração do planejamento, que deve contar com a observação constante das necessidades das crianças. Portanto, ao observar as crianças, os adultos têm a possibilidade de propor um planejamento estruturado que contemple tempo e espaço para o inusitado, o imprevisto, o inesperado.

Com isso, abre-se a possibilidade da profissional observar a criança em situações novas, ou seja, que surjam situações e atividades que não estão definidas a priori.

Além disso, o trabalho de observação tem o caráter de “mão dupla”, pois, ao observar as crianças, também o adulto aprende mais sobre elas (Bufalo, op.cit.). Desta forma, a creche, embora tenha um caráter formal, é uma instituição educacional **não-escolar**, ou seja, ela tem uma intencionalidade educativa e deve garantir o imprevisto, de maneira que possam emergir elementos da cultura infantil e a criança possa produzir e vivê-la. Assim, há tanto a possibilidade de estabelecer-se momentos de atividades dirigidas quanto momentos em que a criança fica “à toa”, brincando livremente, pelo prazer de brincar.

Diante destas reflexões, procurei, através da entrevista, compreender como o espaço, o tempo, a brincadeira e o brincar eram concebidos pelas crianças do CECI.

Quando pergunto às crianças se brincavam, e do que brincavam fora da creche, elas respondem:

Eu brincava de queimada ... (Mi, CG, 03/97)

Eu brincava de mar-vermelho ... (Ma, CG, 03/97)

Outras brincadeiras também são citadas como: pega-pega, esconde-esconde e balança caixão. Esta última era a brincadeira mais comum na creche, enquanto que as outras eram brincadeiras da rua. Um aspecto que me chamou a atenção foi como as crianças revelam-se como sujeitos das interações entre seus pares. Perguntei ao grupo se alguém tinha sido *café-com-leite* e todos responderam-me que sim.

Porém, todos afirmam que não gostavam de ser *café-com-leite*, pois sentiam-se relegados a um segundo plano em relação às crianças maiores.

Em alguns casos, contavam com a proteção de um irmão mais velho para poderem brincar em condições iguais:

Ah, ninguém queria pegar a gente (o café-com-leite). (Mi)

Eu dizia assim "eu não sou café com leite" porque ninguém queria pegar a gente, porque ele pegava o café-com-leite e ele não era pega. Eles não corriam atrás da gente e a gente ficava igual bobinho. (Ma)

Quando eu era pequeno, eu era café-com-leite, e quando eu era o pega, meu irmão que ia ter que pegar, e para brincar de esconde-esconde eu tinha que ficar procurando e era difícil, e meu irmão mais velho que ia para mim. (Hu)

E às vezes também quando era pega, eles chegavam perto e diziam pega eu! Pega eu! E aí não tinha graça (Ma)

Da Ros (1994) analisa as brincadeiras infantis sob a ótica das relações sociais, permitindo ao leitor analisar o *café-com-leite*. A autora afirma que estas relações estão sempre associadas à realidade social. Desta forma, ao analisarmos a figura do *café-com-leite*, é possível perceber que subjacente a ela está a reprodução do que ocorre com a criança na sociedade.

A autora lembra que:

Nesta direção, o conteúdo do brincar se mostra pela forma como a criança se apropria dos objetos culturais, como produto da atividade humana. (p.142)

Portanto, o *café-com-leite* pode ser uma reedição dos papéis da criança pequena na sociedade, no sentido de que a relação entre as crianças maiores com a menores revela uma relação de dominação, que caracteriza o encontro do dominador: o maior, mais forte, mais experto: com o dominado - o pequeno, menor, insignificante.

Da Ros ainda completa:

ao reproduzir os papéis dos adultos, constituindo relações estabelecidas tanto no plano intelectual como afetivo, a brincadeira se estende para além de seus próprios limites. (143)

Fernandes (op.cit.) afirma que, ao brincar, as crianças apropriam-se de uma certa realidade social vivida, e acabam por representar determinados papéis sociais por elas apreendidos:

As crianças abstraem, por isso, da pessoa A, B ou C, para falarem de pai, mãe, banqueiro, etc. de modo genérico, desempenhando nos folguedos, as suas funções e preservando, apenas, o conteúdo social que as relações entre os indivíduos implicam. (172)

Embora as crianças apontem para a experiência de ser *café-com-leite* como sendo desagradável, também afirmam que com o passar do tempo a situação modifica-se, pois, ao crescer, o dominado passa a ser dominador. No entanto, a situação de dominação não se altera, somente seus representantes. Assim, os dois papéis - dominado/*café-com-leite* e dominador/mais velho - podem ser assumidos pela mesma criança em tempos de vida diferentes. Talvez estes sejam os dois lados da mesma moeda, a realidade em suas duas faces. (Da Ros, op.cit.)

A entrevista também revelou que as brincadeiras na creche eram diferentes das da rua. As crianças alegaram que não havia espaço suficiente na

creche para as brincadeiras da rua. Mas será que esta não seria uma delimitação dos campos de dominação? Será que a creche é percebida pelas crianças como um local de domínio do adulto, e portanto ali elas não podem dominar? Porque as brincadeiras na rua e na creche são diferentes?

Fernandes (1979) afirma, no entanto, que o exercício da democracia inicia-se nas brincadeiras de rua, onde as regras podem ser estabelecidas pelas próprias crianças, onde há um jogo de relações entre elas.

De fato, a brincadeira infantil na atualidade merece ser pesquisada mais a fundo, tanto na rua como na creche ou em casa. Os pesquisadores pós-graduandos da Faculdade de Educação da Unicamp Mairise Souza, Patrícia Prado e Maurício Roberto da Silva têm dedicado suas pesquisas ao tema brincar em diferentes situações, seja na rua, seja na creche ou no trabalho, respectivamente.

Uma fala em especial revela o aspecto bastante forte, evidenciando uma característica do apego entre adulto (mãe) e criança, a qual não posso deixar de citar:

Eu achava chato (...) a hora que eu chegava e minha mãe tinha que ir embora e ela ficava lá fazendo cerimônia, ela falava assim:

— Eu vou embora.... Eu tô indo embora...

E quando ela ia eu ficava chorando. (Ma, GC, 03/97)

Eu chorava muito, principalmente na hora do almoço. Eu cheguei até a puxar o cabelo dela. (Mi, GC, 03/97)

Acho que tinha medo de minha mãe não voltar. (Hu, GC, 03/97)

A partir da década de 40, os estudos de Bowlby sobre a teoria do apego começam a ser desenvolvidos. O pesquisador, então, começa a discutir o caráter pernicioso da privação da criança do amor materno. A esse respeito, Matovani (1983) afirma que:

a partir dos trabalhos de Bowlby, foi possível perceber e reconhecer os comportamentos mediante os quais a criança, entre 8 e 9 meses e até antes, mantém e solicita a proximidade física ou social com uma figura com a qual estabelece, no curso dos primeiros anos de vida, uma relação particular. (p.12)

Para o pesquisador, esta figura de apego seria, com maior frequência, a mãe, pois, segundo a visão biológico-evolucionária, a fragilidade da criança nos primeiros anos de vida, sua imaturidade e vulnerabilidade fazem com que ela necessite de proteção. Rosseti-Ferreira (1984) afirma que para alguns pesquisadores a teoria do apego é vista como uma abstração, um rótulo que sumariza as relações fundamentais entre certos estímulos e respostas evidenciadas no controle mútuo entre comportamentos da criança e da mãe.

Os estudos de Rosseti-Ferreira (1984), Vitória e Rosseti-Ferreira (1993), Mantovani & Mussati (1983), Mantovani et.al. (1995) e Bretherton (1995) apontam para os problemas decorrentes da teoria do apego, para adultos e crianças, na creche. Estes estudos mostram que a ênfase na relação mãe-bebê, trazida com as concepções de apego, dificultaram a adaptação de adultos (a mãe) e das crianças na creche.

Rosseti-Ferreira, afirma que a discussão sobre o desenvolvimento da criança ficou bastante prejudicada, dada a artificialidade em que ocorriam as situações de separação observadas.

Além disso, segundo Vitória e Rosseti-Ferreira (op.cit.), as reações da mãe, do pai e dos familiares em relação à separação também influenciam a aceitação ou não da criança frente ao novo. No que se refere à

creche, tais reações vão depender das representações que os adultos têm sobre a creche. Segundo as autoras, é muito comum os pais sentirem-se inseguros e desconfiados ao deixarem seu filho na creche.

Evidentemente, a creche, muitas vezes, exige mais da criança do que o ambiente familiar, pois conta com uma diversidade maior de pessoas, objetos e situações, que constituem um desafio maior para a criança.

Em algumas situações, a criança chora ao separar-se da mãe, e em outros casos o choro ocorre quando, por algum motivo, a mãe não está sentindo-se segura em deixar a criança na creche, ou ainda receosa de que a criança vá gostar mais da educadora e da creche do que dela e de sua casa. Isto explica a resistência da mãe de Ma, ao deixá-la na creche, como se dissesse: - *Mas você não vai chorar se eu for embora?*

Rosseti-Ferreira e Vitória (op.cit.) afirmam que são frequentes os depoimentos de mães que, embora sofram com o choro da criança, ficam ainda mais angustiadas se ela não chora.

A dinâmica das relações entre adultos e crianças, e das crianças entre si, tem sido objeto de atenção de estudiosos, que vêm procurando pesquisar tais interações. No entanto, conforme afirma Rosseti-Ferreira e Oliveira (1993):

A ênfase que tem sido dada à interação adulto-criança, todavia, tem dificultado a discussão do valor da interação criança-criança. (p.63)

Um dos entrevistados (Hu) diz que na creche preferia brincar sozinho ou com outras crianças. Já Mi afirma que não gostava de ficar na creche. Falas que merecem uma atenção pois revelam dois pontos de vista diferentes em relação a permanência na creche.

De acordo com as pesquisas de Rosseti-Ferreira e Oliveira, é possível observar que:

Aos dois anos de idade, ou mesmo antes, as crianças podem lidar com situações onde seus parceiros privilegiados são outras crianças e não adultos, confrontando significados e construindo-se enquanto sujeitos. (p.68)

Estudos importantes sobre a interação criança-criança, são os de Carvalho e Beraldo (1989), e Rosemberg (1996). As autoras, citando a italiana Camaioni, constataram que as crianças preferem interagir com seus coetâneos, com os quais estabelecem relações mais prolongadas e significativas.

Carvalho e Beraldo afirmam também que:

O parceiro social não é apenas companheiro de atividade: pode representar também um rival ou um empecilho, e despertar motivações e atos agressivos, competitivos ou de disputa. (p.58)

O dinamarquês Langsted (s/d) observa que uma das crianças entrevistadas afirma que não gostava de ficar na creche por longos períodos. Neste sentido, é interessante observar que, para algumas crianças, ir para a creche parece mais prazeroso do que para outras. Será que para algumas crianças é mais agradável estar com seus pares do que para outras?

Ao ouvir as crianças pôde perceber o forte desejo que elas têm de falar e contar suas experiências, assim como têm informações surpreendentes sobre a creche e sobre os limites e possibilidades de suas vidas naquele espaço, além de uma clara crítica a alguns adultos.

A entrevista permitiu confirmar que as crianças tem um amplo conhecimento sobre o que se passava no ambiente interno da creche, que muito pode contribuir para que a instituição construa sua identidade.

Esta pesquisa pretendeu portanto, oferecer indicações que possam, de alguma forma, enriquecer a percepção de infância, procurando

restituir às crianças entrevistadas a possibilidade de falar sobre esta fase da vida, que raramente é ouvida. E como lembra Becchi (op.cit.):

além do tenaz véu metafórico e retórico que cobre a infância, existe uma realidade à qual devem ser dados os instrumentos para que ela não seja alienada já no seu nascimento e para não reproduzir sem variações uma idade adulta que procura reparação à sua alienação pueril impedindo a infância de testemunhar a si mesma. (p.83)

Assim, urge traçar novas **perspectivas** de ação para o CECI que coloquem em foco a criança, já que, apesar de não ser a principal, ela é uma das principais protagonistas da trajetória desta instituição, que como dizem os italianos é...

9. SIMPLEMENTE COMPLEXA

Finalizo esta dissertação numa época em que a educação pública, em todos os níveis, encontra-se mergulhada na conjuntura neo-liberal do fim de milênio.

Então, como pensar e re-pensar a creche e a educação infantil, numa época de FUNDAÇÃO, ou de Plano Nacional de Educação, que estão sendo arbitrariamente impostos à população brasileira? Quais perspectivas são possíveis nesta época de catástrofes sociais? Como pensar a creche no trabalho, mantida pelas empresas, nesse tempo de desempregos? Momento este marcado pelo recuo acelerado da ação do Estado, e onde a creche pública está ameaçada?

É nesse contexto sócio-econômico e político que deixo registradas as últimas considerações sobre a creche, que, como já disse (e dizem também os italianos), é *simplesmente complexa*.

Nós, profissionais de creche, ainda estamos por discutir a qualidade dos serviços públicos para a infância, e no entanto nem mesmo sabemos se teremos a quem falar. Ainda assim insisto na necessidade de construção de uma Pedagogia da Educação Infantil.

Nesta perspectiva, é preciso traçar novas formas de ação, levando em consideração a voz, e as CEM LINGUAGENS da criança, reconhecendo-a como sujeito de direitos, atriz e protagonista da creche, que por isso precisa ser ouvida, interpretada, e respeitada em sua condição infantil.

Estamos vivendo um momento em que o homem, ao aproximar-se apenas da racionalidade, deixa de dar vazão a toda sua dimensão humana. As outras dimensões subjetivas e não-rationais, portanto, devem ser incorporadas à educação infantil, mas não da maneira psicologizada, racionalizada, como vem ocorrendo, mas como a vida que está dentro da criança pulsando e desejando emergir.

Em época de automação, cujo impacto social é o fim do tempo livre, tempo que precisa ser consumido, ocupado, perdemos a dimensão do nada fazer, da contemplação. A criança que não brincar não saberá ficar numa rede olhando as estrelas, contemplando a natureza, imaginando, transbordando seu ser através das outras 99 linguagens. Encontrando mais uma vez as palavras da professora Maria Amélia Pereira (op.cit.) é preciso dizer que:

brincar é ocupar o tempo livre sem o sentido de produção material, é justamente estarmos diante de algo sem saber aonde vamos chegar, indo numa grande viagem de imaginação e isso quem não brinca não vai saber fazer. (p.64)

Para tanto, é preciso ainda que a organização da creche abra a possibilidade para o imprevisto, para a coragem de deixar emergir o diferente, o novo, enfim a cultura infantil. Desse modo, dar voz aos sujeitos que na creche convivem é, sem dúvida, dar voz principalmente a criança. É preciso assumir os erros, discutir os conflitos sem camuflá-los com falsa harmonia, e então assumirmos que temos mais perguntas que respostas, já que sabemos, pelo menos, o que não queremos. Que temos sim, uma trajetória que precisa ser encarada como ponto de partida para colocar em evidência seus reais protagonistas: as crianças, as mulheres, os trabalhadores.

Como não poderia deixar de ser, pergunto às crianças que entrevistei como consideram que deveria ser este espaço, e elas me respondem:

Tinha que ter um espaço externo bem grande! (Ca, GC, 03/97)

Uma alimentação boa. (Hu, GC, 03/97)

Uma alimentação boa também, porque tem muita creche aí

que não dá uma alimentação boa, devia dar mais frutas...

(MI, GC, 03/97)

A professora tinha que ter competência, que nem aqui elas tinham um carinho com a gente, cuidavam. (Cri, GC, 03/97)

E elas deviam dar mais diversão manual... (Ma, GC, 03/97)

É, porque tem pessoas que trabalham só para ganhar dinheiro, não gostam do que fazem. Essas professoras velhas elas gostam de trabalhar!!! (Mi, GC, 03/97)

É a T. era velha e eu amava ela!!! (Ma, GC, 03/97)

Acho que tudo isso que elas falaram, e que a professora tem que ser competente dedicada - - - tem que ter compreensão com criança você tem que ter paciência, essas coisas.... (Hu, GC, 03/97)

É a R. não tinha paciência, qualquer coisinha ela gritava! (Ma, GC, 03/97)

E deveria ter uma área bem grande para a criança se desenvolver. Eu gostava muito de andar. (Mi, GC, 03/97)

Os saberes acumulados pelas crianças que 'viveram' o cotidiano da creche revelam sua concepção de espaço, de lugar, de profissional. Estes saberes, revelam a importância da ludicidade, da fantasia e da afetividade, nos remetendo a um melhor redimensionamento destas.

Estes saberes reafirmam a importância da construção de: a) uma Pedagogia da Escuta, ao ouvir as crianças na elaboração do planejamento da creche, na organização do espaço, na seleção e formação contínua de seus

profissionais; b) de uma Pedagogia da Diferença, que possibilite ao adulto aprender com as crianças o diferente, o inusitado, e também; c) de uma Pedagogia das Relações para aprender com elas a expor seus pensamentos e sentimentos: a alegria e a raiva, o riso e o choro, a dor e o bem estar, enfim viver múltiplas relações.

E assim, para selar este texto, as palavras poéticas do criancista italiano Loris Malaguzzi, parecem oportunas e convidam-nos a refletir sobre completude da infância:

INVECE IL CENTO C'É
(AO CONTRÁRIO O CEM EXISTE)

A criança
é feita de cem.

A criança tem cem mãos,
cem pensamentos
cem modos de pensar
de jogar e de falar
Cem sempre cem
modos de escutar
de maravilhar e de amar.

Cem alegrias
para cantar e compreender.

Cem mundos
para descobrir

Cem mundos para inventar
Cem mundos para sonhar.

A criança tem cem linguagens
(e depois cem, cem, cem)
mas roubaram-lhe noventa e nove.

A escola e a cultura
lhe separam a cabeça do corpo.

Dizem-lhe:

de pensar sem as mãos
de fazer sem a cabeça
de escutar e de não falar
de compreender sem alegrias
de amar e de maravilhar-se
só na Páscoa e no natal.

Dizem-lhe:

de descobrir o mundo que já existe
e de cem
roubaram-lhe noventa e nove.

Dizem-lhe:

que o jogo e o trabalho
a realidade e a fantasia
a ciência e a imaginação
o céu e a terra
a razão e o sonho
são coisas
que não estão juntas.

Dizem-lhe enfim:

que o cem não existe.

A criança diz:

ao contrário o cem existe.

(Loris Malaguzzi, **Bambini**, Milão, ano X, n. 2, fev/94)

(Tradução livre de Ana Lúcia Goulart de Faria).

10. BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Vânia C. de. **Criança: do reino da necessidade ao reino da liberdade**. Vitória: EDUFES, 1996.
- ARDAILLON, Daniele. O Aborto no Judiciário: Uma Lei que Justiça a Vítima. In: BRUSCHINI, Cristina & SORJ, Bila. **Novos Olhares: mulheres e relações de Gênero no Brasil**. São Paulo: FCC e Marco Zero, 1994, p. 213-249.
- ARFOUILLLOUX, J. C. **A Entrevista com a Criança: A abordagem da criança através do diálogo, do brinquedo e do desenho**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ARROYO, Miguel G. O Significado da Infância. **Criança - Revista do Professor de Educação Infantil**, Brasília, n. 28, p.17-21, 1995.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: Nota sobre Fotografia**. São Paulo: Ed.Nova Fronteira, 1984.
- BECCHI, Egle. Retórica de Infância. **Perspectiva**. Florianópolis-SC: Editora da UFSC. N. 22, ano 12, p.63-95, 1994.
- BERQUÓ, Elza. Aleitamento Materno. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 56, p. 21-30, 1989.
- BERTIN, Giovanni M. L'Ambiguità del rapporto adulto/bambino. In: Comune de Modena, Assessorato alla Publica Istruzione. **Per Amore & Per Forza: L'Infanzia tra '800 e '900**. Modena: Ed. Panini, 1987, p. 154-159.
- BINZER, Ina von. **Os Meus Romanos: Alegrias e Tristezas de uma Educadora Alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BOBBIO, Pedro V. (org.) **LEX: Coletânea de Legislação Federal e Marginalia**. São Paulo: LEX Editora, 1969.

- BOBBIO, Pedro V. (org.) **LEX: Coletânea de Legislação Federal e Marginália**. São Paulo: LEX Editora, 1971.
- BOITO, J.Armando (org.) **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BOLTHANSKI, Luc. **As Classes Sociais e o Corpo**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- BRETHERTON, Inge. Le origini della Teoria dell'Attacamento: John Bowlby e Mary Ainsworth. In: CARLI, Lucia. **Attacamento e Rapporto di Coppia - Il modello Bowlby nell'interpretazione del ciclo di vita**. Milano: Raffaello cortina Editore, 1995, p. 3-42.
- BUFALO, Joseane M. P. **Creche: lugar de criança, lugar de infância. Um estudo sobre as práticas educativas em um CEMEI de Campinas**. Campinas: Unicamp, 1997. (Dissertação de Mestrado).
- CAMAIONI, Luigia. La socializzazione del bambino dentro e fuori la famiglia. In: GHEDINI, Patrizia O. (org.) **Quali Prospettive per l'Infanzia: Partecipazione e Gestione dei Servizi nella Trasformazione dello Stato Sociale**. Firenze:La Nuova Italia Editrice, 1984, p.198-198.
- CAMPOS, Maria M.M. Pré-Escola e sociedade: Determinantes históricos. **Idéias**, São Paulo, n.2, p. 22-26, 1988.
- _____. A questão da Creche: História de Sua Construção na Cidade de São Paulo. **RBEP**. Brasília: n.71, 212-231, 1990.
- _____. Atenção à Infância na Década de 80 - As Políticas Federais de Financiamento. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.82, p.5-20, 1992.
- CAMPOS, Maria.M.M. et al. - Profissionais de creche. **Cadernos Cedes** Campinas, n. 9, p.39-66, 1987.
- _____. **Creches e Pré-Escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora e Fundação Carlos Chagas, 1995.
- CARVALHO, Ana M.A & BERALDO, Katharina E.A Interação Criança-Criança: Ressurgimento de uma Área de Pesquisa e Suas Perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 71, p. 55-61, 1989.

- CATARSI, Enzo. *Infância Italiana dalla Ruota all'Asilo Nido*. In: BENIGNI, Laura et.al. **Un Nido Educativo**. Milano: Gruppo Editoriale Fabbri, 1982, p. 145-178.
- CIAVATTA FRANCO, Maria A. *Lidando Pobrementemente com a Pobreza: Análise de uma Tendência no atendimento a crianças "carentes" de 0-6 anos de idade*. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: n. 51, 35-56, 1989.
- COMUNE DI BOLOGNA. **Bambini si diventa. Bologna: Storia di una politica per l'Infanzia**. Bologna: 23º. febbraio pedagogico bolognese, 1985.
- COSTA, Marisa C.L. *Creche: Solução ou Problema?* **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 50, p. 58-60, 1984.
- DA ROS, Silvia Z. *Brincadeiras Infantis e Relações Sociais*. **Perspectiva**. Florianópolis-SC: Editora da UFSC. N. 22, ano 12, p.139-155, 1994.
- DEL PRIORE, Mary. (org) **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DUTOIT, Rosana A. **A Formação do educador de Creche na Dinâmica da Construção do Projeto educacional**. São Paulo: USP, 1995. (Dissertação de Mestrado)
- ESSUS, Ana M.M.S. A. *Através da imagem: Possibilidades Teórico-metodológicas para a Análise de Fotografia como Fonte Histórica*. In: **Pedagogia da Imagem, Imagem na Pedagogia**. Rio de Janeiro: UFF, 1995, p. 21-31. (anais do seminário)
- FARIA, Ana L. G. Ministério do Trabalho. In: CAMPOS, Maria, ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Izabel. **Aspectos-Sócio Educativos e Sugestões para uma política nacional de educação da Criança de 0-6 anos no Brasil**. São Paulo: FCC/Unicef, 1989. (mimeo)
- _____. **Creche e Mulher Operária na Itália (1840-1940): Reflexões Preliminares**. Itália, 1992. (mimeo)
- _____. **Direito à Infância - Mário de Andrade e os Parques Infantis para as crianças de Família Operária na Cidade de São Paulo**

(1935-1938). São Paulo, universidade Estadual de São Paulo, 1993. (Tese de Doutorado)

_____. Impressões sobre a creche no Norte da Itália: Babini si diventa. In: ROSEMBERG, Fúlvia & CAMPOS, Maria M. **Creches e Pré-Escolas no Hemisfério Norte**. São Paulo: FCC e Ed. Cortez, 1994, p. 211-231.

FARIA, Ana L. G. (org.) Grandes Políticas para os Pequenos. **Cadernos CEDES**. Campinas: Papirus, n. 37, 1995.

FARIA, Ana L. G. e MELLO, Suely Educação Infantil e política no Brasil: Relato de uma Experiência. **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências**. Marília: Unesp, v.4, n.2, p.133-146, 1995.

FARNÉ, Roberto. L'Infanzia Immaginata. In: Comune de Modena, Assessorato alla Pubblica Istruzione. **Per Amore & Per Forza: L'Infanzia tra '800 e '900**. Modena: Ed. Panini, 1987, p.128-135.

FERNANDES, Florestan. A Reconstrução da realidade nas ciências sociais. in: **Fundamentos Empíricos da explicação sociológica**. São Paulo, 1957, p. 1-40.

_____. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Vozes, 1979.

_____. **O Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez e Ed. Associados, 1989.

FERNANDES, Helena et al. - Técnicas qualitativas de Pesquisa: oposição ou convergência? **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 3, p. 148-170, 1991.

FERNANDES, Heloisa R. Infância e modernidade: doença do olhar. In: GHIRALDELLI Jr., Paulo (org.) **Infância, Escola e Modernidade**. Curitiba: Editora da UFPR e Cortez, 1997, p.61-82.

FORTUNATI, L. **L'Arcano delle Riproduzione Casalinghe, Prostitute, Operaia e Capitale**. Venezia: Masilio, 1981.

FREUD, Sigmund. O Estranho. in: **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

- GENOVESI, Giovanni. A Historiografia da Educação Hoje: Tendências e Problemas. **Educação e Sociedade**. Campinas: Papirus, n.54, p.14-33, 1996.
- GENTIL, Mônica. **Quem é o profissional de creche que lida com as crianças de 0 a 6 anos: um estudo em creches do Município de Campinas**. Campinas: Unicamp, 1989. (Relatório de Iniciação Científica)
- GIGLIO, Ermelindo. Problematizando o Uso da Imagem na Pesquisa Social. **Boletim do Centro de Memória da Unicamp**. Campinas, vol.5, n.10, jul./dez., p.61-66, 1993.
- GOMEZ, Margarita M.G. **A Prática Histórica no Processo de Constituição de Diferentes Concepções de Infância de Estados Primitivos**. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 1994.
- GUATTARI, Felix. As Creches e a Iniciação. In: **Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 50-55.
- GUNNARSSON, Lars. A Política de Cuidado e Educação Infantil na Suécia. In: ROSEMBERG, Fúlvia & CAMPOS, Maria M. **Creches e Pré-Escolas no Hemisfério Norte**. São Paulo: FCC e Ed. Cortez, 1994, p. 135-178.
- HADDAD, Lenira. **A Creche em Busca de Identidade**. São Paulo: Ed.Vozes, 1992.
- _____. **Políticas integradas de cuidado e educação Infantil: O exemplo da Escandinávia**. Trabalho Apresentado na 19a. Reunião Anual da Anped. SP, Caxambú, setembro/1996a.
- _____. Políticas Integradas de Cuidado e educação Infantil: Um exemplo da Escandinávia. **Pró-Prosições**. Campinas: FE-Unicamp, v.7, n. 21, p. 36-50, 1996b.
- _____. **A Ecologia do Atendimento Infantil: Construindo um Modelo de Sistema Unificado de Cuidado e Educação**. São Paulo: USP, 1997. (Tese de Doutorado)

- HADDAD, Lenira. e Johansson, Jan-Erik. A Pré-Escola Sueca: A História de Um Sistema Integrado de Cuidado e educação. **Cadernos CEDES**. Campinas: Papirus, n. 37, 1995, p.45-62.
- HARDMAN, Francisco F. **Nem Pátria, Nem Patrão - Vida Oprária e Cultura Anarquista no Brasil**. São Paulo: Ed.Brasiliense, 1984.
- HARDY, Ellen E. e OSIS, Maria J. **Mulher trabalho e amamentação: legislação e prática**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- HOLANDA, Sérgio B. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- JUSTO, Carmen s.s. Apontamentos para uma Reflexão sobre o Lugar da Brincadeira no Desenvolvimento Infantil. **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências**. Marília: Unesp, v.4, n.2, p.115-132, 1995.
- KATZ, Chaim S. Criançeria: o que é a criança. **Cadernos de Subjetividade: Gilles Deleuze**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa da Subjetividade, PUC-SP, 1996, p.90-96.
- KISHIMOTO, Tisuko.M. - Recuperando a história da educação infantil em São Paulo. **Escola Municipal**. São Paulo,n.13, p. 7-10, 1985.
- KISHIMOTO, Tisuko M. **A Pré-Escola em São Paulo (das origens a 1940)**. São Paulo: USP, 1986. (Tese de Doutorado)
- KISHIMOTO, Tisuko M. **A Pré-Escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo: Ed.Loyola, 1988.
- KORCZAK, Janusz. **Quando Eu Vóltar a Ser Criança**. São Paulo: Summus, 1981.
- KOSMINSKY, Ethel. V. Procedimentos Metodológicos e Técnicos na pesquisa com crianças "Assistidas". **Textos**. São Paulo: CERU, n. 3, p. 61-77, 1992.
- KRAMER, Sonia. - **A política do pré-escolar no Brasil**. Rio de Janeiro: Achimé, 1981.
- KRAMER, Sonia. & ABRAMOVAY, Miriam. - O rei está nú: um debate sobre as funções da pré-escola. **Cadernos Cedes**. Campinas, n. 9, p. 27-38, 1987.

- KRAMER, Sonia. A pré-escola como direito social. **Idéias**. São Paulo, n. 2, p. 13-16, 1988.
- KROGH, Suzanne. Entrevistando a Niños. **El Contemporani: revista d'història**. Barcelona, n.6/7, p.177-192, s/d.
- KRUPPA, Sonia M. P. **O movimento de Professores em São Paulo o Sindicalismo no Serviço Público: O Estado como Patrão**. São Paulo: FEUSP, 1994. (Dissertação de Mestrado)
- KUHLMANN Jr., Moysés. **Educação Pré-Escolar no Brasil (1899-1922) - Exposições e Congressos Patrocinando a "Assistência Científica"**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia universidade Católica de São Paulo, 1990.
- _____. Instituições Pré-Escolares Assistencialistas no Brasil (1899-1922). **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: n. 78, 17-26, 1991.
- _____. **1992 - 70 Anos do 3º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância - Assistência e Americanismo**. Comunicação elaborada para apresentação no Congresso Internacional América 92: Raízes e Trajetória. São Paulo, 16 a 20 ago. 1992.
- _____. Assistência e Pan-Americanismo: O Dia da Criança e a Descoberta da América. In: DAYRELL, E.G.; IOKOI, Z.M.G. (org.) **América Latina Contemporânea: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Edusp, 1996a.
- _____. As Exposições Internacionais e a difusão das Creches. **Pró-Prosições**. Campinas: FE-Unicamp, v.7, n. 21, p. 24-35, 1996b
- _____. **Infância, História e Educação**. São Paulo: 20ª. Reunião Anual da ANPED, 1997. (mimeo)
- LA GUARDIA, Lina S. e LUCCHINI, Egidio. **Asili nido in Italia: Il Bambino de 0-3 anni**. Milano: Marzorati, 1980.
- LANG, Alice B.S.G. Documentos e Depoimentos na Pesquisa Histórico-sociológica. **Textos**. São Paulo: CERU, n.3, série 2, p. 78-96, 1992.

- LANGSTED, Ole. **Valuing Quality - From the Child's Perspective**. Danish: Danish Social Science Research Council and the Danish Ministry of Social Affairs, 1994.
- LAZARD-LEVAILLANT, Françoise. **A Criança essa Desconhecida**. São Paulo: Moraes Editores, 1977.
- LEAL, Leila L. L. **Educação Pré-Escolar: Subversão ou Recomposição da ordem?** Dissertação de Mestrado São Carlos: universidade Federal de São Carlos, 1990.
- LEITE, Maria I. F.P. **No Campo da Linguagem, a Linguagem do Campo - o que Falam de Escola e Saber as Crianças da Área Rural?** Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1995. (Dissertação de Mestrado)
- LEITE, Miriam L.M. Imagem e Educação. In: **Pedagogia da Imagem, Imagem na Pedagogia**. Rio de Janeiro: UFF, 1995, p. 82-87. (anais do seminário)
- LEITE, Miriam L.M. Imagens e Contextos. **Boletim do Centro de Memória da Unicamp**. Campinas, vol.5, n.10, p.45-60, 1993.
- LIMA, Elói. **A Criação da Unicamp**. Campinas, SP: Faculdade de Educação da UNICAMP, 1989.(Dissertação de Mestrado)
- LIMA, Maria F.E.M. **LBA: tratamento Pobre para o Pobre**. São Paulo: PUC-SP, 1994. (Dissertação de Mestrado)
- LIMA, Mayumi W.S. a Criança e a percepção do Espaço. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 31, p. 73-80, dez., 1979.
- LIMA, Mayumi W.S. A importância da qualidade do espaço na Educação das crianças. **Criança - Revista do Professor de Educação Infantil**, Brasília, n. 27, p.17-21, 1992.
- LIMA, Mayumi W.S. **Arquitetura e Educação**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- LIMA, Mayumi W.S.. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel, 1989.
- LOPES, Helvecio X. Auxílio à Gestante Solteira. **Boletim do Ministério do trabalho, Industria e Commercio**. Brasil, n.39, p. 224-228, 1937.
- LOYOLA, Andréa (org.). **Amamentação e desmame: um estudo de puericultura na baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 1979.

- LOYOLA, Andréa. A Cultura da Puericultura. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 5, p.80-83, 1983.
- LÜDKE, Menga. e ANDRÉ, Marli.E.D.A. - **Pesquisas em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MACHADO, Vitor B. **A Formação do Profissional de Pré-Escola Estudante da Faculdade de Educação Unicamp**. Relatório de pesquisa. Bolsa SAE - Unicamp, 1996.
- MANTOVANI, Susanna & MUSATTI, Tullia.(orgs.) **Adulti e Bambini: Educare e Comunicare**. Bergamo: Juvenilia, 1983
- MANTOVANI, Susanna (org.) **La Scuola del Bambino - Commento ai Nuovi Orientamenti per la Scuola Materna della Commissione Scurati**. Bergamo; Juvenilia, 1990.
- MANTOVANI, Susanna (org.). **La ricerca sul campo in educazione: I Metodi Qualitativi**. Milão: Bruno Mondatori, 1995.
- MANTOVANI, Susanna. Attacamento e Familiarità. In: MANTOVANI, Susanna & MUSATTI, Tullia.(orgs.) **Adulti e Bambini: Educare e Comunicare**. Bergamo: Juvenilia, 1983, p.12-36.
- MANUS, Pedro P.T. **CLT - Universitária**. São Paulo: Atlas, 1992.
- MARTINS, José S. **O Massacre dos Inocentes**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- MARX & ENGELS - **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MARX, Karl & ENGELS, Frederich. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, livro V, 1988.
- MARX, Karl. A Mercadoria. In: **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural: 1988, 3ª. Ed., p. 45-78.
- MENEGHEL, Stela. **Zeferino Vaz e a Unicamp: Uma trajetória de um modelo**. Campinas, SP: FE - UNICAMP, 1994. (Dissertação de Mestrado)
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. **Critérios para um Atendimento em creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças**. Brasília: MEC/SEF/COED, 1995.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. **Educação Infantil no Brasil: Situação Atual**. Brasília: MEC/SEF/COED, 1994.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COED, 1993.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. **Por Uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COED, 1994.
- MITJAVILA, Miriam e ECHEVESTE, Laura. **La medicalizacion de la reproduccion humana: las desigualdades de clase y de género en los discursos medicos-sanitário sobre la lactancia materna**. Montevideo, SCP, 1992.
- MONCORVO FILHO. A Assistência Pública e a Assistência Privada (Relações e Regulamentação). **Comunicação ao Congresso Nacional dos Práticos** (Thema Oficial), Publicação do Departamento da Criança do Brasil. Rio de Janeiro, 1922, p.3-14.
- MORAES, Maria Lygia Q. de. Infância e Cidadania. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: n. 91, p. 23-30, 1994.
- MORIN, E **Ciência com consciência**. Lisboa: Publicações Europam, 1990.
- MOTA, Joaquim A. C. **Ideologia implícita no discurso da amamentação materna e estudo retrospectivo comparando crescimento e morbidade de lactentes em uso de leite humano e leite de vaca**. Belo Horizonte: UFMG, 1990.
- NASCIMENTO, Renata. **universidade/Infância: Relações - Os casos da USP e PUCC-SP (1959-1995)**. FE - UNICAMP, 1996. (Dissertação de Mestrado)
- NOGUEIRA, Arnaldo. **Movimentos Sociais no Serviço Público**. São Paulo: USP, 1993. (Tese de Doutorado)
- NOGUEIRA, Denise C. **A Criança Pequena Produz Cultura? Um Estudo Introdutório sobre o Convívio das Diferenças entre Crianças Pré-Escolares**. Campinas: Unicamp, 1997. (TCC)

- NORONHA, Eduardo. A Explosão das Greves na Década de 80. In BOITO Jr, Armando (org.) **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- NOVAES, H. Maria D. **A puericultura em questão**. São Paulo: USP, 1979. (Dissertação de Mestrado)
- NUDELMANN, Cléa. Crianças do passado contam Histórias para o Futuro. **Escola Municipal**. São Paulo, n.13, p. 25-29, 1985.
- NUNES, Clarice. **Pesquisa histórica: em busca de um processo criativo**. Rio de Janeiro: s/d. (mimeo)
- OLIVEIRA Jr., Antonio R. A Fotografia Oficial: Imagem do Poder. **Boletim do Centro de Memória Unicamp**. Campinas, vol.5, n.10, p.33-42, 1993.
- OLIVEIRA Jr., Antônio R. de. Considerações sobre o dispositivo fotográfico. In: **Pedagogia da Imagem, Imagem na Pedagogia**. Rio de Janeiro: UFF, 1995, p. 32-45. (anais do seminário)
- OLIVEIRA Jr., Antônio R. de. **Do Reflexo à Mediação: um estudo da expressão fotográfica e da obra de Augusto Malta**. Campinas: Unicamp, 1994. (Tese de Doutorado)
- OLIVEIRA, Zilma.M.R. e ROSSETI-FERREIRA, Maria C. - Proposta para o atendimento em creches no município de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: n. 56, p. 39-65, 1986.
- OLIVEIRA, Zilma M.R. de e Rosseti-Ferreira, Maria C. O Valor da Interação Criança-Criança em Creches no Desenvolvimento Infantil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 87, p. 67-70, 1993.
- ONGER, Sergio. Il Latte e La Retorica: L'a Opera Nazionale Maternità e Infanzia a Brescia (1927-1939). **Storia in Lombardia**. Lombardia, n.1-2, p.437-477, 1989.
- ORNELLAS, Lieselotte H. **A alimentação através dos tempos**. Rio de Janeiro, Série Cadernos Didáticos, FENAME. 1979.
- PANCERA, Carlo. Semânticas de Infância. **Perspectiva**. Florianópolis-SC: Editora da UFSC. n. 22, ano 12, p.97-104, 1994.

- PEREIRA, Maria Amélia. Brincar. COUTINHO, Laura (org). **Educação e Sensibilidade: Encontro com a Professora Maria Amélia Pereira**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, p. 8-63, 1994.
- PRADO, Patrícia D. **Educação e Cultura Infantil em creche: O Universo Lúdico entre Meninas e Meninos de Pouca Idade**. Campinas: Unicamp, 1997. (texto para exame de qualificação)
- PERUTA, Franco D. Infanzia e Famiglia nella Prima Metà dell'ottocento. **Stud.Storia** Revi.Trimestrale dell'Stt Gramsci. Roma: n. 3, anno 20, p.473-491, 1979.
- PIVA, Italo e MADDALENO, Giuseppe. La Tutela delle Lavoratrice Madre nel periodo 1923-1943. In: Betri, M.L. e Gigli-Maresetti, (orgs.) **Salute e Classe Lavoratrice in Italia dall Unità al Fascismo**. Milano, 1982, p.835-844.
- POPPE, P. Esboço Historico do trabalho Feminino. **Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio**. Brasil, n.40, p. 104-117, 1937.
- QUEIROZ, Maria I.P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva**. São Paulo: T. A . Queiroz, 1991.
- RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto e Ed.Unesp, 1997.
- RAMOS, Graciliano. **A Terra dos Meninos Pelados**. São Paulo: Record, 1995.
- RAMOS, Graciliano. **Alexandre e Outros Heróis**. São Paulo: Record, 1991.
- RAMOS, Graciliano. **Infância**. São Paulo: Record, 1995.
- RÉA, Marina. **Aleitamento maternó em núcleos rurais do Vale do Ribeira..** São Paulo: USP, 1981. (Dissertação de Mestrado)
- RÉA, Marina. **As políticas de alimentação infantil e a prática de amamentar: o caso de SP..** São Paulo: USP, 1989. (Tese de Doutorado)
- REGIONE TOSCANA. **Gli Indicatori di Qualità per l'asilo Nido**. Istituto degli Innocenti, 1993.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. **Memória, História e Historiografia**. São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 13, n.25/26, 1993.

- RIZZINI, Irene. **A criança no Brasil Hoje: Desafio para o Terceiro Milênio**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Ursula, 1993.
- RIZZINI, Irma. **Assistência a Infância no Brasil: Uma Análise de sua Construção**. Rio de Janeiro: Ed.Universitária Santa Úrsula, 1993.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação para Quem? **Ciência e Cultura**. São Paulo: n. 28 (12), dezembro, p.1466-1471, 1976.
- ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.51, p. 73-79, 1984.
- ROSEMBERG, Fúlvia et al. **Creches e Pré-Escolas**. São Paulo: Nobel e Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- ROSEMBERG, Fúlvia. (org). **Creche**. São Paulo: Cortez-Fundação Carlos Chagas, 1989.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A Educação Pré-Escolar Brasileira Durante os Governos Militares. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 82, p. 21-30, 1992.
- ROSEMBERG, Fúlvia, Campos, Maria M.M.(orgs.). **Creches e Pré-Escolas no Hemisfério Norte**. São Paulo: Cortez Editora e Fundação Carlos Chagas, 1994.
- _____. Educação Infantil, Classe, Raça e Gênero. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: FCC, n.96, p.58-65, 1996a.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Teorias de Gênero e Subordinação de Idade: Um Ensaio. **Pró-Prosições**. Campinas: FE-Unicamp, v.7, n. 21, p. 17-23, 1996b.
- ROSSETI-FERREIRA, Maria C. O Apego e as reações da Criança à Separação da Mãe: Uma Revisão Bibliográfica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 48, p. 03-19, 1984.
- SADER, Eder. **Quando novos Personagens entram em Cena: Experiência, Falas e Lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, José. V.T. dos. A Construção da Viagem Inversa: Ensaio sobre a Investigação nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v.3, n.3, p.55-88, 1991.

- SAPAROLE, Eliana C.L. **Educador Infantil: Uma ocupação de gênero feminino**. São Paulo: PUC-SP, 1997. (Dissertação de Mestrado)
- SARACENO, Chiara. **Famiglia Operaria Sotto il Fascismo**. *Annali dell'Istituto Giangiacomo Feltrinelli*, Milano, vol. 20, p.192-230, 1979-1980.
- SARACENO, Chiara. **La Socializzazione Infantile Come Definizione dell'infanzia: La Famiglia**. In: Becchi, Egle (org.). **Il Bambino Sociale: Privatizzazione e Deprivatizzazione dell'infanzia**. 2ª Ed. Milano: Feltrinelli, 1980, p. 114-149.
- SCAVONE, Lucila, et al. **Políticas Reprodutivas: Estudo Comparativo entre França e Brasil**. *Revista Dados Sociais*. São Paulo, n. 12, 350-362, 1994.
- SEBASTIANI, Márcia T. **Algumas Notas sobre as Políticas de Proteção à Infância no Brasil, Durante a Primeira Metade do Século XX**. FE/Unicamp, 1987. (mimeo)
- SEBASTIANI, Márcia T. **Educação Infantil: O Desafio da Qualidade - um estudo da rede municipal de creches em Curitiba**. FE-Unicamp, 1994. (Tese de Doutorado)
- SEGALA, Lygia. **O Popular Brasileiro e a Fotografia no Século XX**. In: **Pedagogia da Imagem, Imagem na Pedagogia**. Rio de Janeiro: UFF, 1995, p. 66-76. (anais do seminário)
- SILVA, Anamaria S. da. **Políticas de Atendimento à Criança Pequena em MS (1983-1990)**. Campinas, Unicamp, 1997. (Dissertação de Mestrado)
- SILVA, Antonio M. **Amamentação: Fardo ou Desejo**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1990.
- SILVA, Isília A. **Amamentar: uma questão de assumir riscos ou garantir benefícios**. São Paulo: Robe editorial, 1997.
- SIMSON, Olga R.M. von (org.). **Depoimento Oral e Fotografia na Reconstrução da Memória Histórico Sociológica: Reflexos de Pesquisas**. Campinas, p.1-10, [1996]. (mimeo)
- SIMSON, Olga R.M. von. **Experimentos com Histórias de Vida**. São Paulo: Vértice e Editora Revista dos Tribunais, 1988.

- SIMSON, Olga R.M. von. Depoimento Oral e Fotografia na Reconstrução da Memória Histórico Sociológica: Reflexos de Pesquisas. **Boletim do Centro de Memória da Unicamp**. Campinas, vol.3, n.5, p.14-24, 1991.
- SIMSON, Olga von. Som e Imagem na pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais: Reflexão de Pesquisa. In: **Pedagogia da Imagem, Imagem na Pedagogia**. Rio de Janeiro: UFF, 1995, p. 88-101. (anais do seminário)
- SOUZA, Aparecida Neri. **Sou Professor Sim Senhor!**. São Paulo: Papirus, 1995.
- SPÓSITO, Marília P. **A Ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo, FEUSP, 1988. (Tese de Doutorado)
- TACCA, Fernando de. Sapateiro: O Retrato da Casa. **Boletim do Centro de Memória da Unicamp**. Campinas, vol.5, n.10, jul./dez., p.67-88, 1993.
- TEDRUS, Dora M. A. S. **A Relação Adulto-Criança: Um Estudo Antropológico em Creches e em Escolhinhas de Campinas**. IFCH - Unicamp, 1987. (Dissertação de Mestrado)
- TEIXEIRA, Anísio. **O Problema da Assistência à Infância e a Criança Pré-Escolar**. Ministério da Educação e Saúde Pública. Conferência Nacional de Proteção à Infancia. Atas e Trabalhos. Rio de Janeiro, vol. II, 17 a 27, 1933.
- TELLES, Maria A. Et al. Creches em Empresas Privadas no Estado de São Paulo. In: **Creche**. São Paulo: Cortez-Fundação Carlos Chagas, 1989, p. 104-134.
- TOMASI, Tina et al. **Scuola e Società nel socialismo Riformista (1891-1926): Battaglie per L'Instruzione Popolare e Dibattito sulla " Questione Femminile"**. Firenzi: Sansoni Editore, 1982.
- THOMPSON, E.P. O Tempo, a Disciplina do Trabalho e o Capitalismo. In: SILVA, Tomaz T. da. (org.) **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 44-93.

- VIDIGAL, Luiz. A Entrevista - o que é preciso saber para originar testemunhos orais. **Cadernos do Projeto Museológico sobre educação e Infância**, n.20, p. 3-29, s/d.
- VIEIRA, Livia. **Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências**. Rumo à construção do projeto educativo., UFMG, Belo Horizonte, 1987.(Dissertação de Mestrado)
- VITÓRIA, Telma & ROSSETI-FERREIRA, Maria C. Processos de Adaptação na Creche. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 86, p. 55-64, 1993.

10.1. DOCUMENTOS PESQUISADOS

- Boletim da Luta Sindical**. A Vez dos funcionários. Campinas, SP, s/d (a).
- Boletim da Luta Sindical**. Creche. Breve histórico. Campinas, SP, s/d (b).
- Boletim da Luta Sindical**. Democracia de Pelejos. Campinas, SP, s/d (c).
- Boletim da Luta Sindical**. Por creches e melhores salários. Campinas, SP, s/d (d).
- SÃO PAULO (Estado). **CCI - Subsídios Básicos**, FUSSESP, 1988.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Menor. **Das origens até os dias de hoje: a legislação e o Programa CCI**. 1992a.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Menor. **Programa CCI**. São Paulo, SM, 1992b.
- SEMANA da Mulher. Campinas: AEL/IFCH - Unicamp, 1978. (relatórios)
- SINDICATO dos Médicos do Estado de São Paulo. **Planejamento ou Controle?** São Paulo, [1980].
- UNICAMP. **Processo n. 3384**. Campinas: SP, 1975.
- UNICAMP. **Processo n. 3930**. Campinas:SP, 1982.
- UNICAMP. **Processo n. 2313**. Campinas: SP, 1983.

UNICAMP. **Relatório quadrienal de gestão do Reitor José Aristodemo Pinotti**. Campinas: SP, 1986.

UNICAMP. **Relatório quadrienal de gestão do Reitor Paulo Renato Costa e Souza**. Campinas: SP, 1990.

UNICAMP. **Projeto 25 anos. GT 25 anos: sub-grupo Creche**. Campinas, SP: PREAC, 1992.

UNICAMP. **Relatório quadrienal de gestão do Reitor Carlos Vogt**. Campinas: SP, 1994.

UNICAMP. **Revista do Vestibular**. Campinas: SP, 1997.

10.3. JORNAIS

CORREIO Popular de Campinas, 10/03/79. Hemeroteca do Centro de Memória Unicamp.

CORREIO Popular de Campinas, 04/05/83. Hemeroteca do Centro de Memória Unicamp.

FOLHA de São Paulo, 06/03/81. Hemeroteca do Centro de Memória Unicamp.

FOLHA de São Paulo, 25/03/81. Hemeroteca do Centro de Memória Unicamp.

FOLHA de São Paulo, 22/05/81. Hemeroteca do Centro de Memória Unicamp.

10.4. ARQUIVOS PESQUISADOS

ARQUIVO EDGAR LEUENROTH. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Unicamp.

SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNICAMP (SIARQ).

BIBLIOTECA DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. TESSAURO.

CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP. HEMEROTECA.

ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP.

BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNICAMP. SISTEMA UNIBIBLI.

ARQUIVO DO INSTITUTO DE FÍSICA GLEB BATTAGIN - UNICAMP

10.5. ACERVOS PESSOAIS CONSULTADOS

ELLEN ELIZABETH HARDY

IZABEL MORSOLETTA FERREIRA

CARMEN FELIX

11. ANEXOS

11.1. LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO

— Normas para instalação de creches.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO

PORTARIA N. 1 — DE 15 DE JANEIRO DE 1969

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, usando da atribuição que lhe confere o artigo 26, item IV, do Regimento aprovado pelo Decreto n. 56.263, de 6 de maio de 1965, e,

Considerando que ao Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, de conformidade com o que dispõe o artigo 13, parágrafo único, item I, da Lei n. 4.589 (*), de 11 de dezembro de 1964, cabe promover investigações sobre condições de trabalho peculiares à mulher e ao menor, bem como estabelecer normas de caráter técnico e orientar a fiscalização da legislação concernente ao assunto;

Considerando que se faz necessário, para efeito de aplicação imediata da legislação referente às condições de trabalho da mulher, estabelecer Normas para instalação de creche a que se refere o artigo 389, Título III, da Consolidação das Leis do Trabalho, no Capítulo III — Da Proteção do Trabalho da Mulher — com as alterações introduzidas pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n. 229 (*), de 28 de fevereiro de 1967;

Considerando que a exigência contida no § 1.º do artigo 389, da Consolidação das Leis do Trabalho, poderá ser cumprida por meio de creches distritais, conforme o disposto no § 2.º do citado artigo; e,

Considerando, finalmente, que a proteção ao trabalho da mulher é medida de ordem pública, e, tendo em vista os estudos a que procedeu a Divisão de Assistência ao Trabalho da Mulher e do Menor do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, constantes do processo MTPS 159.048-68, resolve:

Expedir Normas para instalações de creches em locais de trabalho e para convênios com as creches distritais.

Art. 1.º Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.

§ 1.º O local a que se refere o presente obedecerá aos seguintes requisitos:

a) berçário com área mínima de 3 m² (três metros quadrados) por criança, devendo haver, entre os berços e entre estes e as paredes, a distância mínima de 0,50 m (cinquenta centímetros);

b) saleta de amamentação provida de cadeiras ou bancos-encosto para que as mulheres possam amamentar seus filhos em adequadas condições de higiene e conforto;

c) cozinha dietética para o preparo de mamadeiras ou suplementos dietéticos para a criança ou para as mães;

d) o piso e as paredes deverão ser revestidos de material impermeável e lavável;

e) instalações sanitárias para uso das mães e do pessoal da creche.

§ 2.º O número de leitos no berçário obedecerá à proporção de 1 (um) leito para cada grupo de 30 (trinta) empregados entre 16 e 40 anos de idade.

Art. 2.º Nos casos previstos no § 2.º do artigo 389, da C.L.T., poderá ser suprida a exigência do artigo 1.º desta Portaria, por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do Sesi, Sesc, Lba ou entidades sindicais, obedecidas as seguintes condições:

I — a creche distrital deverá estar situada, de preferência, nas proximidades da residência das empregadas ou dos estabelecimentos ou em vilas operárias;

II — nos casos de inexistência das creches previstas no item I, cabe, a autoridade regional competente, a faculdade de exigir que os estabelecimentos celebrem convênios com outras creches, desde que os estabelecimentos ou as instituições forneçam transporte, sem ônus para as empregadas;

III — deverá constar das cláusulas do convênio o número de berços que a creche mantiver à disposição de cada estabelecimento, obedecendo a proporção estipulada no § 2.º do artigo 1.º desta Portaria;

IV — sempre que possível, deverá constar do contrato a comprovação de que a creche foi aprovada pelo Departamento Nacional da Criança ou pelos órgãos estaduais competentes a quem cabe orientar e fiscalizar as condições materiais de instalação e funcionamento, bem como a habilitação do pessoal que nela trabalha;

V — os estabelecimentos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, que possuam creche, poderão efetuar contrato com outros estabelecimentos, desde que preencha os requisitos desta Portaria.

Art. 3.º É proibida a utilização de creches para quaisquer outros fins, ainda que em caráter provisório ou eventual.

Art. 4.º Aos Agentes da Inspeção do Trabalho competirá a verificação do cumprimento desta Portaria.

Art. 5.º As dúvidas porventura suscitadas serão dirimidas pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

Art. 6.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — José de Faria Pereira de Souza.

(D.O. de 24 de janeiro de 1969, págs. 880 e 881).

(*) V. LEX, Leg. Fed., 1964, pág. 1.356; 1967, pág. 520.

SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO

— Altera os itens III, IV e V do artigo 2º, da Portaria n. 1, de 15 de janeiro de 1969, que expede normas para instalações de creches em locais de trabalho.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO

PORTARIA N. 1 — DE 6 DE JANEIRO DE 1971

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11, item I, do Regimento do DNSHT, aprovado pelo Decreto n. 56.263, de 6 de maio de 1965, e os artigos 158 e seus itens, e 166, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452 (*), de 1º de maio de 1943, com a nova redação introduzida pelo artigo 5º do Decreto-Lei n. 229 (*), de 28 de fevereiro de 1967, e considerando a exposição feita pela Secretaria de Assistência Médica do Ministério da Saúde, no MTPS-143.837-70, resolve:

Art. 1º Alterar os itens III, IV e V, do artigo 2º da Portaria DNSHT n. 1, de 15 de janeiro de 1969, publicada no «Diário Oficial» de 24 de janeiro de 1969, que expede Normas para instalações de creches em locais de trabalho e para convênios com as creches distritais, na forma indicada:

I — O item III, passa a ter a seguinte redação:

«III — Deverão constar das cláusulas do convênio:

a) o número de berços que a creche mantiver à disposição de cada estabelecimento, obedecendo a proporção estipulada no § 2º do artigo 1º desta Portaria;

b) a comprovação de que a creche foi aprovada pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil ou pelos órgãos estaduais competentes, a quem cabe orientar e fiscalizar as condições materiais de instalação e funcionamento, bem como a habilitação do pessoal que nela trabalha».

II — O item IV, passa a constituir, com a nova redação, a alínea b do item III.

III — O item V fica renumerado para item IV.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário. — José de Faria Pereira de Souza.

(D.O., de 14 de janeiro de 1971, pág. 343).

(*) V. LEX, Leg. Fed., 1943, Supl.; 1967, pág. 520.

Dispõe sobre o Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas.

PAULO SALIM MALUF, GOVERNADOR DO ESTADO DE SAO PAULO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 89 da Lei nº 9.717, de 30 de janeiro de 1967,

Decreta:

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Artigo 1º — A Administração Pública Estadual desenvolverá programa denominado «Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas».

Parágrafo único — As Entidades Descentralizadas de que trata este artigo são as Autarquias, as Fundações e as Empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária.

Artigo 2º — O Programa de que trata este Decreto tem por objetivo proporcionar a prestação dos serviços necessários ao acolhimento e à assistência a crianças filhos de funcionários e servidores das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas, mediante a instalação e administração, por esses órgãos e entidades, de Centros de Convivência Infantil.

Artigo 3º — Participarão do desenvolvimento do Programa de Centros de Convivência Infantil:

- I — o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo;
- II — as Secretarias de Estado;
- III — as Entidades Descentralizadas.

SEÇÃO II

Do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo

Artigo 4º — Ao Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo, em relação ao Programa de Centros de Convivência Infantil, cabe:

- I — propor as diretrizes técnicas a serem adotadas para o Programa, bem como transmiti-las aos órgãos e entidades da Administração Pública;
- II — acompanhar o desenvolvimento do Programa;
- III — exercer ação articuladora dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública, com vistas à efetivação do Programa;
- IV — promover a realização de projetos de treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos destinados aos Centros de Convivência Infantil;
- V — avaliar o desempenho do Programa, propondo medidas para seu aperfeiçoamento.

DIÁRIO OFICIAL DE 09.01.82

PÁGINA 01

(1) *Centros de convivência infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas*

Das Secretarias de Estado e das Entidades Descentralizadas

Artigo 5º — As Secretarias de Estado e as Entidades Descentralizadas, em suas respectivas áreas de atuação, cabe o planejamento, a coordenação, a execução, o controle e a avaliação dos trabalhos necessários ao desenvolvimento do Programa de Centros de Convivência Infantil.

Artigo 6º — Para desempenhar as atribuições de que trata o anterior, as Secretarias de Estado e as Entidades Descentralizadas se em especial:

- I — das assessorias técnicas dos Secretários de Estado e das Secretarias de Estado e das Entidades Descentralizadas;
- II — dos Centros de Convivência Infantil, quanto à execução.

Artigo 7º — As assessorias técnicas dos Secretários de Estado e das Secretarias de Estado e das Entidades Descentralizadas, em relação ao Programa de Convivência Infantil, cabe, em suas respectivas áreas de atuação:

- I — exercer, em integração com o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo, as atribuições previstas no artigo 4º deste Decreto;
- II — assessorar as autoridades das Secretarias de Estado e das Entidades Descentralizadas e que pertencerem nos assuntos relacionados ao Programa;
- III — planejar a execução das diretrizes técnicas emanadas da Assistência Social do Palácio do Governo;
- IV — promover a utilização de unidades de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, pertencentes às respectivas Secretarias e Entidades Descentralizadas, nos projetos de que trata o inciso IV do presente Decreto;
- V — colaborar com o Fundo de Assistência Social do Governo no desempenho de suas funções relativas ao Programa;
- VI — zelar pelas condições de trabalho nos Centros de Convivência Infantil, promovendo a adoção das medidas necessárias para o desempenho adequado.

Artigo 8º — Os Centros de Convivência Infantil, unidade de natureza interdisciplinar, têm as seguintes atribuições comuns:

- I — receber e cuidar das crianças, filhos de funcionários e durante seus horários de trabalho;
- II — zelar pelo bem-estar das crianças assistidas;
- III — orientar as famílias das crianças assistidas;
- IV — providenciar o atendimento alimentar às crianças;
- V — zelar pela higiene da alimentação distribuída às crianças, como dos materiais e das dependências por elas utilizadas;
- VI — elaborar e executar programas necessários ao desenvolvimento das crianças assistidas;
- VII — aplicar métodos e técnicas em conformidade com os que trata o inciso anterior;
- VIII — realizar estudos visando a permanente atualização e desenvolvimento de métodos e técnicas pertinentes;
- IX — elaborar manuais de atendimento e de procedimentos;
- X — organizar e manter atualizado o cadastro das crianças;
- XI — providenciar a aquisição, controle e distribuição de materiais e pedagógicos e outros utilizados na assistência às crianças.

SEÇÃO IV

Disposições Finais

Artigo 9º — Os Centros de Convivência Infantil das

Artigo 10 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, no Palácio dos Bandeirantes, 8 de janeiro de 1967.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira
Secretário da Justiça

Afonso Celso Pastore
Secretário da Educação

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 31, DE 31 DE MAIO DE 1982

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do inciso XV do artigo 17 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único — O Capítulo III do Título IV, da Constituição do Estado, fica acrescido do seguinte dispositivo:

Artigo..... — O Estado manterá, na forma em que a lei estabelecer, nas repartições públicas em que prestem serviço mais de 30 (trinta) mulheres, local apropriado onde seus filhos, até 7 (sete) anos de idade, recebam assistência e vigilância, durante o horário de expediente.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 31 de maio de 1982.

a) JANUÁRIO MANTELLI NETO, Presidente

a) Sylvio Martini, 1.º Secretário

a) Vicente Bolla, 2.º Secretário

DECRETO N.º 22.865, DE 1.º DE NOVEMBRO DE 1984

Reformula o Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 89 da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1967, considerando as conclusões apresentadas pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto n.º 22.011, de 21 de março de 1984, e diante da exposição de motivos do Secretário da Promoção Social,

Decreta:

SEÇÃO I**Disposições Preliminares**

Artigo 1.º — O Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas de que trata o Decreto n.º 18.370, de 8 de janeiro de 1982, passará a ser desenvolvido pela Administração Pública Estadual nos termos deste decreto.

Parágrafo único — As Entidades Descentralizadas de que trata este artigo são as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações.

Artigo 2.º — O Programa de que trata este decreto tem por objetivo proporcionar a prestação de serviços necessários ao acolhimento e à assistência a crianças de até 7 (sete) anos de idade, filhos ou dependentes legais de funcionárias e servidoras das Secretarias de Estado e das Entidades Descentralizadas, que estejam no exercício de suas funções, mediante instalação e administração de Centros de Convivência Infantil, consoante critérios a serem previamente estabelecidos.

Parágrafo único — Os funcionários e servidores que, em razão de viuvez, invalidez do cônjuge, separação legal ou de fato, tenham a guarda dos filhos, farão jus aos benefícios deste decreto.

Artigo 3.º — Participarão do desenvolvimento do Programa de Centros de Convivência Infantil:

I — o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo;

II — as Secretarias de Estado;

III — as Entidades Descentralizadas.

SEÇÃO II

Do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo

Artigo 4.º — Ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, em relação ao Programa de Centros de Convivência Infantil, cabe:

I — propor as diretrizes técnicas a serem adotadas para o Programa, bem como transmiti-las aos órgãos e entidades da Administração Pública;

II — acompanhar a implantação e o desenvolvimento do Programa;

III — exercer ação articuladora ou coordenadora dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública, objetivando a efetivação do Programa;

IV — promover a realização de projetos de treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos destinados aos Centros de Convivência Infantil;

V — avaliar o desempenho do Programa, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento;

VI — estimular e orientar organizações de funcionárias e servidoras beneficiadas pelos Centros de Convivência Infantil, tendo em vista a sua participação no Programa.

SEÇÃO III

Das Secretarias de Estado e das Entidades Descentralizadas

Artigo 5.º — Cabe às Secretarias de Estado e às Entidades Descentralizadas, em suas respectivas unidades de atuação, a instalação, a manutenção e a direção de Centros de Convivência Infantil, bem como a promoção das medidas necessárias ao desenvolvimento do Programa de que trata este decreto.

Artigo 6.º — Para desempenhar as atribuições previstas no artigo anterior, os Secretários de Estado e os Dirigentes das Entidades Descentralizadas designarão pessoas de sua confiança, que, em especial, farão a integração com o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, participando, também, do desenvolvimento dos trabalhos necessários ao efetivo cumprimento do disposto no artigo 4.º deste decreto.

IV — garantir a participação das mães e pais das crianças assistidas, através de organizações específicas;

V — providenciar o atendimento alimentar às crianças;

VI — zelar pela higiene da alimentação distribuída às crianças, bem como dos materiais e das dependências por elas utilizadas;

VII — elaborar e executar programas necessários ao desenvolvimento das crianças assistidas.

SEÇÃO IV**Disposições Finais**

Artigo 8.º — Os Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e das Autarquias serão criados mediante decretos.

Artigo 9.º — As disposições deste decreto aplicam-se, também, aos atuais Centros de Convivência Infantil.

Artigo 10 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n.º 18.370, de 8 de janeiro de 1982.

Palácio dos Bandeirantes, 1.º de novembro de 1984.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

João Sayad, Secretário da Fazenda

Nelson Mancini Nicolau,

Secretário de Agricultura e Abastecimento

João Oswaldo Leiva,

Secretário de Obras e do Meio Ambiente

Adriano Murgel Branco, Secretário dos Transportes

Paulo Renato Costa Souza, Secretário da Educação

Otávio Azevedo Mercadante,

Respondendo pelo expediente
da Secretaria da Saúde

Michel Miguel Elias Temer Lulia,

Secretário da Segurança Pública

Carlos Alfredo de Souza Queiróz,

Secretário da Promoção Social

Jorge Cunha Lima, Secretário Extraordinário da Cultura

Einar Alberto Kok, Secretário da Indústria,

Comércio, Ciência e Tecnologia

Caio Sérgio Pompeu de Toledo,

Secretário de Esportes e Turismo

Almir Pazzianotto Pinto,

Secretário de Relações do Trabalho

Antônio Carlos Mesquita, Secretário da Administração

Maurício Eduardo Guimarães Cadaval,

Respondendo pelo expediente

da Secretaria de Economia e Planejamento

Chopin Tavares de Lima, Secretário do Interior

Almino Monteiro Álvares Affonso,

Secretário dos Negócios Metropolitanos

Franco Baruselli, Secretário Extraordinário

de Descentralização e Participação

Roberto Gusmão, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, em 1.º de novembro de 1984.

DECRETO N.º 22.865, DE 1.º DE NOVEMBRO DE 1984

Reformula o Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas

Retificação do D.O. de 2-11-84

Artigo 7.º —

I — ... filhos ou dependentes legais de onde se lê: funcionários e servidoras,...

leia-se: funcionárias e servidoras,...

DECRETO Nº 33.174, DE 8 DE ABRIL DE 1991

Dispõe sobre o Programa de Centros de Convivência Infantil da Administração Pública Estadual

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

SEÇÃO I

Das Disposições Preliminares

Artigo 1º — O Programa de Centros de Convivência Infantil da Administração Pública direta, indireta e fundacional do Estado, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, será desenvolvido nos termos do presente decreto.

Artigo 2º — O Programa a que se refere o artigo 1º deste decreto tem por objetivo proporcionar a prestação de serviços necessários ao acolhimento e ao atendimento de crianças de até 7 (sete) anos de idade, filhos ou dependentes legais de funcionárias e servidoras das Secretarias e dos órgãos da Administração indireta e fundacional do Estado que estejam no exercício de suas funções, mediante instalação e administração de Centros de Convivência Infantil, consoante critérios a serem previamente estabelecidos.

Parágrafo único — Os funcionários e servidores que, em razão de viuvez, invalidez, devidamente comprovada do cônjuge, separação legal ou de fato, tenham a guarda dos filhos, farão jus aos benefícios deste decreto.

Artigo 3º — Participarão do desenvolvimento do Programa de Centros de Convivência Infantil:

- I — Secretaria do Menor;
- II — as Secretarias de Estado;
- III — os órgãos da Administração indireta e fundacional do Estado.

SEÇÃO II

Da Secretaria do Menor

Artigo 4º — À Secretaria do Menor, em relação ao Programa de Centros de Convivência Infantil, cabe:

- I — propor as diretrizes técnicas a serem adotadas para o Programa, bem como transmiti-las aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado;
- II — acompanhar a implantação e o desenvolvimento do Programa;
- III — exercer ação articuladora ou coordenadora dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado, objetivando a efetivação do Programa;
- IV — elaborar e executar projetos bem como promover treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos destinados aos Centros de Convivência Infantil;
- V — avaliar o desempenho do Programa, propondo medidas para seu aperfeiçoamento;
- VI — estimular e orientar organizações de funcionárias e servidoras beneficiadas pelos Centros de Convivência Infantil, tendo em vista sua participação no Programa.

SEÇÃO III

Das Secretarias de Estado e dos órgãos da Administração Indireta e Fundacional

Artigo 5º — Cabe às Secretarias de Estado e aos órgãos da Administração indireta e fundacional em suas respectivas áreas de atuação, a instalação, a manutenção e a direção de Centros de Convivência Infantil, bem como a promoção das medidas necessárias ao desenvolvimento do Programa de que trata este decreto.

Artigo 6º — Para desempenhar as atividades previstas no artigo anterior, os Secretários de Estado e os Dirigentes dos órgãos da Administração indireta e fundacional designarão pessoas de sua confiança, que, em especial, farão a integração com a Secretaria do Menor, participando, também, do desenvolvimento dos trabalhos necessá-

I — receber e cuidar das crianças, filhos ou dependentes legais de funcionárias e servidoras, durante o horário de trabalho;

II — zelar pelo bem-estar das crianças atendidas;

III — orientar as famílias das crianças atendidas;

IV — garantir a participação das mães e pais das crianças por meio de organizações específicas;

V — providenciar o atendimento alimentar das crianças;

VI — zelar pela higiene da alimentação distribuída às crianças, bem como o do material e das dependências por elas utilizadas;

VII — elaborar e executar programas necessários ao desenvolvimento das crianças.

SEÇÃO IV

Disposições Finais

Artigo 8º — Os Centros de Convivência Infantil das Secretarias e das Autarquias são criados mediante decreto.

Artigo 9º — As disposições deste decreto aplicam-se, também, aos atuais Centros de Convivência Infantil.

Artigo 10 — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 22.865, de 1º de novembro de 1984.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 1991.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO

Cláudio Ferraz de Alvarenga,

Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo aos 8 de abril de 1991.

pag
12

11.2. FICHA DE SAÚDE DAS CRIANÇAS



FICHA DE SAÚDE

UNICAMP

Nome da criança _____ D.N. _____

I - ANTECEDENTES OBSTÉTRICOS

Fez pré-natal? _____ A partir do _____ Mês _____

Local do pré-natal _____

1. Condições de gestação

Tomou algum medicamento durante a gravidez? _____

Tirou radiografia? _____

Levou algum tombo? _____

Observações _____

2. Condições do parto

☐ Normal

☐ Cesária

☐ Forcepes

☐ Outros

☐ Fez transfusão de sangue _____

☐ Observações: _____

3. Condições de nascimento

☐ Termo

☐ Pré-termo

☐ Pós-termo

Peso: _____ Altura: _____ PC: _____ PS: _____



UNICAMP

APGAR 1' _____ 5' _____ RH _____ G.Sang. _____

Com quantos dias a criança teve alta _____

Peso na ocasião da alta hospitalar _____

Observações (icterícia, incubadora, respirador, soro na veia, cirurgia, etc.) _____

II - ANTECEDENTES PESSOAIS

A criança está recebendo acompanhamento médico? _____

Tipo de atendimento:

☐ Pediatra particular

☐ Convênio Tipo

☐ HC

☐ Posto

☐ Outros (especificar)

Quais as doenças que já teve e com que idade? _____

Sofreu algum tipo de operação: _____

Qual? _____ Com que idade? _____

Teve convulsão? _____ Com que idade? _____

Teve algum tipo de acidente? _____

Quando? _____

Alguma internação? _____

Causa: _____

☐ Coqueluche

☐ Parotiditi (Caxumba)

☐ Varicela

☐ Sarampo

☐ Escarlatina



UNICAMP

Está tomando algum medicamento? _____

Alergias: _____

Tratamento verminose: ☐ sim ☐ não

Tipo de verme _____ Data _____

Tratamento _____

Avaliação geral da criança (atual) _____

III - ANTECEDENTES DE SAÚDE DOS PAIS E FAMÍLIAS

Pai ☐ Tuberculose ☐ Alcoolismo ☐ Outras
☐ Doença venérea ☐ Tabagismo

Mãe ☐ Tuberculose ☐ Alcoolismo ☐ Outras
☐ Doença venérea ☐ Tabagismo

Possui alguém na família com:

- Comprometimento neurológico _____
- Distúrbios visuais _____
- Distúrbios auditivos _____
- Doenças genéticas _____
- Manifestações alérgicas _____

Planejamento familiar: _____



UNICAMP

IV - ALIMENTAÇÃO

☐ Leite materno Continuará amamentando ☐ sim ☐ não
Horários _____

☐ Leite materno e outro tipo de leite

☐ Leite artificial

Qual o motivo de ter interrompido o aleitamento materno?

1. Amamentação

Quanto tempo após o parto começou a amamentar?

Tinha intenção de amamentar? Porque? _____

Teve algum problema com amamentação (fissuras, enguigitação, pouco leite, etc.) _____

Até quanto tempo mamou no seio? _____

Participou de algum curso de aleitamento? _____

2. Alimentação complementar

Com que idade começou a receber outro tipo de alimentação?

Qual foi? _____

Quem orientou? _____

Características da alimentação atual (tipo, horário, frequência). _____



UNICAMP

Alimentos que a criança não pode comer (intolerâncias, per-
tubações digestivas): _____

Observações: _____

Data _____

Assinatura _____

11.3. FICHA DE SELEÇÃO DE PESSOAL

SELEÇÃO DE PESSOAL

ENTREVISTADO: _____
CARGO PRETENDIDO: _____
ESCOLARIDADE: Nenhuma ☐ Primária ☐ Secundária ☐
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ LOCAL: _____
ENDEREÇO: _____ FONE: _____

PERFIL PROFISSIONAL:

01. Você gosta de crianças? SIM ☐ NÃO ☐
Qual a idade de sua preferência? _____
02. Já visitou alguma creche? SIM ☐ NÃO ☐
Qual? _____
03. Já trabalhou em creche? SIM ☐ NÃO ☐
Qual? _____ TEMPO: _____
Motivo da saída: _____
04. Já trabalhou com crianças? SIM ☐ NÃO ☐
Atividade: _____
De que idade: de _____ a _____ Quanto Tempo: _____
Local: _____
Motivo da saída: _____
05. Trabalha atualmente? SIM ☐ NÃO ☐
Local: _____
Cargo: _____
Salário: Cr\$ _____ A quanto tempo: _____
Por que quer sair? _____
06. Acha que tem algo a aprender sobre cuidados da criança?
SIM ☐ NÃO ☐
Precisa de um certificado? SIM ☐ NÃO ☐
07. Já ensinou algo importante a alguém? SIM ☐ NÃO ☐
O que? _____
08. Aprendeu algo de novo ultimamente? SIM ☐ NÃO ☐
O que? _____
09. Gosta de trabalhar:
a) Em grupo
b) Sozinha

10. Quando trabalha gosta de:
a) Fazer um só serviço
b) Diversificar
11. Com que idade a criança deve se relacionar? _____
12. Acha que o bebê deveria:
a) Mamar no peito
b) Tomar mamadeira
13. Acha que o castigo:
a) resolve as dificuldades com as crianças
b) não resolve
c) não tem opinião
14. Sabe trabalhar em grupo? SIM ☐ NÃO ☐
15. Quando tem problemas pessoais, costuma:
a) chorar
b) conversar com amigos
c) conversar com familiares
d) guarda para você
e) trabalhar para esquecer
f) sair sem destino
16. Quando recebe uma tarefa:
a) acata sem discutir
b) pondera antes de executar ..
c) faz a sua maneira

PERFIL FAMILIAR

- | | | |
|------------------|-----|-----|
| 17. Tem pai vivo | SIM | NÃO |
| 18. Tem mãe viva | SIM | NÃO |
| Moram juntos | SIM | NÃO |
| Mora com eles | SIM | NÃO |
| 19. Tem filhos | SIM | NÃO |

Quantos na faixa de 3 meses a 2 anos: _____

20. Tem irmãos? SIM ☐ NÃO ☐

Quantos na faixa de 3 meses a 2 anos: _____

1

Downloaded from <http://www.jstor.org/stable/2346442> on Tue, 20 Jun 2016 12:02:42 UTC

EM

11.4. FICHA CATALOGRÁFICA DE FOTOGRAFIAS

FICHA CATALOGRÁFICA DE FOTOGRAFIAS¹

SUB-PROJETO: "CATALOGAÇÃO E ANÁLISE DE FOTOGRAFIAS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA INFANTIL (CECI) - UNICAMP"

DATA: data em que a fotografia foi produzida

LOCAL: em que a fotografia foi produzida

AUTORIA: fotógrafo (profissional ou amador)

RESPONS. PELA REPRODUÇÃO: (toda a reprodução será feita pelo SIARQ)

DATA REPRODUÇÃO:

LOCALIZAÇÃO DOS ORIGINAIS: doador/coleccionador

QUALIDADE TÉCNICA DA IMAGEM: referente a qualidade, foco, cor, profundidade, etc.

CONTEÚDO

TEMA: conforme explicitado anteriormente

DESCRIÇÃO: informações obtidas através do visível: a) sexo/idade/éticas/ num. de pessoas; b) exemplos de construções/organização dos espaços; c) características do evento (formal-informal)

LEGENDA: dados fornecidos pelo cedente (quem, onde, quando, o que, como) - presença de visitantes, autoridades, etc.

NOTAS: informações complementares fornecidas pelo cedente quando do empréstimo/cessão das fotografias.

OBSERVAÇÕES: análise da pesquisadora baseada nas informações colhidas em outros documentos e nas entrevistas

Visando a análise do material imagético as fotografias foram divididas em dois temas a saber:

- FESTAS - religiosas: páscoa, natal, festa junina
 sociais: aniversários, formaturas

- COTIDIANO: referente a atividades rotineiras desenvolvidas na creche.

¹ Para elaboração desta ficha contei com a orientação e colaboração das pesquisadoras Ialê e Valquíria do Centro de Memória da Unicamp

11.5. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMULAÇÃO DO ROTEIRO

Considerei os elementos levantados a partir da análise de documentos escritos, mas para captar a dinâmica da trajetória da creche no panorama da Unicamp - utilizei outra fonte de informação a que considero de vital importância para esta pesquisa: as entrevistas.

Através destas, pude confrontar os seus dados, com os obtidos pelos documentos escritos, cruzando e complementando informações fazendo correções e esclarecimentos e obtendo novos dados.

Para tanto, utilizei o método de perguntas semi-estruturadas, previamente formuladas de modo a dar liberdade aos entrevistados. As entrevistas foram gravadas em fitas k7, e posteriormente serão transcritas pelo SIARQ.

As perguntas versam sobre dois temas correspondentes:

1. A creche no Trabalho: a trajetória da creche na Unicamp, sua implantação, idéias e expectativas;
2. O Trabalho na Creche: os objetivos, a estrutura, as atividades e o funcionamento da creche durante o período estudado.

Quanto ao primeiro tema as questões visaram o tratamento dos aspectos estruturais da creche relativos aos rumos históricos, que possivelmente influenciam a sua atuação. O tratamento destas questões pretendeu extrair dos entrevistados suas idéias e concepções sobre o trabalho feminino, a infância e a creche (no local de trabalho, na universidade enquanto empresa pública). As questões indagam os entrevistados sobre o seu conhecimento dos fatos que marcaram a instalação de creches na Unicamp.

O segundo tema tratou sobre o seu funcionamento e os mecanismos que a presidiram durante o período de implantação e os primeiros anos de atuação da creche. Iniciei as entrevistas com a formulação das perguntas, as quais procuraram ser de fato um simpático convite de retorno ao passado do CECI-Unicamp.

As questões foram elaboradas após leitura de vários estudos que se utilizam de entrevistas, sobre temas variados. Assim foi grande a influência das pesquisas, sobretudo, de Telles (1986), Lima (1989), Meneghel (1994), a primeira já citada na Introdução desta dissertação e as duas últimas tratam especificamente da história da Unicamp, as demais questões basearam-se na pesquisa de Iniciação Científica de Vitor Barletta Machado (1996) sobre a formação universitária da profissional de Pré-Escola.

11.6.ROTEIRO - Grupo de Dirigentes (GD)

1. Quais são seus vínculos (ideológicos e políticos) com a questão da creche da Unicamp?
2. O que levou a Unicamp a instalar creches ou bercários no próprio campus? Houve algum incentivo do governo Estadual para esta instalação? Que tipo de incentivo?
3. Por favor, faça uma exposição de quais eram suas idéias e expectativas sobre o que deveria ser a creche da Unicamp. Fale quanto às finalidades da instituição.
4. Quais as questões sociais e políticas que, no seu entender, foram vitais para a instalação de creche na Unicamp?
5. Qual foi a sua participação e as suas principais contribuições na criação e na implantação da creche na Unicamp?
6. Como você via o papel da creche para a criança?
7. Qual era sua posição em face da proposta de atuação da creche?
8. Qual era a sua opinião sobre a proposta de convênios entre a creche e as demais áreas da Unicamp com fins acadêmicos?
9. Supondo que a creche, ao ser criada, tinha plenamente definido os seus objetivos institucionais em função das necessidades/expectativas diagnosticadas junto a comunidade Universitária, como você avalia a forma de atuação da creche, face ao que foi pensado e o que foi de fato realizado?
10. Como era garantida a qualidade das atividades desenvolvidas na creche? (Havia algum programa específico?)
11. Em quais situações os funcionários, docentes e alunos ficavam fora do usufruto desse serviço? Porquê?
12. Como foram contornados os problemas relacionados ao transporte de mães e crianças?
13. Como a universidade resolvia a questão de custo desse equipamento?

14. Havia algum convênio como o poder público municipal e/ou incentivo deste?
15. Havia algum tipo de programa de incentivo a amamentação natural? Existia a garantia de condições para o cumprimento dos dois períodos estabelecidos por lei?
16. Qual é a sua visão atual a respeito do papel da creche para a comunidade Universitária?
17. Você preferia a creche perto do local de trabalho ou próxima ao local de moradia? Porquê?
18. Quais as características que você considera importantes para a profissional de creche?
19. A predominância feminina adulta na área de educação infantil é algo que favorece ou que atrapalha a educação das crianças pequenas? Porquê?
20. Qual a relação da sua resposta com as características que apontou para a profissional de creche?
21. Que tipo de atividades você considera importantes de serem desenvolvidas com as crianças na creche?
22. Há alguma outra informação que você gostaria de fornecer ou de receber?

11.7. ROTEIRO - Grupo de Usuárias (GU)

1. Quantos filhos você teve na creche? Por quanto tempo?
2. Havia algum tipo de programa de incentivo a amamentação natural? Existia a garantia de condições para o cumprimento dos dois períodos estabelecidos por lei?
3. Como era garantida a qualidade as atividades desenvolvidas na creche? (Havia algum programa específico?)
4. Como as mães organizam o transporte para o trabalho juntamente com a criança?
5. Você preferia a creche perto do local de trabalho ou próxima ao local de moradia? Porquê?
6. Quais os problemas enfrentados pelas usuárias no uso desse serviço dentro do campus?
7. Em quais situações os funcionários, docentes e alunos ficavam fora do usufruto desse serviço? Porquê?
8. Na falta de vagas na creche da universidade como a trabalhadora enfrentava a situação de onde deixar seus filhos?
9. Existiam funcionários que preferiam não utilizar esse equipamento? Porquê?
10. Quais os mecanismos de atuação das mães que garantiam a qualidade das atividades desenvolvidas na creche?
11. Como a creche da universidade colaborava (ou não) para a proximidade afetiva entre mães e bebê/criança?
12. As mães recebiam algum tipo de orientação da creche sobre as características da infância (0-4 anos)?
13. Que tipo de atividades as crianças realizavam na creche?
14. Que tipo de atividades de lazer as crianças realizavam fora do ambiente da creche durante a semana e nos finais de semana?

15. A predominância feminina adulta na área de educação infantil é algo que favorece ou que atrapalha a educação das crianças pequenas? Porquê?
16. O que você esperava da creche? Suas expectativas eram alcançadas?
17. Há mais alguma informação que você gostaria de fornecer ou de receber?

11.8. ROTEIRO - Grupo de Profissionais (GP)

1. O que levou a Unicamp a instalar creches ou bercários no próprio campus? Houve algum incentivo do governo Estadual para esta instalação? Que tipo de incentivo?
2. Havia algum programa de incentivo a amamentação natural? Existia a garantia de condições para o cumprimento dos dois períodos estabelecidos por lei?
3. Como era garantida a qualidade das atividades desenvolvidas na creche?
4. Havia algum tipo de programa para a creche? Quem o definia?
5. Como a profissional organizava seu trabalho?
6. Que tipo de exigências havia quanto a sua qualificação profissional?
7. Havia algum tipo de treinamento para as funcionárias?
8. Você prefere a creche perto do local de trabalho ou próxima ao local de moradia? Porquê?
9. Que tipo de orientação as profissionais recebiam e de quem?
10. Quais as atividades desenvolvidas com as crianças?
11. Que tipo de problemas haviam em relação às usuárias?
12. As mães recebiam algum tipo de orientação da creche sobre as características da infância (0-4 anos)? Quem as orientava?
13. Quais os materiais e equipamentos que a profissional dispunha para desenvolver suas atividades com as crianças?
14. Como eram estabelecidas as regras e normas da creche tanto em relação às profissionais quanto às usuárias?
15. De que forma era assegurado o cumprimento dessas regras?
16. A predominância feminina adulta na área de educação infantil é algo que favorece ou que atrapalha a educação das crianças pequenas? Porquê?
17. Há alguma outra informação que você deseja fornecer ou receber?

11.9. ROTEIRO - Grupo de Crianças (GC)

1. O que você lembra sobre a creche?
2. Porquê você foi para a creche?
3. Qual era o momento mais "legal" do dia na creche?
4. E o mais "chato"?
5. Onde você brincava? Você brincava na creche? E em casa? E na rua?
6. Qual a brincadeira que mais gostava?
7. Com quem você brincava na creche?
8. Qual o adulto com o qual você se relacionava na creche e que ficou na sua memória?
9. Com quais outros adultos você se relacionava na creche? Como era essa relação?
10. O que você lembra dos espaços da creche?
11. Como eram as atividades nos espaços fechados?
12. E nos espaços abertos?
13. Qual era o local que você mais gostava de ficar?
14. Sua mãe e seu pai (ou responsáveis) gostavam da creche?
15. Você acha que as crianças eram felizes na creche? Porquê?
16. O que te marcou positivamente e negativamente na creche?
17. Se você pudesse mudar alguma coisa na creche o que você mudaria?
18. Há alguma outra informação que você gostaria de receber ou fornecer?

11.10. FOTOGRAFIAS

<u>PÁG.</u>	<u>CEDENTE/AUTOR</u>	<u>EVENTO</u>	<u>DATA</u>
Capa	Carmem Félix	Formatura dos Pioneiros	1986
104	Carmem Félix	Festa Junina	1985
105	Carmem Félix	Festa Junina	1985
106 (a)	Carmem Félix	Festa Junina	1985
106 (b)	Carmem Félix	Festa Junina	1985
107 (a)	Carmem Félix	Cotidiano	1984
107 (b)	Carmem Félix	Cotidiano	1984
108	Carmem Félix	Cotidiano	1985
111 (a)	Sebastiana Santos	Aniversário da Cristina	1985
111 (b)	Sebastiana Santos	Aniversário da Cristina	1985
112 (a)	Sebastiana Santos	Aniversário da Cristina	1985
112 (b)	Sebastiana Santos	Aniversário da Cristina	1985
113	Carmem Félix	Festa Junina	1985
114	Carmem Félix	Páscoa	1985
115	Carmem Félix	Festa Junina	1985
116	Carmem Félix	Festa Junina	1985
117	Carmem Félix	Festa Junina	1985